

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA-NCT
DEPARTAMENTO EM GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA - PPMG**

TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA

**MODO DE VIDA DE MIGRANTES CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL**

PORTO VELHO-RO

2009

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA-NCT
DEPARTAMENTO EM GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA - PPMG**

**MODO DE VIDA DE MIGRANTES CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL**

Dissertação parcial apresentada como requisito complementar para obtenção de grau de mestre em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

ORIENTADOR: PROF.Dr. Josué da Costa Silva

**PORTO VELHO-RO
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S729m

Souza, Terezinha Ferreira de.

Modo de Vida de Migrantes Camponeses e a Construção do Espaço Rural. / Terezinha Ferreira de Souza. Porto Velho, Rondônia, 2009.

127f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva.

1. Espaço Rural. 2. Modo de Vida Camponesa. 3. Trajetória de Vida Camponesa. 4. Comunidade Marco Azul. I. Título.

CDU: 392



MESTRADO EM GEOGRAFIA - UNIR
A Amazônia e Políticas de Gestão Territorial

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

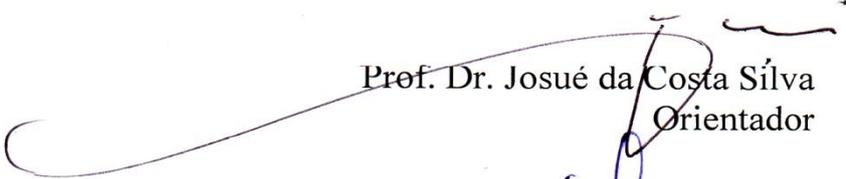
PPGG

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

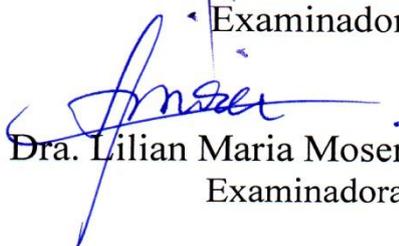
Terezinha Ferreira de Souza

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Josué da Costa Silva e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Flávio Batista Simão e pela Profa. Dra. Lilian Maria Moser, que reuniu-se no dia 19 de junho de 2009, às 14:00 horas na sala Josué de Castro no Prédio do Mestrado em Geografia, no Campus José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada “*A Construção do Espaço Rural: trajetória, modo de vida de Migrantes Camponeses da Comunidade de Marco Azul em Porto Velho/RO – 2000-2008*” da mestranda *Terezinha Ferreira de Souza*. Após a explanação da mestranda, e sua argüição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi APROVADO

Porto Velho, 19 de junho de 2009


Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Orientador


Prof. Dr. Flávio Batista Simão
Examinador


Profa. Dra. Lilian Maria Moser
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a três pessoas, amadas razões de ter chegado até aqui. Minha mãe ex-camponesa mulher, guerreira, exemplo de caráter, dedicação e amor às filhas. A minha irmã pelo apoio incondicional e ao meu pai que à muito tempo não está entre nos, mas que deixou uma bela lição de vida. Mesmo em plena ditadura militar lutava com seus companheiros de sindicato para ter seus direitos respeitos como camponês e como cidadão. Dizia que a maior herança que uma pessoa como ele poderia deixar aos filhos era a educação e que só através dela as pessoas poderiam ser respeitadas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter dado forças para que pudesse continuar persistindo no sonho.

A minha família, uma benção divina, minha mãe Francisca e minha irmã Marlene pela compreensão das ausências, amor e apoio despreendido.

A todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização do trabalho de pesquisa.

Agradeço todos os meus amigos que entenderam minha ausência, que me escutaram, dando-me força para persistir na caminhada.

A Universidade Federal de Rondônia, através do Programa de Mestrado em Geografia, pela possibilidade de desenvolver a pesquisa e pelo crescimento intelectual proporcionado nas disciplinas oferecidas.

Agradeço especialmente ao Prof.^oDr.^o Josué da Costa Silva, pela orientação e amizade, e principalmente pela paciência e a confiança ao longo da caminhada.

Ao Prof.Dr. Flávio, meu agradecimento especial pelas ricas e preciosas contribuições quanto á metodologia estatística, que possibilitou apresentar dados quantitativos que referentes a mobilidade espacial dos camponeses da pesquisa,bem como sua disponibilidade de tempo, o qual sou imensamente grata.

A Prof.^aDr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva,pela amizade e apoio

A professora Jacinta Castelo Branco, pela Co-orientação no início desta caminhada.

Aos professores do Departamento de História pela a contribuição na minha formação acadêmica, na graduação em especial a professora Lílian Moser pela amizade.

Aos professores do Programa de Mestrado, por terem proporcionado maior amadurecimento intelectual e aos colegas de mestrado pelo apoio e companheirismo.

As amigas pesquisadoras Lucileyde Feitosa, Domingas Luciene Feitosa e Sheila Ximenes, mulheres fortes, iluminadas que juntas durante essa caminhada dividimos angústias, dúvidas, alegrias, enfim momentos importantes de nossas vidas.

A todos os amigos e amigas em especial Pedro Adão, Joana Darc e Raimundo Vianney, pelo o apoio incondicional.

Aos Camponeses da Comunidade Marco Azul pela confiança, acolhida e contribuição importantes para a pesquisa disponibilizando gentilmente seu tempo para nos atender.

Ao Senhor Geraldo e sua esposa Solange, amigos os quais concederam hospedagem e companhia durante todo período da pesquisa de campo.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para realização da pesquisa, meu muito obrigada.

Resumo:

MODO DE VIDA DE MIGRANTES CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Este trabalho se propõe analisar a construção do espaço rural por camponeses, os quais migraram para Rondônia-RO, em busca de construir uma melhor qualidade de vida. A pesquisa realizou-se na Comunidade Marco Azul, Porto Velho-RO, com o objetivo de compreender o fenômeno migratório neste espaço. Para a concretização desta investigação aplicaram-se métodos estatísticos univariado e multivariado. Para o método univariado utilizou-se o procedimento metodológico da amostragem aleatória simples, baseada na tabela proposta por Bartlett *et al.* (2001), que determina o tamanho amostral para dados contínuos e categóricos. No modelo descritivo da aplicação do questionário, trabalhou-se com variáveis qualitativas e quantitativas. Na qualitativa aplicou-se a pesquisa de observação participante, entrevistas, registro no caderno de campo e imagens fotográficas. Estes métodos permitiram avaliar o comportamento espacial da migração externa e interna, como também compreender a sua organização social. No método multivariado, buscou-se compreender o comportamento dos sujeitos migrantes das mais variadas regiões do país, e o seu destino dentro do Estado até a localidade Marco Azul. A pesquisa torna-se relevante e justificada na medida em que se propõe analisar a trajetória migratória interna e a continuidade da formação dos espaços rurais, onde são expressados modos de vida diferente da lógica do capital, além de levantar questões novas a serem investigadas, poderá também contribuir para discussões e reflexões da questão agrária e ambiental em Rondônia, bem como, fundamentar políticas públicas voltadas para áreas rurais que estão em formação, possibilitando a esses camponeses migrantes melhores condições de trabalho e produção.

Palavras-Chaves: Espaço rural; modo de vida camponesa; trajetória migratória camponesa; Comunidade Marco Azul

ABSTRACT:

LIVELIHOODS OF COUNTRYMANS IMMIGRANTS AND THE CONSTRUCTION OF THE SPACE RURAL

This work proposes to examine the construction of rural areas by countryman, who migrated to Rondônia, RO, seeking to build a better quality of life. The research took place in the Community March Azul, Porto Velho-RO, with the aim of understanding the migration phenomenon in this space. For the realization of this research were applied univariate and multivariate statistical methods. For the univariate method using the procedure of simple random sampling methodology based on the scale proposed by Bartlett et al (2001), which determines the sample size for continuous and categorical data. In the model describing the application of the questionnaire, he was with qualitative and variables. In qualitative research applied to the participant observation, interviews, record in terms of field and photographic images, these methods have enabled us to assess the spatial behavior of internal migration, but also understand its social organization. In the multivariate method, we tried to understand the behavior of subjects migrants from different regions of the country, and its destination within the state to the city March Azul. The research becomes relevant and justified in that it proposes to examine the internal migratory path and continuity of training of rural areas, where they expressed different ways of life of the logic of capital, and raise new issues to be investigated, may also contribute to discussions and reflections of land and environmental issue in Rondônia, and support public policies for rural areas that are in training, enabling the promotion of countryman migrants to better conditions of work and production.

Key-words: rural area, rural way of life, migration history, countryman.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPITULO 1 – BASE TEÓRICA E ESTRURA METODOLÓGICA..... | 21 |
| 1.1. Caracterização da Área da Pesquisa..... | 21 |
| 1.2. Base Teórica do Trabalho..... | 22 |
| 1.3. Procedimentos: Metodológico e Técnico..... | 33 |
| CAPITULO 2 – ASPECTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA..... | 39 |
| 2.1. A Geografia Agrária no Brasil..... | 39 |
| 2.2. A Geografia e Questão Agrária Brasileira..... | 41 |
| 2.3. O espaço rural em transformação..... | 48 |
| CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA..... | 57 |
| 3.1. A ocupação das Terras na Fronteira por Migrantes..... | 57 |
| 3.2. Contribuição dos Projetos de Colonização para Construção do Espaço Rural em Rondônia..... | 63 |
| CAPÍTULO 4 – A COMUNIDADE DE MARCO AZUL: CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE CAMPONESA..... | 67 |
| 4.1. Histórico e Características Gerais..... | 67 |
| 4.2. O modo de vida camponês na unidade familiar..... | 71 |
| 4.3. Relações de Solidariedade..... | 74 |
| 4.4. Organização Política e Principais Conquistas da Comunidade..... | 75 |
| 4.5. Festa na Comunidade..... | 77 |
| 4.6. Diálogos com Camponeses..... | 80 |
| CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 106 |
| 5.1. Produção Agrícola da Comunidade Marco Azul..... | 110 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| REFERÊNCIAS..... | 120 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Marco Azul e Porto Velho..... | 21 |
| Figura 2 – Mortos e conflitos no campo – Brasil 1964 à 1984..... | 43 |
| Figura 3 – Mortos e conflitos no campo – Brasil 1985 à 2001..... | 45 |
| Figura 4 – Distribuição dos imóveis rurais por hectare no Brasil..... | 47 |
| Figura 5 – Distribuição dos grupos de migrantes, segundo análise de cluster hierárquico (ACH/RO)..... | 106 |
| Figura 6 – Distribuição dos grupos por variáveis da Comunidade Marco Azul..... | 107 |
| Figura 7 – Trajetória da mobilidade espacial dos migrantes camponeses da Comunidade Marco Azul..... | 109 |
| Figura 8 – Classificação dos grupos por criação de animais da Comunidade Marco Azul..... | 111 |
| Figura 9 – Mapa potencial de criação de animais (alto, médio, baixo)..... | 113 |
| Figura 10 – Classificação dos grupos por produção agrícola da Comunidade Marco Azul..... | 114 |
| Figura 11 – Mapa potencial de produção agrícola..... | 116 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 01- Migração para Amazônia-1970..... | 60 |
| Tabela 02- Número de animais por grupo de camponeses..... | 112 |
| Tabela 03-produção agrícola..... | 115 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Foto 01 – Marco de madeira azul que originou o nome da Comunidade..... | 68 |
| Foto 02 – Símbolos Nacionais expostos juntamente com premiações nos dias de festa da Comunidade..... | 68 |
| Foto 03 – Ordenha manual, tarefa realizada por mulheres ou adolescentes..... | 73 |
| Foto 04 – Unidade de resfriamento de leite da Comunidade..... | 76 |
| Foto 05 – Unidade de resfriamento de leite..... | 78 |
| Foto 06 – Construção de barracas para a festa..... | 78 |
| Foto 07 – Rodeio da Comunidade..... | 79 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

ASPROMA- Associação dos Produtores rurais do Marco Azul

BASA- Banco da Amazônia

EMATER- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

PIBIC- Programa de Bolsa de Iniciação Científica

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST- Movimento dos Trabalhadores sem-terra

MASTER –Movimento de agricultores sem terra

PAD- Projeto de Assentamento Dirigido

PIC- Projeto de Integrado de Colonização

PLANAFLORO- Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

POLONOROESTE- Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil.

PRONERA- Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária

PROTERRA- Programa para estimular á agricultura e a redistribuição da terra

ULTABS -União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil

SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Siglas utilizadas nas variáveis de migração:

ACH/RO= Ano de Chegada em Rondônia

CT.P= Cuidar da terra de parentes

CT= Compra da Terra

MTC.P= Melhores Condição de Trabalho e Produção

TC= Tempo que reside na Comunidade Marco Azul

TP=Tempo de Permanência em Localidades anteriores

TM.B=Terra mais Barata.

VM= Número de vezes que migrou

APRESENTAÇÃO

Este trabalho faz parte da minha trajetória de vida, vivenciada na infância na década de 70 e 80 do século XX. Filha de família camponesa nordestina, que, como muitas, migraram para Rondônia deixando suas relações sociais de amizade, parentesco, vizinhança, enfim, sua comunidade e o seu espaço de origem a procura de melhores condições de vida em outras terras.

Nasci no sertão do Ceará, em uma Comunidade rural chamada Boqueirão, local de nascimento também dos meus pais. Muitas lembranças do modo de vida de minha família e da Comunidade ainda são muito nítidas na minha memória. Lembro que no mês de julho e de agosto era o período de farinha. O meu avô, juntamente com filhos, netos e alguns trabalhadores contratados, juntavam-se na casa de farinha para descascar mandioca para a produção da farinha. Era um momento de alegria, descontração e de conversas. Na maioria das vezes, os trabalhadores eram pagos com o excedente da produção que poderia ser a farinha ou outro produto como: arroz, feijão, milho e ou rapadura¹.

A casa da minha família, como a da maioria dos pequenos camponeses do lugar era de taipas². A terra que meus pais ocupavam não os pertencia e todos os anos era preciso entregar parte da produção como pagamento pelo uso da terra ao proprietário. Os animais domésticos não eram divididos com o dono da terra, pois os pertenciam e poderia vender em caso de necessidade.

O sonho da minha família como de tantas hoje, era ter a sua própria terra. O meu pai juntamente com outros camponeses, por meio do Sindicato local lutava para ter acesso à terra e seus direitos respeitados, porém o fato de não conseguir terra e a falta de condições de infraestrutura como hospitais e escolas na Comunidade rural onde residia, motivou o deslocamento para a cidade. Não podendo desenvolver as atividades agrícolas para sobreviver foram trabalhar como autônomos. Mesmo não vivendo mais da agricultura, não deixaram o sindicato dos trabalhadores rurais e continuaram com a esperança da terra.

Na década de 80, sem ter realizado o sonho da terra e sem a presença do meu pai, minha mãe a convite de parentes decidiu migrar para Rondônia. Em Porto Velho, com o

¹ Doce feito de cana-de-açúcar tipicamente nordestino bastante apreciado na região.

² Casa feita de barro amassado e varas amarradas com caroá.

apoio de familiares teve a oportunidade de começar uma nova vida juntamente com as duas filhas. Assim foi possível assegurar a continuidade dos estudos das mesmas, vivenciar as transformações espaciais e a formação de muitos bairros da capital de Rondônia, por migrantes que chegavam de vários Estados do País.

Em 1996, fui aprovada no vestibular da Universidade Federal de Rondônia para cursar história. E tive a oportunidade de ser Bolsista do Pibic. (Programa de bolsa para Iniciação Científica), desenvolvi pesquisa sobre assentamentos, e depois, como colaboradora do mesmo programa, com produtores de farinha em área ribeirinha de Porto Velho.

No ano de 2002, após participar de um processo seletivo para atuar como professora na rede Estadual de Ensino, fui classificada para exercer minhas atividades no Município de Burity, cerca de 300 km da Capital. Nesse período, houve a possibilidade de observar como aquele espaço estava sendo construído e transformado de maneira vertiginosa por migrantes que chegam a todo o momento de vários lugares do Estado e uma pequena parte de outras regiões do país. A cidade recebia madeireiros, camponeses, fazendeiros, funcionários públicos, profissionais autônomos entre outros.

Muitos ficavam na cidade trabalhando nas madeiras ou instalavam comércios, outros compravam terra e se dirigiam as áreas rurais. O mais interessante era que estes migrantes que se dirigiam para áreas rurais saíam de áreas rurais de municípios do próprio Estado. Estes abriam as estradas, derrubavam a mata e construíam suas próprias casas, e conseqüentemente, seu espaço social.

Com essa percepção da realidade do Município, da curiosidade para compreender essa dinâmica, nasceu a proposta de fazer o Mestrado em Geografia, e com isso, algumas inquietações com relação à pesquisa. Entre elas destacam-se: De que forma e como se processava a trajetória de camponeses para espaços rurais daquela região? Quais eram os fatores causadores dos deslocamentos espaciais das localidades de onde estavam e os fatores que os atraíam para outros espaços rurais? Qual o modo de vida dos camponeses migrantes?

A forma de ocupação e construção daquele espaço por pequenos camponeses, fazendeiros e madeireiros chamaram-me atenção, pois percebi que além dos problemas ambientais graves causados pela extração madeira e a formação de pastagem, ocorria um fenômeno interessante, mobilidade sócioespacial, ou seja, migração interna de

agricultores com suas famílias vindas principalmente de áreas rurais de Municípios de Rondônia para áreas outras rurais a procura de terra fértil e mais barata. Estes modificaram e organizaram o espaço natural e o transformaram em espaço social, de acordo com seus interesses e necessidades.

Então, diante daquela realidade, a qual também estava fazendo parte, era interessante analisar tal fenômeno e isso só seria possível por meio do Programa de Mestrado. Ao retornar a Porto Velho, ingressei no Programa de Mestrado em Geografia, na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas com o projeto “A Construção do Espaço Rural: Trajetória e modo de vida de camponeses na Comunidade Marco Azul”. Assim, houve oportunidade de análise do processo de ocupação e construção do espaço rural em Rondônia, os motivos de atração e expulsão de migrantes camponeses, de modo que pudesse compreender as suas trajetórias e os seus modos de vida, como também entender a realidade agrária de Rondônia e a configuração espacial a qual se processava, assuntos importante para geografia agrária regional.

Nessa busca de entender melhor este fenômeno, as disciplinas cursadas foram de extrema importância e norteadoras na elaboração e no desenvolvimento desta dissertação. Assim as disciplinas de Espaço; Rural; Teoria da Geografia; Organização dos Trabalhadores Rurais; e Gênero e Gestão de Políticas Públicas, bem como convivência acadêmica e os debates em sala de aula foram essenciais, pois, através do contato com o conhecimento geográfico, pude ter maior compreensão da formação do espaço rural e dos camponeses que têm a terra, o trabalho e família como pilares para a sua reprodução social.

Outro fator que chamou atenção nas observações realizadas à época da minha permanência em Buritis, foi o modo como os camponeses, que moravam ou dirigiam-se para o Marco Azul, (Comunidade rural onde foi realizada a Pesquisa) mantinham características e valores tradicionais do modo de vida camponês, tais como: a produção é feita para atender as necessidades de consumo da família; o trabalho familiar não tem sentido de lucro; o objetivo da produção é produzir valores de uso e não de troca; manutenção de laços de solidariedade entre vizinhos; a luta para permanecer na terra e são organizados através de associação que defendem os seus direitos.

Todas essas situações, aliadas ao fato de, em pleno século XXI, existirem modos de vida que não estão totalmente inseridos na lógica capitalista, e o fato destes grupos

continuarem a construir e formar espaços rurais na busca incessante de sua reprodução social, fez com que minhas atenções fossem voltadas à área rural do Marco Azul.

Hoje as lembranças vivenciadas com os meus pais e avós permanecem vivas no meu ser. O trabalho de campo com os camponeses, fez ter a certeza que parte do passado ainda esta no presente. Pois em várias ocasiões observei algumas atitudes e comportamentos dos camponeses (valores tradicional típico camponês) que lembrava minha família e a comunidade rural onde vivi parte da infância e adolescência. Era o reencontro com minha história com o meu passado construído no universo camponês, no nordeste. E ficava claro para mim que o modo de vida camponês permanece com sua singularidade em diferentes espaços e tempos.

MODO DE VIDA DE MIGRANTES CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO RURAL

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico contém todos os tipos de espaços produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, o movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento.
(FERNANDES, B.M.2006)

Nas décadas de 1960 e 1970 a Amazônia é marcada pela concentração fundiária e o aumento dos conflitos sociais. Os grandes projetos hidrelétricos, minerais e de colonização, ocasionaram a ocupação desordenada no campo, na cidade e o crescimento das principais cidades da Amazônia.³

O processo de ocupação da Amazônia esta relacionada com a expansão do capital e fazia parte da Política modernizadora do governo Brasileiro para Região. Tal política previa a implantação de Projetos de Colonização através dos quais foi possível a transferência de contingentes populacionais principalmente do Sul, Sudeste e Nordeste do país. Estes ocasionaram um fenômeno migratório intenso, interno para a Amazônia. Os migrantes eram atraídos pela a distribuição de terras, a oferta de trabalho nas construções de Hidrelétricas, empresas mineradoras, etc. Era a forma que o governo encontrou para mobilizar mão-de-obra excedente de outros Estados do país.

Assim, a migração era justificada com o discurso do “espaço vazio”, de integração da Amazônia ao território nacional, e também como uma forma de resolver os conflitos fundiários do Sul e Nordeste. O fato era que as questões econômicas e Políticas estavam acima das questões sociais que possibilitasse não só o acesso a terra mais desse apoio para que o migrante camponês nela permanecesse.

³ Principais cidades: Manaus, Belém, Porto Velho e Rio Branco .

Embora a ocupação seja relativamente recente na Amazônia, já apresenta vários problemas agrários e ambientais. Para Pasquis (2005, p. 84) “a taxa anual de desflorestamento chega á ordem de 10.000km² e 60% das terras abandonadas e ou degradadas.” Apesar da Política de ocupação o governo não dava apoio estrutural e financeiro suficientes para fixar os camponeses em seus lotes o que ocasionava o abandono dos mesmos. Ao se deslocarem ocupavam novas áreas ou se dirigiam para bairros periféricos das cidades.

Sabe-se que a ocupação da Amazônia, especialmente em Rondônia, efetivamente teve força na década de 70 por migrantes originários de varias regiões do país. Estes eram geralmente camponeses que viam na migração o único recurso para conseguir terra e permanecer como camponês. A ocupação proporcionou uma configuração nos espaços rurais e urbanos e conseqüências sociais e ambientais. Esta atingiu principalmente o Estado de Rondônia por ser no entendimento de Becker (1990) um espaço na época de jurisdição Federal foi palco das ações dirigidas e controladas do Estado representando o espaço mais expressivo de colonização no âmbito nacional. Onde se concretizou e se efetivou as estratégias políticas governamentais para a ocupação de Rondônia.

Hoje quase 50 anos depois do início colonização, espaços rurais em Rondônia continuam sendo formados por migrantes camponeses. Estes agora saem de áreas rurais de Municípios do próprio Estado na busca incessante para continuar se reproduzindo socialmente. Entram cada vez mais na floresta e abrem, novas áreas, rurais.

Para análise desse fenômeno, teve como área de estudo a Comunidade Marco Azul. Localizada no Município de Porto Velho/Ro. As razões que levaram a escolha do tema e da área em estudo estão diretamente relacionadas com minha história de vida e os anos que residia no Município de Buritis. Nesta cidade, foi possível presenciar o deslocamento espacial de migrantes de outros Municípios e também de Buritis, para o Marco Azul. Estes mantinham o modo de vida camponês baseado na terra, no trabalho de cooperação familiar, no controle do seu tempo e da sua produção.

O trabalho fundamentou-se na hipótese de que atualmente esteja ocorrendo um fenômeno migratório interno em Rondônia por camponeses que migraram para o Estado, principalmente na década de 70 e 80, dando continuidade na busca por terras e de

espaços rurais que lhes possibilitem e garantam a manutenção de sua identidade camponesa.

A análise central deste trabalho foi compreender o processo migratório espacial interno de camponeses para espaços rurais, de modo que nos permitissem entender a trajetória e o modo de vida dos camponeses migrantes da Comunidade Marco Azul.

Assim, a proposta ganha força e importância, pois pressupõe que não haja, até o momento, dados referentes ao fenômeno em estudo. Além de levantar questões novas a serem investigadas, é relevante à medida que poderá contribuir para a reflexão da questão agrária e ambiental em Rondônia e fundamentar Políticas Públicas voltadas para áreas rurais que estão se formando ou já se formaram de modo a possibilitar melhores condições de vida à população rural.

A trajetória do trabalho envolveu o levantamento e a revisão da literatura, o que nos permitiu entender os conceitos-chaves referentes à temática. Além das pesquisas bibliográficas que foram realizadas, visitas no IBGE, e INCRA, com a finalidade de coletarmos maiores informações sobre a área da pesquisa, porém, não foi possível nessas instituições maiores informações da área, pois não é oficialmente reconhecida pelo INCRA e não se trata de área de assentamento. No IBGE, somente foram possíveis informações das coordenadas geográficas.

Para maior compreensão do fenômeno pesquisado, a coleta de dados baseou-se tanto nos métodos quantitativos quanto qualitativos. Desta maneira, para se obter dados estatísticos referentes ao processo migratório foram aplicados questionários, sócio econômico com cinquenta famílias. Utilizou-se o procedimento metodológico da amostragem aleatória simples, utilizando a tabela proposta por Bartlett *et.al.* (2001), que determina o tamanho amostral para dados contínuos e categóricos. A partir do uso deste instrumento, foi possível obter dados essenciais da trajetória espacial migratória dos camponeses da Comunidade Marco Azul e do processo de construção do espaço desse espaço rural.

Por outro lado, somente dados estatísticos não dariam suporte suficiente para compreender as relações sociais estabelecidas, os valores, organização e o modo de vida dos migrantes camponeses da Comunidade, utilizo-se, também, método qualitativo como: A observação participante, entrevistas, registro no caderno de campo e imagens

fotográficas. As somas dos métodos descritos permitiram uma análise descritiva multivariada do fenômeno estudado.

Desta forma, procurou-se compreender o espaço social, por meio de observação e participação junto às famílias camponesas. Para compreensão da construção histórica e espacial da comunidade, utilizamos relatos orais de vida por meio de entrevistas gravadas com as lideranças e moradores que estão a mais tempo na Comunidade, Montenegro (2008, p. 6), diz: “que as fontes orais são um instrumento, uma fonte para o trabalho do historiador/pesquisador, pois história do presente e nesse caso, os depoimentos de memória se constitui como fonte documental de grande importância.” A partir de depoimentos orais da memória, tive-se a oportunidade de conhecer a trajetória de vida dos camponeses e sua singularidade, bem como o modo simples mais determinado dos camponeses em demonstrar que é possível construir um território onde o sentido da terra não é capitalista, e, sim, de trabalho e reprodução da vida.

Na pesquisa de campo, surgiu à oportunidade de vivenciar este mundo com os camponeses migrantes do Marco Azul, que depois de vários anos migrando internamente, construíram o espaço de relações comunitárias e de luta naquelas terras.

Houve a oportunidade de observar uma lógica diferente, um modelo singular de ruralidade, em que as unidades familiares reúnem alguns elementos semelhantes do período feudal camponês e do descrito por Shanin (1983) em sua obra: “A classe incômoda”. O autor estuda famílias camponesas na Rússia e apresenta características singulares como: autoexploração familiar, valores tradicionais, laços de solidariedade entre vizinhos e parentes. Estas características foram verificadas nas famílias camponesas do Marco Azul, na forma como é praticado a produção familiar, na vivência em comunidade, na existência dos laços de solidariedade, como também no modo como pensam a família, os valores, a terra e o seu tempo. Todas essas peculiaridades fazem parte de uma cultura “tradicional” que é constantemente reelaborada e transformada ao longo do tempo. Acredita-se que há uma resistência e a reprodução social das famílias camponesas ao longo da história.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois meses. Uma no mês de maio e outra em setembro. O acesso para o Marco Azul se faz através de Buritis, e foi um dos fatores de dificuldade da pesquisa, devido à condição da estrada de chão, que se encontrava praticamente intrafegável no inverno. A distância da Cidade de Buritis para a

área da pesquisa é de 70 km. Na primeira viagem, foi preciso 4 horas de motocicleta para chegar a Comunidade. Este transporte é comumente utilizado pelos camponeses e foi usado também durante todo trabalho de campo. A segunda viagem foi realizada em setembro, período de estiagem e queimadas na região. No percurso, sentia-se o calor forte provocado pela grande quantidade de fogo que beirava a estrada na medida em que nos aproximávamos da área onde está localizada a Comunidade. O que aumentava o risco de acidente. O percurso teve duração de 03 horas.

Um dos fatores que ajudou no desenvolvimento da pesquisa de campo foi à amizade com uma família que reside na Comunidade. O desafio ao chegar à comunidade era localizar a residência daquela família, que era o único contato. Os camponeses ficaram apreensivos em dar informações da localização da residência a estranhos. Porém, deram à informação necessária, ainda que desconfiados. Foi através desse contato que foi possível conhecer os moradores, as lideranças e explicar sobre a pesquisa.

Nos primeiros dias, ficaram surpresos, curiosos e apreensivos. Surpresos, por verem alguém estranha ali, curiosos, por não saber quem era. Apreensivos por que pensavam se tratar de uma pessoa ligada a algum órgão governamental, pois vivem na constante ameaça de serem expulsos por estarem em área de preservação ambiental. Para aceitabilidade da Comunidade e conquistar um clima de confiança, foi preciso explicar detalhadamente a finalidade de se estar na Comunidade e mostrar a declaração da Universidade Federal de Rondônia que comprovava que era aluna do Mestrado. Como afirma Reis (2007, p. 27), “o pesquisador deve investir na aceitação dele pelo grupo, criar vínculos e clima de aceitação e confiança para que a observação tenha bons resultados no processo de investigação”. Depois das explicações, foi possível participar da vida da comunidade com tranqüilidade.

Outro fator que facilitou a pesquisa de campo foi a companhia de um membro daquela família. Quando algum camponês ainda desconfiado questionava a presença de estranhos, era necessário explicar que se tratava apenas de uma coleta de informações para um trabalho da Universidade Federal de Rondônia como também o mencionado trabalho não iria prejudicar a Comunidade.

Durante uma festa na Comunidade foi possível estabelecer um vínculo de confiança. Foi o momento em que a Comunidade percebeu que não se tratava de

peças estranhas. Muitos faziam questão que suas residências fossem visitadas e mostrar as dificuldades que passavam. Desta forma tornou-se mais fácil realizar a pesquisa.

Outra dificuldade foi aplicar cinquenta questionários compostos com perguntas abertas e fechadas. A distância é muito grande entre um lote e outro em média de 08 a 25 km. A aplicação dos questionários durou 20 dias, pois, na ocasião, algumas famílias camponesas não foram encontradas, pois haviam viajado para Buritis, seja por motivos de saúde ou negócios, outros estavam ocupados trabalhando na roça e era necessário voltarmos em outro momento. O uso desse instrumento de pesquisa não só possibilitou a obtenção de dados estatísticos como também a oportunidade de conhecer as famílias e seu modo de vida. Neste sentido, não era pura e simplesmente uma visita para responder questionários, era o momento de conhecimento mútuo entre o pesquisador e as famílias.

Este trabalho está dividido em capítulos, além das considerações finais e bibliografia:

No primeiro capítulo, são apresentados o processo metodológico e os procedimentos técnicos percorridos, utilizados em campo, nas análises dos dados como também os principais conceitos trabalhados na pesquisa como: camponês, campesinato, fronteira agrícola, migração interna, modo de vida camponês, cultura, comunidade rural, e espaço rural. Buscamos José de Souza Martins, Shanin, Paul Claval, Horácio Carvalho, Messias Wanderley e Marta Inês Marques.

No segundo capítulo, são apresentados os aspectos da Geografia Agrária e as principais vertentes teóricas que tratam do espaço rural e de sua transformação por ocasião da implantação do capitalismo no campo. Assim, a partir delas, é demonstrada qual linha de pensamento teórica baseia-se a pesquisa. Buscamos, também, apresentar o processo histórico da questão Agrária Brasileira, situando o leitor para a temática aqui analisada. Os teóricos utilizados para elaboração deste capítulo foram: Kautsky, Ariovaldo Umbelino, José de Souza Martins, Denise Elias e Eliane Paulino.

O terceiro capítulo objetiva discutir o processo de construção do espaço rural da Amazônia e em Rondônia, através da migração estimulada pelos Projetos de Colonização e as conseqüências para o migrante e para estrutura fundiária do Estado. Utilizou-se basicamente os teóricos: Berta Becker e Januário Amaral.

O quarto capítulo tem o objetivo de mostrar o processo de construção do espaço da Comunidade Marco Azul por camponeses migrantes, demonstrando quem são, como vivem e organizam seu espaço. Para tanto, buscou-se, por meio de narrativas, a história oral de vida que contribuíram para a construção do espaço rural da Comunidade. Ao mesmo tempo houve o registro de imagens e anotações de campo que traduzissem o cenário vivido pelos camponeses analisados à luz do referencial teórico.

O quinto capítulo analisa os dados de campo, por meio de gráficos estatísticos e figuras que demonstram como se deu o processo migratório dos camponeses até chegar à comunidade Marco Azul. Motivos, tempo de permanência de uma localidade a outra, quantidade de vezes que migrou e quanto tempo vivem na Comunidade, além de dados referentes à produção agrícola e de criação de animais, o que concedeu conhecimento maior desses camponeses.

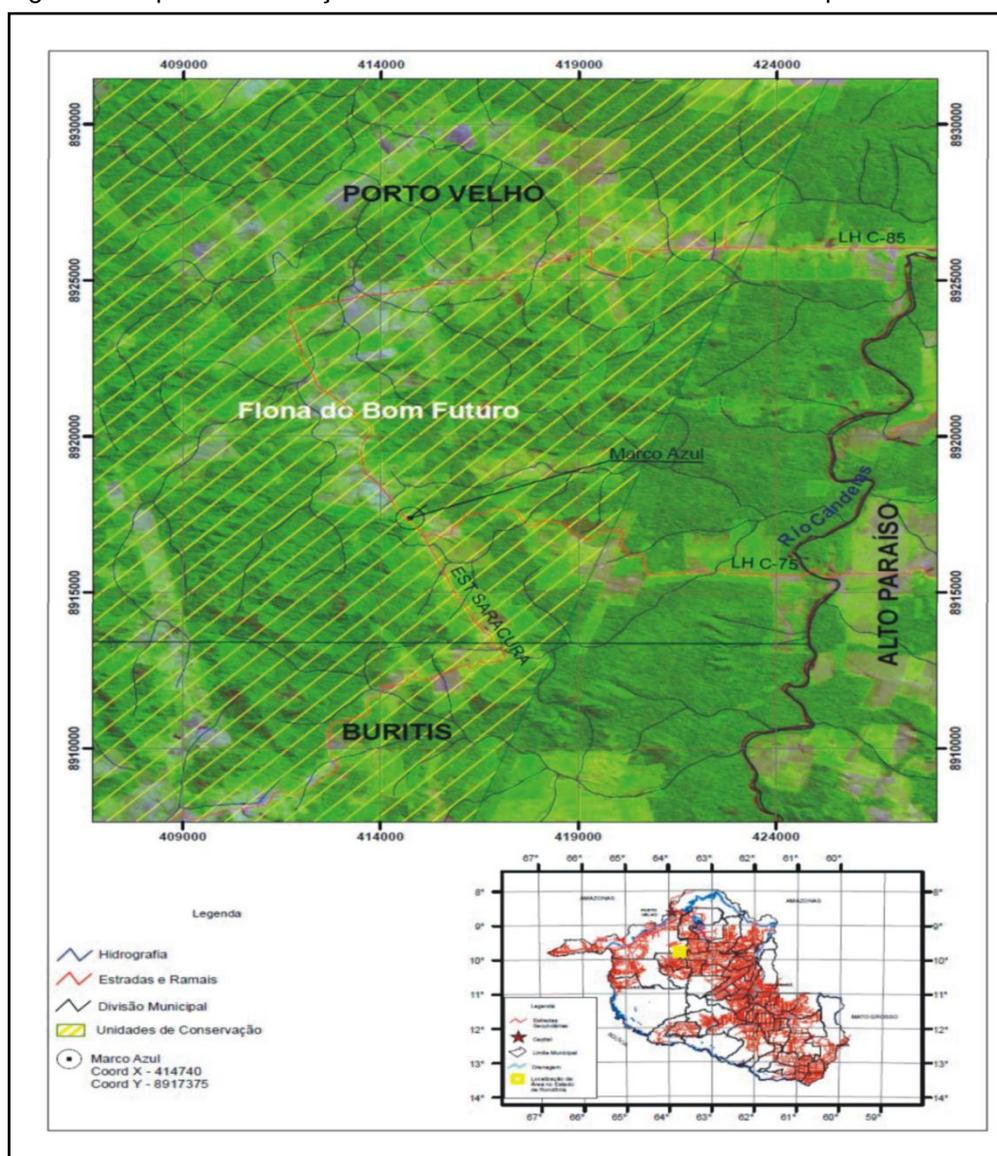
O trabalho revelou dados importantes e surpreendentes, um deles é o fato de que, mesmo com as transformações ocorridas no espaço rural Brasileiro, a partir da penetração do capitalismo, não foi eliminado completamente com jeito de ser e de viver camponês. Estes se assemelham aos descritos por Shanin (1983), tendo como principais características: a autoexploração familiar no trabalho agrícola, produzindo o suficiente para satisfazer suas necessidades básicas, há solidariedade de ajuda mútua entre vizinhos e parentes. Na organização social, permanece o patriarcalismo, onde o papel da mulher é mais no espaço doméstico, no cuidado com os filhos e marido, e afazeres domésticos, além de contribuir também com o trabalho agrícola. Estas características demonstram a afirmação do modo de vida camponês, sendo obrigado a migração para espaços que lhe dê garantia da sua sobrevivência.

CAPITULO 1 - BASE TEORICA E ESTRUTURA METODOLÓGICA

1.1.Caracterização da Área da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Comunidade Marco Azul, localizada na Flona Bom Futuro⁴ ao Sul do Município de Porto Velho. Próximo ao Município de Buritis e Alto Paraíso, como pode ser observado no mapa abaixo.

Figura 1. Mapa de localização da Comunidade Marco Azul no Município de Porto Velho



Fonte: coordenadas geográficas IBGE-2008

⁴ Área de preservação ambiental nacional, criada em 1988.

No início da ocupação da área na década de 80, os camponeses acreditavam que Marco Azul pertencia ao Município de Buritis, pois o acesso para sua ocupação dava-se pela estrada Saracura, pertencente ao referido Município, ou seja, os primeiros ocupantes abriram picadas⁵ dando continuidade e adentrando a estrada até chegar onde se estabeleceram, formando a Comunidade Marco Azul. As relações comerciais de amizade e parentesco, bem como a procura de serviços hospitalares, são feitas em Buritis, cidade mais próxima à comunidade.

Somente em novembro de 2007, o IBGE visitou a área para determinar a localização oficial e obter as coordenadas Geográficas. Assim se evidenciou o pertencimento do Marco Azul ao Município de Porto Velho.

Embora a área esteja dentro do espaço geográfico do referido Município, os camponeses não se sentem pertencentes a ele, pois além das relações sociais já estabelecidas com Buritis, não há estrada na Comunidade que dê acesso à capital, aumentando ainda mais a distância entre a Comunidade e Porto Velho.

Com as coordenadas geográficas do IBGE fica evidente não somente o pertencimento a Porto Velho, mas também revela que a Comunidade esta dentro da reserva Nacional do Bom Futuro. Esse fator, causam restrições de investimentos e de apoio governamental, em infraestrutura e políticas públicas, que beneficiem o homem do campo. Segundo depoimentos, no início da ocupação, os camponeses não tinham conhecimento de que se tratava de área ambiental. A construção histórica do espaço do Marco Azul será abordada com mais detalhes no capítulo IV.

A relação dos camponeses com Buritis é forte. Todos os serviços sociais que eles precisam são realizados na cidade. A merenda escolar é fornecida pelo o referido Município. Com o reconhecimento oficial da existência do Marco Azul e sua localização exata, a expectativa é que Porto Velho, assuma a Comunidade oferecendo os serviços sociais necessários.

1.2 Base Teórica do trabalho.

O desafio ao trabalhar a temática deste trabalho foi no plano teórico, onde se procura mostrar o porquê da utilização do termo camponês para denominar o grupo de

⁵ Abertura na mata feita por ocupantes em uma determinada área utilizando moto serras, foices e facões para ter acesso e demarcar lotes de terras e que geralmente é transformada em estradas.

agricultores da pesquisa e as principais características que os definem. Entende-se que é relevante a clareza e a compreensão dos conceitos aplicados para que haja compreensão da realidade produzida no espaço da Amazônia, principalmente em Rondônia por migrantes camponeses ao longo dos anos.

Termo camponês e campesinato: O processo do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, caracterizado por grandes complexos industriais, trouxe transformações nas relações de produção na agricultura Brasileira. Teve como consequência a redefinição da estrutura social, econômica e política no campo. Muitas correntes de pensamento hoje procuram entender o espaço rural e os sujeitos que nele habita. A corrente que defende a criação e a recriação do campesinato e do latifúndio acredita que apesar das relações capitalistas de produção existem também relações não capitalistas no campo. É o caso do trabalho familiar praticado pelo pequeno produtor rural, o qual, Oliveira (2001), chama de camponês. Para este autor, “o camponês deve ser entendido como de dentro do capitalismo não de fora deste. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha migrar (e) migrar” (OLIVEIRA, 1989, p. 11).

Em termos teóricos, não há consenso no que se refere ao camponês, sua reprodução e ao espaço rural. Muitos estudiosos do assunto acreditam que, com o desenvolvimento capitalista na agricultura e a modernização tecnológica no campo por agricultores, somado a urbanização, não é possível usar este termo, uma vez que o camponês encontra-se em processo de extinção ou torna-se assalariado.

Sabe-se que o camponês tradicional do século XVIII e XIX, descritos por Kautsky (1939), bem como os camponeses Russos da revolução agrária descrito por Shanin (1983), não existem mais. No entanto, ainda não se esgotou a discussão sobre a pequena produção e o seu modo de vida que vem resistindo no processo constante de expansão capitalista ao longo do tempo em diferentes espaços e tempos.

De acordo com Martins (1995), o termo “camponês” e “campesinato” são duas palavras recentes no vocabulário brasileiro, introduzida pelos movimentos políticos de esquerda na década de 50, quando se intensificou a luta pela terra através de movimentos sociais do campo, por ocasião da introdução de novos cultivos e modernização da agricultura, enfim, pela expansão capitalismo. “O nosso campesinato é

constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1995, p. 16).

Pode-se dizer que o campesinato é um termo genérico que se aplica as diferentes realidades, caracterizadas pela tradição, valores e pelo desenraizamento local. Significando dizer que quando o modo de vida camponês é ameaçado acontece a migração.

Nessa perspectiva Shanin (2005), chama atenção para utilização dos termos, visto que devem ser empregados e compreendidos como construções teóricas, sem elas não seria possível o avanço das ciências sociais, ou seja, não são palavras vazias, mas expressa o jeito de ser e de viver historicamente construído e herdado dos camponeses com todo o seu significado político definido. Salaria, ainda, que muitas interpretações tentam revogar o termo. Todavia, ele continua sendo pertinente.

Por outro lado, o autor chama atenção para utilização, à generalização e modismo do termo camponês. Muitas vezes é utilizado de forma equivocada, pois o termo não significa total semelhança dos camponeses em todo mundo, diferem de uma sociedade para outra. Faz-se concordância com a posição teórica do autor, pois não se pode simplesmente generalizar o seu conceito, já que nas diferentes sociedades tempos e espaços há especificidades e até dentro das especificidades podem ser encontradas múltiplas formas de vida camponesa. É uma forma de vida heterogênea. É preciso ver como estes modos de vida se expressam e permanecem em diferentes espaços e tempos no processo histórico moderno no modo de produção capitalista.

O camponês deve ser compreendido por meio da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto interna⁵ quanto externa, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005, p. 5). Compartilhando com o pensamento deste teórico, Paulino (2006, p. 99), enfatiza que não se pode considerar todas as unidades produtivas familiares como camponesa, mas, são “preciso critérios para essa classificação desvendar a lógica interna da dela ver as relações envolvidas na reprodução da família, não apenas do ponto de vista econômico, mas, também social cultural e político”. São modos de vida, concepções diferentes da lógica capitalista, pois têm domínio do seu tempo e do seu espaço. Porém não significa que estão imunes aos fatores externos, presentes na sociedade capitalista.

Embora os conceitos não retratem totalmente a realidade camponesa, mesmo porque há uma grande diversidade nos diferentes espaços do Brasil, por questões teóricas utilizou-se o conceito do autor Carvalho (2005, p. 94) que conceitua camponês como:

Os camponeses são *produtores livres* de dependência pessoal direta - são "autônomos"; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe "*laços de solidariedade*" cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em "*comunidade*"; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma "terra" (ou mesmo *território*, como se diz em francês). Traduzida como apego a "terra" é a marca de sucesso de seu modo de vida e a fonte de *seu cuidado com seu ambiente*: A migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável.

Mesmo havendo diferença social e espacial dos camponeses no Brasil, verificou-se que as características acima descritas são semelhantes nas mais variadas formas de vida camponesa. Estas são fundamentais para sua reprodução social e se diferencia do modo de vida regido pelo capitalismo.

Paulino (2006), caracteriza o modo de vida camponês, sendo marcado pela mão-de-obra familiar na produção; subsistência; autonomia e controle do seu tempo e de sua produção; o excedente produzido é vendido para comprar mercadoria que necessita para sua sobrevivência, não tem objetivo de acumular capital; em que a lógica do camponês é (M-D-M) - produzir mercadoria para obter dinheiro e comprar mercadoria que não são possíveis de serem produzidas na unidade familiar -, onde não tem sentido de acumulação. Diferente da lógica capitalista (M-D-D) que tem o objetivo de produzir mercadoria para obter dinheiro e produzir mais mercadorias e assim acumular capital.

Outra característica importante é o caráter organizacional e corporativo. A comunidade funciona com unidade básica de interação social. Essa interação torna-se base de luta e ação política para lutar por seus direitos.

É importante salientar que a autonomia camponesa não é absoluta, pois não estão imunes a fatores externos⁶, fazem parte de um contexto social mais amplo. A autonomia é manifestada pela forma como que expressa seu modo de vida contrastada com a lógica capitalista.

⁶ Chama-se de fatores externos a expansão capitalista ocorrida a partir da segunda guerra que provocou mudança na agricultura. Tornou-se mais exigente privilegiando culturas extensivas como o milho, soja, cana-de-açúcar. O que prejudicou a pequena produção camponesa não adaptada as novas exigências do mercado.

Verificou-se em nossos estudos que os camponeses podem ser pequenos proprietários, ocupantes, posseiros, meeiro, arrendatários, colonos etc., é a partir da renda da terra que sobrevive economicamente e socialmente, em algumas vezes, precisam de diarista para ajudar na produção. Quando essa estrutura é ameaçada, ocorre a migração espacial para outras áreas como forma de manter o modo de vida, se estabelece uma luta incessante em busca de terra, visto que sem a terra o camponês não expressa o seu viver.

Desta forma, utiliza-se o termo camponês, não apenas como um termo, mas como um modo de vida que carrega uma herança sociocultural que permanece ao longo do tempo de maneira contraditória e desigual no modo de produção capitalista. É o caso do grupo de agricultores da Comunidade Marco Azul, onde foi realizada a pesquisa. Eles têm a terra, a família e o trabalho como unidade de produção e consumo, bem como, autonomia do seu tempo, modo de produção e da sua força de trabalho. Assim, veem a terra como espaço de expressão de liberdade e sobrevivência, não como fonte de acumulação de capital.

O Espaço Rural: O espaço rural Brasileiro é contraditório e desigual, em sua estrutura física e social, onde é manifestada a cultura, a identidade, o jeito de ser e de viver camponês que se expressa de modo contraditório ao modelo moderno capitalista de viver. Neste sentido, concorda-se com a definição de Wanderley (2008, p.02) que define espaço rural como:

Supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

A autora admite a urbanização sobre o campo, porém não acredita no seu desaparecimento, pois interagem, articulam-se, há relações recíprocas, convergência entre o rural e o urbano. A articulação entre esses dois não anula as diferenças, as particularidades de cada um. É na aproximação que são vistas as diferenças, ou seja, ver o mundo rural como espaço integrado e ao mesmo tempo específico como espaço de expressão do modo de vida, representações sociais, políticas e de identidade. É

compartilhando com pensamento desses autores citados que foram entendidos o espaço rural e o camponês.

Modo de Vida, Cultura e Comunidade Camponesa: O camponês vem modificando-se de acordo com a expansão do capitalismo e da modernidade, mas traz consigo o seu modo de vida. Isso, significa que não há uma ruptura definitiva das formas tradicionais, historicamente construídas ao longo do tempo. Eles se mantêm de forma adaptadas as novas exigências impostas pelo capital. Assim, garantem a sua sobrevivência e a sua reprodução ao longo das gerações.

Cultura, segundo Claval (2007), é entendida como soma de comportamentos, valores e técnicas acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e também pelo o grupo do qual faz parte. É herança transmitida de geração a outra. É o que acontece com os camponeses, os quais têm jeito próprio de viver, de se organizar, trabalhar e produzir.

O comportamento e a conduta camponesa se diferenciam das demais sociedades. Este modo de vida é entendido por Marques (2004, p. 145):

Como um conjunto de práticas e valores a uma ordem moral que tem como valores nucleares a família o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construída a partir das relações pessoais imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem parentescos, tendo como unidade básica a comunidade.

É por meio da comunidade e da família que se fortalece e mantém a força camponesa, permitindo sua reprodução social não motivada pelo lucro, mas têm como objetivo a manutenção das condições de vida e trabalho da família. Em que a posse da terra constitui-se a fonte principal pela qual tiram seu sustento. A comunidade é também o espaço em que acontecem as festas religiosas e não religiosas atividades esportivas e casamentos, ou seja, é no espaço da comunidade que são expressas as manifestações culturais.

Estas características socioculturais permanecem e são transmitidas ao mesmo tempo em que se renovam diante exigências do capital. Deste modo, embora se viva no mundo moderno, nem todas as sociedades estão inseridas nesse viver. É o caso dos ribeirinhos, povos indígenas e pequenos camponeses da Amazônia, os quais ainda permanecem com seu modo de vida e cultura.

Para Shanin (1983, p. 61), em qualquer lugar do mundo as comunidades rurais camponesas possuem certas semelhanças e as define como: “um grupo humano localizado territorialmente, o qual se une por laços de interação social e interdependência, por um sistema integrado de normas e valores e pela consciência de ser distinto de outro grupo que são similares.”

Na concepção de Stropasolas (2006), as comunidades rurais têm a função de dinamizar a vida coletiva entendida como espaço de manifestações culturais e políticas que os seus membros têm certas semelhanças de valores e costumes.

Nesta mesma perspectiva Weber (2000), chama a atenção para o fato de que nem sempre pessoas que têm comportamentos e qualidades comuns, vivendo na mesma localidade, significa uma relação social comunitária. Esta não se produz pelo simples fato de sentimento de situação comum é mais do que isso, quando esse sentimento passa a orientar o comportamento delas, nasce a relação social, que não é simplesmente uma relação entre cada indivíduo, e, sim, manifestação de sentimento por pertencer ao mesmo grupo. Aí então, existe uma relação comunitária. Há uma relação de solidariedade e de pertencimento ao grupo onde todos se sentem responsáveis.

Além das características mencionadas, fica claro que somente o fato de um grupo manter relações de solidariedade, de interação social e de valores, não significa que se caracterize como comunidade, é preciso que seus membros sintam-se pertencentes, ou seja, fazem parte do grupo e são responsáveis por ele.

As relações de solidariedade, afetividade e parentesco que se estabelecem em uma Comunidade, quanto na unidade familiar de solidariedade, por esses teóricos são importantes, porém não se pode esquecer que as Comunidades se mostram complexas, têm dinâmicas próprias, relações de poder e estruturas hierárquicas conflituosas e desigualdades entre os seus membros, ou seja, a vida social comunitária não é somente harmoniosa mais também conflituosa.

As relações que definem um grupo como comunitários pelos teóricos, foram constatadas na primeira viagem para pesquisa de campo, onde percebeu-se que não se tratava apenas de agricultores ocupando um espaço físico, mas de um grupo de camponeses que mantinham relações de solidariedade, vizinhança, e parentesco, que se organizavam politicamente para lutar por seus direitos e melhorar qualidade de vida de seus membros.

Outro fato que chamou atenção, e fez acreditar que se tratava de uma comunidade, foi a forma como organizam as festas seja de aniversário, casamento ou as que o grupo promove durante o ano. Nesses momentos, houve a possibilidade de percebermos a existência de ajuda mútua entre as famílias camponesas, onde todos colaboram e participam, seja ajudando nos preparativos de alimentos quanto doando animais para que todos possam se alimentar. Observou-se o sentimento de pertencimento ao grupo e ao lugar que esta sendo construído com ajuda de todos. O espaço ocupado é visto por eles como sinônimo de liberdade e fartura. Diante das situações observadas durante a pesquisa de relações comunitárias é que nos leva a chamar a Vila Marco Azul de comunidade.

Diante do exposto, não se pode esquecer que é na comunidade camponesa que é expressa sua força, afirmação e a reafirmação do seu modo de vida. Entende-se que aí está o caráter revolucionário camponês ligado à busca constante e em defesa de suas condições de vida e trabalho.

Migração e Fronteira Agrícola: Diante da bibliografia abordada para composição da temática, detectou-se que a migração camponesa esta relacionada com o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Pode-se dizer que a estrutura agrária concentrada, o modelo econômico adotado pelo Governo Brasileiro, a insegurança da posse da terra, a expropriação e a implantação de culturas mecanizadas, foram fatores que resultaram na migração interna de camponeses principalmente para Rondônia, onde estavam sendo implantados os Projetos de Colonização Agrícola. O que tornava a fronteira Amazônica lugar de refugio e ao mesmo tempo de conflito de fazendeiros, camponeses, indígenas, garimpeiros e madeireiros.

Para Velho (1979), a formação da fronteira amazônica, bem como a formação do campesinato na região, está relacionada com as mudanças sociais e políticas ocasionadas pelo capitalismo nas regiões Sudeste, Centro-Sul e Nordeste do país. O fechamento gradual da fronteira do Sul, e a mecanização do campo forçam a migração para a fronteira. O referido autor trabalha com o conceito de fronteira em movimento, pois esta não fechou, continua e está estabelecida conforme a política e os interesses do Estado.

Para o conceito de migração interna buscou-se Souza (1980, p. 33) que define como este fenômeno com:

Sendo um processo social resultantes de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutra.

Entende-se que a migração não é apenas um deslocamento geográfico de pessoas de um lugar para o outro, pois envolve alteração e reajustamento dos vínculos associativos do indivíduo. O migrante altera simultaneamente vínculos de trabalho amizade, vizinhança e outros aspectos de sua vida. “Migrar é viver em espaços geográficos diferenciados com diferentes culturas e temporalidades” (MARTINS, 1988, p. 45).

Nessa mesma perspectiva, Singer (1995) entende a migração camponesa como um fenômeno social historicamente condicionado, sendo resultado de um processo de mudança global, os quais não estão separados das questões econômicas relacionadas às mudanças no processo industrialização a qual atingiu diretamente agricultura. O que provocou fluxo migratório da população rural. A partir desta concepção entende-se que a migração camponesa tem causas espaciais, sociais, históricas e econômicas. Tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino.

O processo migratório intenso para a fronteira ocorreu principalmente na década de 1970. Este período foi marcado por grande fluxo migratório de camponeses para a Amazônia, originários principalmente do Sul, Centro-Oeste e Nordeste do país.

A partir da segunda guerra mundial o mercado interno e externo intensifica a exigência por culturas e atividades que representasse maior lucratividade, diante disso, as políticas agrícolas governamentais privilegiavam culturas mecanizadas como: da soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. Sabemos que os camponeses não tinham condições financeiras suficientes para mudar de padrão tecnológico de produção, como também as novas estruturas iam de encontro com saberes culturalmente e historicamente herdado de trabalhar, cultivar a terra e produzir passado tradicionalmente de geração em geração e ainda, não dispõe de crédito suficiente e adequado às suas necessidades.

As políticas agrícolas privilegiavam as grandes empresas agropecuárias, agroindustriais e os grandes proprietários de terra, o que forçou muitos camponeses a venderem suas terras e deslocarem-se para outras regiões, ocasionando maior concentração fundiária no país, além dos graves problemas fundiários, fatores de ordem climática influenciaram a migração como as geadas no sul do país e seca no nordeste.

Todos esses fatores coexistentes ocasionaram os motivos de expulsão, o que gerou insatisfação, fazendo com que acontecesse a migração. Também foram criadas expectativas para o espaço de destino de uma vida melhor o que significava para o camponês terra e trabalho onde poderia assegurar sua própria reprodução familiar.

Morais (2002), aponta para a essência dos motivos que leva o camponês a migrar. Segundo ele, dá-se pelo fato do capitalismo desestruturar as economias pré-capitalistas, nascendo novas relações sociais próprias do modo de produção capitalista. A migração, a perda da terra, latifúndios, ou seja, toda estrutura agrária, bem como sua manutenção não é obstáculo para o modelo capitalista, pelo contrário, são elementos essenciais para o fortalecimento e o enraizamento na sociedade moderna cada vez mais baseada na economia de mercado.

Ao mesmo tempo, que o capitalismo expropria o camponês cria condições para continuar como tal e cria também condição para migração. A migração ocorrida na década de 70 está ligada à abertura da fronteira agrícola na Amazônia. Considerada a última fronteira para a expansão territorial do capital e como solução para os problemas sociais gerados pela concentração fundiária.

Concebe-se fronteira, no sentido de Becker (1985, p.90), “a fronteira tem características específicas: não é ela sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros, e sim um espaço relativamente não estruturado, capaz de gerar realidades novas e dotado de elevado potencial político”. Entende-se que também a fronteira é um lugar de encontro de várias culturas com temporalidades históricas diferentes.

Na visão sociológica de Martins (1997, p. 151), a fronteira é entendida com:

Essencialmente lugar de alteridade é isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é um lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como o índio de um lado e os civilizados do outro; com o grande proprietário da terra. de um lado, e os camponeses pobres do outro. Mais o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O desencontro da fronteira é o encontro de temporalidades históricas, situado diversamente no tempo e no espaço.

A fronteira para ele não é somente concebida geograficamente como expansão do capital ampliado é também cultural, *lócus* de temporalidades históricas diferenciadas. Compartilhando o mesmo pensamento de Martins, Simione (2003), esclarece que a

fronteira é um espaço de reprodução ampliada do capital, mais também lócus de conflito econômicos e sócios culturais, de esperança e ações criativas e inovadoras que possibilitam novas dinâmicas do humano no seu reencontro com o que lhe foram negadas.

Essas características destacadas pelos teóricos acima, foram observadas na fronteira Amazônica, onde houve encontro e desencontros de vários grupos sociais de diferentes temporalidades, fator que ocasionou choques culturais e conflitos entre os mais variados grupos como posseiros, fazendeiros, indígenas e migrantes que chegavam.

Depois de 40 anos das políticas governamentais voltadas para ocupação da fronteira Amazônica e mais especificamente Rondônia, que teve como uma das principais estratégias do Estado à atração de migrantes, hoje ocorre um fenômeno migratório interno em Rondônia, por migrantes que se deslocaram para o Estado na década de 70 e 80. Estes atualmente migram para municípios novos ou em processo de formação. Neste sentido, a principal pergunta que norteia a análise é a seguinte: Qual a trajetória e os motivos que fizeram esses camponeses migrarem e construir novos espaços rurais hoje em Rondônia?

Diante do exposto, a análise central da pesquisa foi compreender o processo de construção do espaço rural, da Comunidade Marco Azul, Município de Porto Velho/RO, tentando identificar os fatores causadores do deslocamento espacial, que fizeram ocorrer à migração interna desses camponeses de modo que nos permitisse entender a trajetória e seu modo de vida. É importante compreender como novos espaços rurais são construídos por migrantes camponeses, pois as construções desses espaços revelam a estrutura agrária baseada na concentração fundiária e as organizações socioespaciais desiguais existentes no país.

Tendo em vista o cenário apresentado, e não se ter até o momento conhecimento de dados específicos e detalhados do comportamento espacial da migração interna em Rondônia de camponeses é que a proposta ganha força e importância. A complexidade do tema estimula a produzir conhecimento a respeito dessa realidade, como também, respaldar discussões e reflexões sobre a questão agrária e ambiental em Rondônia.

1.3 Procedimentos: Metodológico e Técnico

A pesquisa de campo: Para uma maior compreensão do fenômeno pesquisado, a coleta de dados baseou-se tanto nos métodos quantitativos quanto qualitativos. Desta maneira, dos 120 domicílios rurais que constituí a Comunidade Marco Azul, utilizamos o procedimento metodológico da amostragem aleatória simples, utilizando a tabela proposta por Bartlett *et al.* (2001), que determina o tamanho amostral para dados contínuos e categóricos, assumindo o nível de significância 10%, 5% e 1%. Com os erros marginais de 3% para dados contínuos e 5% para dados categóricos. Na pesquisa, o tamanho estimado foi de 50 domicílios rurais, aplicou-se um questionário socioeconômico composto de perguntas fechadas e abertas. A partir do uso deste instrumento foi possível obter dados estatísticos essenciais do processo migratório estudado.

Por outro lado, somente os dados não dariam suportes suficientes para compreender as relações sociais estabelecidas, os valores, organização e o modo de vida dos migrantes camponeses da comunidade. Neste sentido, foi utilizado também método qualitativo como: A observação participante, entrevistas, registro no caderno de campo e imagens fotográficas. As somas dos métodos descritos permitiram uma análise descritiva multivariada do fenômeno estudado.

A pesquisa de campo desenvolveu-se em duas fases, a primeira no mês de maio de 2008, onde se teve a oportunidade de conhecer área da pesquisa, estabelecer contatos com as lideranças, moradores, agendar entrevista, falar da pesquisa. A segunda ocorreu no mês de setembro.

Na primeira viagem, não foi possível conversar de forma mais tranqüila com as lideranças e também os moradores, pois coincidiu com o período de festa da comunidade que costuma durar três dias. Todos estavam trabalhando na sua organização, a qual começa ser organizada meses antes e se intensifica na medida em que se aproximam os dias. Algumas lideranças estavam na cidade de Buritis tratando da festa. A viagem à Comunidade se deu nas semanas que antecederam as festividades, não sendo possível, assim, um maior contato com as lideranças, bem como a aplicação do questionário socioeconômico e concretização das entrevistas. De maneira, que dependia da disponibilidade de tempo dos camponeses. Com a concepção de que aquele momento não era propício, respeitou-se o tempo, o ritmo e o espaço dos sujeitos pesquisados,

algumas entrevistas não concluídas e a aplicação do questionário foram deixados para a segunda viagem prevista para o mês de setembro.

A possibilidade de ter ido à comunidade no período de festa foi muito boa para a pesquisa, pois o nosso olhar se voltou para observar e registrar, por meio de imagens fotográficas e registro no caderno de campo, o movimento, a dinâmica da comunidade, bem como o comportamento de seus membros, as relações sociais estabelecidas e como a comunidade se organiza nas festas e na forma de lutar para garantir seus direitos. Os dias de festas oportunizaram a apresentação à maioria das famílias da comunidade, estabelecendo, assim, o primeiro contato e oportunidade de falar da pesquisa e participar da vida da comunidade.

No mês de setembro 2008, foram visitadas 50 famílias para aplicação do questionário sócio econômico. Não foram trabalhadas todas as informações contidas no mesmo, só aquelas que nos deram dados referentes à migração interna, a produção agrícola e propriedade (tamanho da terra) dos camponeses. O objetivo foi obter uma amostragem estatística do processo migratório e da produção, enfim, dados que possibilitassem maior compreensão desse processo. As informações contidas no questionário foram tabuladas e interpretadas através de tabelas e gráficos. Aplicação desse instrumento de pesquisa permitiu observar e participar do dia-a-dia, conversar e fazer refeições com várias famílias. Era o momento e a oportunidade de obter maiores informações e estabelecer uma relação de confiança entre a pesquisadora e as famílias.

Utilização de entrevistas: com a utilização desse instrumento de pesquisa, foi trabalhada a história oral de vida com três moradores da comunidade. Um dos entrevistados foi presidente da Associação da Comunidade e principal liderança. Foi obedecido um roteiro com perguntas semiestruturadas direcionadas ao tema da pesquisa antecipadamente elaborado, de modo que proporcionasse respostas mais amplas e não correr o risco de respostas curtas ao fenômeno estudado. O objetivo era obter informações sobre organização das festas, como também a organização política, os possíveis benefícios que a comunidade recebeu e a história do lugar. Enfim, foi possível compreender melhor a organização da comunidade. A entrevista não ficou restrita somente a informações sobre a organização da Comunidade, pois ao falar do Marco Azul falava também da história de sua vida e de sua família. “Porque esta relacionada às suas

referências pessoais, a sua história de vida, as suas marcas e caminhos de memória; porque está narrando algo que é indissociável do que foi partilhado socialmente” (MONTENEGRO, 2008, p. 5).

Não foi permitido o uso do gravador, neste caso as falas foram anotadas no caderno de campo, para que não desviasse o sentido. Depois de digitadas e aprovadas pelo entrevistado é que nos foi permitido o uso das informações.

As outras duas entrevistas foram feitas com dois moradores, que residem há mais tempo na comunidade e aceitaram contribuir com a pesquisa falando de sua trajetória de vida. Estes permitiram o uso do gravador. Mudou-se o roteiro, objetivando conhecer as dificuldades, a trajetória de vida de migrante, os motivos de ir morar na comunidade, a forma como trabalha com a família dentre outros. O objetivo era entender o modo de vida de migrante camponês. As entrevistas foram transcritas e mostradas para os entrevistados e foram autorizadas para serem expostas nesta dissertação.

Utilizou-se a história oral defendida por Montenegro (2008), o qual ver as fontes orais como complemento que dão suporte as fontes documentais e dados de campo. Não ver como uma narrativa histórica como uma história própria à parte, baseada somente em entrevistas orais. Pois segundo o autor:

A memória não é registro, memória é construção, elaboração. Quer dizer um entrevistado que narra a sua memória, de alguma coisa que viveu, que passou que experimentou, ele antes de tudo tem daquela experiência, não um registro, ele tem uma elaboração. Porque nos só registramos tomando por base nossas referências, então, como todo registro mnemônico se dá, a partir do que nos já temos acumulado que percebemos ao interagimos com o mundo ao nosso redor (MONTENEGRO, 2008, p.10).

As fontes orais foram importantes para compor a pesquisa, as quais conjugadas ao questionário socioeconômico, ao registro de campo, e à pesquisa participante (observação participante), deram suporte para compreensão da migração interna e o modo de vida dos camponeses da Comunidade Marco Azul.

A observação Participante: Para pesquisar e coletar dados de uma Comunidade específica e peculiar como Marco Azul, era essencial utilizar a técnica da observação participante a qual consiste:

Na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2001, p.107).

A utilização da observação participante foi importante, uma vez que possibilitou a coleta de informações detalhadas para o entendimento da organização social estabelecida, o modo de vida, o dia-a-dia, as festas e a forma como foi à construção do espaço rural da comunidade. Pode-se ouvir opiniões, desabafos e presenciar situações diversas, e termos uma maior compreensão do fenômeno investigado, porém só foi possível depois de ter sido superado a desconfiança dos moradores que se deu no início da pesquisa. Depois disso, houve envolvimento, passou-se a participar da vida da comunidade, inclusive para ajudar nos dias das festas a convite das próprias lideranças da Comunidade.

Com essa técnica houve a possibilidade de ter acesso a dados que a Comunidade considerava de domínio privado como a documentação da Associação de Moradores e o contrato com a uma máquina patrol⁷ para manutenção de um trecho da estrada, serviço pago com contribuição dos próprios camponeses. No entanto, não foi possível obter cópias desses documentos, em função da distância e o difícil acesso à cidade. Mas observou-se ao manusear tais documentos que o endereço do Marco Azul estava sendo como pertencente a Buritis. Reforçando ainda mais o que já havia sido percebido nas observações e conversas com camponeses, o sentimento de pertencimento ao Município de Buritis e não ao de Porto Velho.

Outro instrumento essencial utilizado foi o caderno de campo indispensável para a observação participante, pois nos permitiu o registro minucioso de acontecimentos, conversas, impressões etc. A anotação ajudou na efetivação da pesquisa e na confecção da dissertação.

Cuidados éticos: Durante a pesquisa de campo foi respeitado o tempo e a dinâmica da comunidade. As entrevistas foram feitas com a devida autorização dos informantes, agendando-os antecipadamente, respeitando suas lacunas e seus silêncios. Com um

⁷ Máquina pesada motoniveladora utilizada na pavimentação de estradas.

roteiro elaborado antecipadamente, após gravar as entrevistas, estas foram transcritas e levadas até os entrevistados para acréscimos ou exclusão de alguns dados.

Formação do banco de dados: Primeiro foram selecionados bibliográficas referentes a conceitos chaves que orientassem uma leitura teórica sobre a temática em questão. Neste sentido, foi necessário montar um banco de dados com fichamentos das leituras realizadas dos principais conceitos: espaço rural, camponês, migração, questão agrária, comunidade e cultura, com base em artigos em revistas especializadas, teses e dissertações. Estas informações foram arquivadas no computador, o que facilitou na elaboração do referencial teórico, na pesquisa de campo e na análise dos resultados.

Foram realizadas visitas aos órgãos públicos como: INCRA, IBGE, a fim de obter informações estatísticas e documentais, mais específicas sobre a Comunidade Marco Azul. Na primeira Instituição, não se obteve êxito, pois área em estudo não se trata de assentamento. No IBGE, foi possível acessar informações das coordenadas geográficas, que possibilitaram a localização da área de pesquisa.

Para a formação do banco de dados referentes aos questionários aplicados em campo, utilizou-se os seguintes softwares: Excel e Access, estes forneceram um modelo em forma de tabelas e gráficos. E também, softwares XLSTAT (addinsotf, 2007) para análise mais robusta da mobilidade social da migração dos camponeses. A primeira foi análise de Cluster Hierárquico (HCH), para identificação dos grupos de mobilidade interna, a segunda análise foi Análise de Componentes Principais (ACP), esta forneceu os grupos de mobilidade interna com suas respectivas variáveis de migração:

- 1) Ano de chegada no Estado de Rondônia (ACH/RO);
- 2) Número de vezes que migrou de uma localidade a outra (VM);
- 3) Tempo de permanência na localidade anterior (TP);
- 4) Tempo que esta na Comunidade (TC);
- 5) Motivo de morar na Comunidade: Terra mais barata (Tm.Barata), Melhores condições de trabalho e Produção (Mct.Prod.), Compra da Terra (C. Terra) e Cuidar da Terra de parentes (Ct.parentes) e Outros motivos (Outros)
- 6) Tamanho da terra (Propriedade)

Outro fator essencial para formação do banco de dados foram às viagens a área da pesquisa. O contato com a realidade permitiu observar *in locu* a organização, o modo de vida, compreender o processo migratório e construção do espaço da comunidade. Estas observações foram anotadas no caderno de campo que subsidiaram a confecção de relatórios que subsidiaram na elaboração da dissertação. O trabalho de campo possibilitou também o registro de imagens fotográficas do dia-a-dia dos camponeses e da comunidade.

CAPITULO 2 - ASPECTOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

A produção geográfica, felizmente, começa a ser submetida a uma crítica profunda, comprometida com a transformação do mundo. É pois urgente produzir uma geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível também da cidade.(Ariovaldo Umbelino, 2002)

Sabe-se que o conhecimento geográfico do homem sobre o campo é muito anterior a Geografia e a Geografia Agrária. Isso significa dizer que o conhecimento sobre o campo, fundado em princípios científicos, assim como as demais ciências humanas surge no século XIX. A partir de então, o conhecimento científico geográfico sobre o campo passa ser sistematizado, construído, organizado e estruturado cientificamente.

Pode-se dizer que a gênese da Geografia Agrária é resultado do momento histórico que o mundo estava passando, tanto no sentido das transformações técnicas e políticas quanto socioeconômica. Suzuki (2007, p. 22) chama atenção para esse período, pois a Geografia Agrária se colocava a serviço do Estado propondo ações, laborando teorias tanto no que se referia a Geopolítica quanto ao planejamento estratégico, assumindo uma posição de neutralidade científica; uma Geografia que não estava preocupada com a realidade social.

2.1 A Geografia Agrária no Brasil

A Geografia passou por diferentes momentos e reflexões acerca do seu objeto de estudo e seus métodos ao longo do tempo. No final do séc. XX, um dos principais teóricos que defendeu uma geografia qualitativa preocupada com o humano, voltada às relações sociais, foi Milton Santos (1992), ele acreditava que o objeto da Geografia era o espaço socialmente construído, uma vez que “o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade”. Santos (1992, p. 1), uma Geografia Humana, subjetiva e plural, voltada para o social. Acreditava que, só assim, a Geografia poderia dá conta de explicar a realidade do mundo moderno e conseqüentemente o espaço social.

Dessa maneira, o pensamento geográfico na Geografia Agrária teve diferentes influências das mais variadas correntes de pensamento. No Brasil houve influência de tendências historicistas francesas principalmente de Jean Brunhes.⁸ A partir deste teórico, surgiram trabalhos preocupados com a realidade social. Um dos Teóricos que merece ser destacado é Orlando Valverde com a obra Geografia Agrária no Brasil, de 1964 que marca o processo de incorporação da preocupação social no campo.

Assim, o Campo Brasileiro tem sido estudado por muitos autores que seguem vários vertentes de pensamento Marxista. Há uma corrente que defende a existência do Feudalismo ou relações semifeudais no Brasil. Acredita-se que para o campo se desenvolver seria preciso extinguir estas relações e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para essa corrente, a luta dos camponeses contra o latifúndio extinguiria as relações feudais.

Outra vertente da Geografia Agrária entende que o Campo Brasileiro está se desenvolvendo através da inserção do capitalismo no campo, principalmente pelo agronegócio e a agroindústria. A partir da expansão do capitalismo no espaço rural Brasileiro, os camponeses seriam apenas um resíduo social preste a se extinguir. Fazem parte dessa corrente os seguintes autores: Kar Kautsky (1886), José Graziano da Silva (1999), entre outros. Hoje, na Geografia, muitas publicações seguem esta corrente.

Por outro lado, há uma corrente de pensamento que contradiz as duas acima descritas. Defende que o estudo do Campo Brasileiro deve ser visto dentro do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Território Brasileiro. Esta se apresenta de forma contraditória, desigual e combinada, pois produz tanto relações capitalistas como camponesas no campo. Entre os principais teóricos dessa vertente estão: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), Teodor Shanin (1983), Marta Inês Medeiros (2002), Fernandes Bernardo Maçano (2007) e outros.

Diante do exposto, acreditando numa Geografia Humana e da forma contraditória pelo qual o capitalismo se apresenta, optou-se, na pesquisa, seguir a última linha de pensamento, pois acreditando que é através da luta pela terra, da afirmação do seu modo de vida e da sua cultura que os camponeses permanecem no mundo capitalista de forma contraditória.

⁸ Geógrafo Francês divulgador da Geografia Humana na Europa e teve forte influência no pensamento geográfico no Brasil. Ver: Site http://cursoripedia/Wikipédia/Jean_Brunhes e na obra: Abordagens Teórico-metodológicas da Geografia Agrária artigo de Suzuki p.17-34,2007.

Sendo assim, esse modo de vida é expresso também, por meio de vários movimentos sociais tais como: MST (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra), Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento das Mulheres quebradeiras de coco, Movimento das Ligas Camponesas, Movimento das Vítimas de Corumbiara, Movimentos dos Atingidos pelas Barragens e muitos outros movimentos, que buscam melhores condições de vida e trabalho no campo. Estes movimentos continuam e estão presentes atualmente.

É importante salientar que mesmo aqueles camponeses que não estão engajados em movimento se organizam através de associações, como é o caso da Comunidade Rural Marco Azul, onde foi realizada a pesquisa, eles lutam para permanecer na terra e conseguir melhor infraestrutura como estradas, energia elétrica e alguns maquinários que beneficiem a Comunidade. Por isso, verificou-se que seja por meio de movimentos ou de associações, os camponeses se organizam para sobreviver diante da ampliação do capitalismo no campo que ameaça o seu modo de vida.

2.2 A Geografia e questão Agrária Brasileira

Sabe-se que o termo “questão agrária” pode ser interpretado nas mais diversas formas do conhecimento, na Geografia, segundo Stedile (2005, p. 14), é comum a expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. É no sentido geográfico que será abordada a realidade Agrária Brasileira.

Um dos problemas mais sérios do Brasil foi as posses e o uso da terra. O país possui os maiores latifúndios e estes pertencem a um pequeno grupo que detém a concentração de riqueza. O resultado da desigualdade na distribuição da terra gera miséria e violência na cidade e no campo, além do atraso social e econômico ao país.

O latifúndio tem sua origem histórica em 1530. O Rei de Portugal, preocupado com o risco de perder as terras para nações estrangeiras promove a ocupação na nova terra. A estratégia adotada foi à divisão do território em gigantescos lotes concedidos a altos funcionários e membros da nobreza. Os lotes eram conhecidos como Seis Marias.

O passado colonial do Brasil reflete no atual Sistema Fundiário Brasileiro. Historicamente adotaram-se muitas leis sobre a terra, uma delas é a Lei 601 de 1850,

estabelecia que a terra só pudesse ser obtida por meio da compra, o que acabava com o sistema da posse, ou seja, o direito à terra não era para quem nela trabalhasse, mas para quem comprovasse a posse da terra por documento registrado em cartório. Dessa forma, a elite se apropriou das terras públicas, bloqueando o acesso à população pobre. Segundo Gonçalo (2001, p. 50), criou-se outra situação, os escravos libertos continuaram trabalhando para oligarquia rural, gerando miséria, violência e luta pelo acesso à terra.

Durante a República, ocorreram várias mobilizações regionalizadas contra a concentração dos latifúndios, dentre as quais podemos citar os mais importantes no período: Canudos no Estado Baiano que durou de 1893 a 1897 e Contestado ocorrido em outubro de 1912 a agosto de 1916. Todos massacrados de forma violenta pelo governo o qual era influenciado e representava os interesses da elite dominante na época (GONÇALO, 2001, p. 50).

Segundo Medeiros (2003), antes da década de 50, a questão fundiária no Brasil se restringia a círculos intelectuais e políticos, ainda não havia se constituído um movimento social expressivo, apesar dos diversos conflitos existentes no país não se expressavam por meio da linguagem da reforma agrária. Ou seja, os camponeses não estavam organizados, lutavam de forma isolada em diversos cantos do país contra as expulsões muitas vezes violentas e sem indenização pelos proprietários de terra.

Somente na década de 1950 e 60, surgem às ligas camponesas, a união dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil (ULTABS) e o movimento dos agricultores sem terra (MASTER). Medeiros (2003). Estes movimentos estavam localizados principalmente no Nordeste Brasileiro e constituiu-se um dos mais radicais. Reivindicavam melhores condições de trabalho, indenização para as famílias despejadas de camponeses e a reforma agrária.

Apesar da concentração fundiária, inúmeros conflitos no campo, grilagem de terra e pressão das ligas camponesas, a questão fundiária só foi retomada oficialmente a partir do governo de João Goulart, que foi pressionado para realizar a Reforma Agrária. Esse grupo elabora o Projeto de Reforma Agrária, mas foi apresentado ao congresso dias depois que João Goulart foi deposto pelo Golpe Militar de 1964.

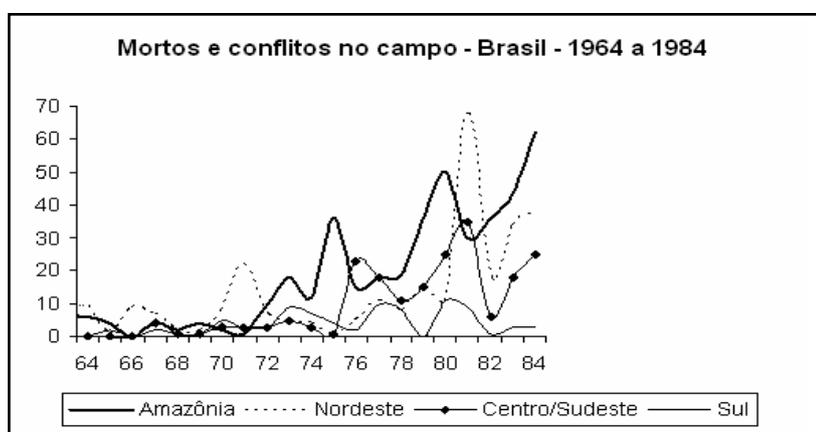
Em 30 de novembro de 1964, foi criado o Estatuto da Terra, privilegiando grandes empresas, que se destinava a agropecuária através de incentivos financeiros e fiscais. Podendo-se afirmar que se fez reforma agrária ao contrário, pois, privilegiou a

mecanização do campo e culturas extensivas como a soja, cana-de-açúcar e outros produtos exportáveis.

A mecanização no campo e o desenvolvimento da industrialização na agricultura resultaram na perda de áreas dos pequenos e médios agricultores antes destinadas aos alimentos básicos (arroz, feijão, milho etc.) O resultado foi expulsão, expropriação, concentração da terra, aumento dos conflitos no campo, bem como migração para os grandes centros do país, ocasionando ampliação de favelas nas grandes e medias cidades ou os agricultores se deslocavam para áreas onde estava ocorrendo a expansão da fronteira agrícola como na Amazônia.

Na década de 70 e 80, a questão agrária brasileira foi marcada por um grande fluxo migratório para a Amazônia. O governo militar estimulava a ocupação por meio de Projetos de Colonização, incentivos fiscais e financeiros às grandes empresas agropecuárias e mineradoras. Na verdade, a estratégia era “ocupar os espaços vazios”, minimizar os conflitos agrários no Nordeste, Sudeste e Sul do país causado pela ampliação das grandes empresas capitalistas do campo e integrar a Amazônia ao país. A ocupação para área de fronteira agrícola não resolveu a questão agrária Brasileira. Pelo contrário, aumentou o número de conflitos agrários e de mortos na região, bem como em todo país. Como pode ser demonstrado no gráfico abaixo:

Figura 2. Mortos e conflitos no campo – Brasil 1964 a 1984.



Fonte: Feliciano, C. - CPT, 2002.

Desta maneira, muitos camponeses migraram para Amazônia onde esperavam encontrar terra e trabalho, porém muitos não conseguiam terra e acabavam servindo de mão-de-obra e fortalecendo, assim, o sistema de desigualdade, exploração e a estrutura

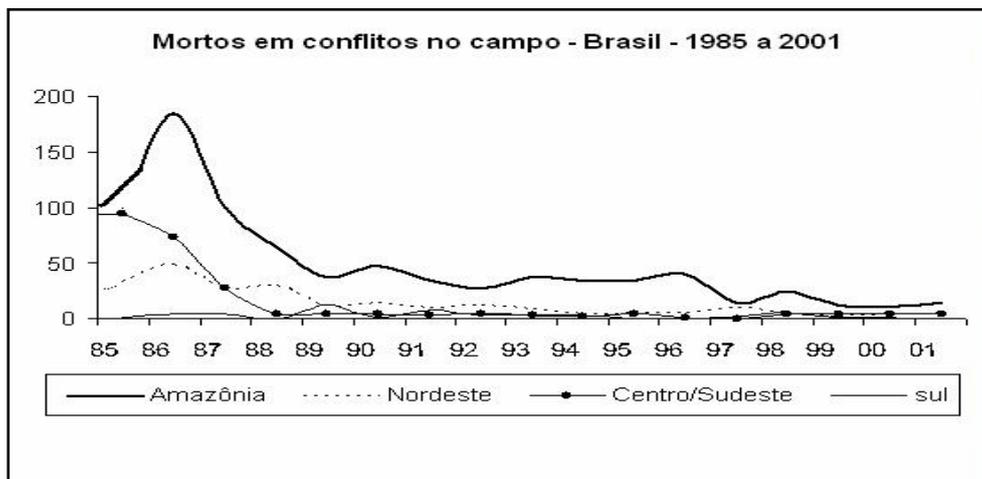
agrária. Na verdade, houve a transferência dos problemas agrários para a Amazônia e o aumento da concentração fundiária em todo país, pois não se resolveu os problemas agrários nos Estados atingidos pela mecanização e pela expansão da grande propriedade do campo. O fato das terras disponibilizadas pelo INCRA serem insuficientes para atender o enorme fluxo migratório, contribuiu também para estruturar e fortalecer a concentração fundiária na Região.

Já no final da década de 90 e início do milênio, precisamente nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foi marcado pelo MST (movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e grande violência no campo. Segundo Gonçalo (2001), antes desse período, não se falava tanto em reforma agrária, só sendo retomado o debate e de maneira mais expressiva na referida década.

Os movimentos de luta pela terra apresentavam características e novas formas de luta. A forma para agilizar a criação de assentamentos ou que o governo liberasse recursos financeiros foi ocupar prédios do INCRA, de latifúndios, bem como as caminhadas realizadas por vários Estados do país. Essas atitudes foram os meios encontrados para pressionar o governo e chamar atenção da população sobre a situação agrária do Brasil. Acreditavam que só através da luta e dessas atitudes poderiam agilizar a criação de novos assentamentos e estruturar os que já existiam.

Os movimentos, principalmente o MST, defendiam a reforma agrária, a agricultura com bases sustentáveis que garantissem melhores condições de vida para todos. Não estavam isolados, tinham apoio de parte progressista, da igreja católica, de partidos políticos de esquerda e sindicatos. Como já mencionado, houve nesse período um aumento significativo da violência do campo em todo o Brasil, principalmente no Pará em Eldorado dos Carajás no ano de 1996 e Corumbiara em Rondônia 1995, onde famílias estavam acampadas. Esses massacres tiveram repercussões nacionais e internacionais os quais revelavam os conflitos pela posse da terra e o grande latifúndio. Na verdade, percebemos que ao mesmo tempo em que se concretizava e avançava o Projeto de colonização na Amazônia e o apoio de grandes empresas agrícolas, aumentava também a concentração da grande propriedade e conseqüentemente os conflitos e luta pela terra, como podem ser demonstrados abaixo pelo aumento de números de mortos na Região Amazônica.

Figura 3: Mortos e conflitos no campo – Brasil 1985 a 2001.



Fonte: Feliciano, C. - CPT, 2002.

Os casos acima mencionados ilustram a injustiça social, e a não disposição do governo de mudar a estrutura agrária brasileira, bem como a intenção do Governo de transferir o problema agrário para Amazônia. Historicamente esses movimentos de luta pela terra são neutralizados com requinte de crueldade e conivência do Estado através do poder judiciário e da polícia em defesa dos latifundiários.

Diante dessa situação, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pressionado pelo MST e grande número de violência no campo, como também com o objetivo de fragmentar o movimento de luta pela terra, o governo promoveu algumas desapropriações e criou inúmeros projetos e ações as quais destaca-se alguns:

- Projeto Lumiar: objetivava viabilizar os assentamentos, tornando-o unidade de produção estruturada e de forma mais competitiva e integrada a dinâmica do mercado local e regional. Além da assistência técnica, e de informação e acompanhamento os assentamentos;

- Ouvidoria Agrária Nacional: Criada em 1999, com o objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários;

- PRONERA (Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária) tinha como um de seus principais objetivos fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologia específica para o campo;

- Programa de Acesso Direto a terra: baseava-se na inscrição via cadastrado pelo correio do interessado em obter um lote de reforma agrária;

Além desses Projetos e ações o governo objetivava desapropriar latifúndios improdutivos. Neste sentido, Gonçalo (2001, p. 52) enfatiza:

(...) que a quantidade de latifúndio improdutivo desapropriados neste governo seria de 7.321.270 hectares. Considerando ainda outras formas de aquisição de terras para a reforma agrária, mais de nove milhões de hectares estariam destinados aos assentamentos desde 1995.

Embora audaciosa a ação do governo foi modesta diante do grande problema agrário acumulado ao longo da história. Foram tomadas medidas pontuais para amenizar a violência no campo e coibir a ação dos movimentos de luta pela terra demonstrando claramente o desinteresse de fazer e resolver o problema agrário Brasileiro. Essas medidas e projetos, não chegaram a todos nem em todos os lugares do país.

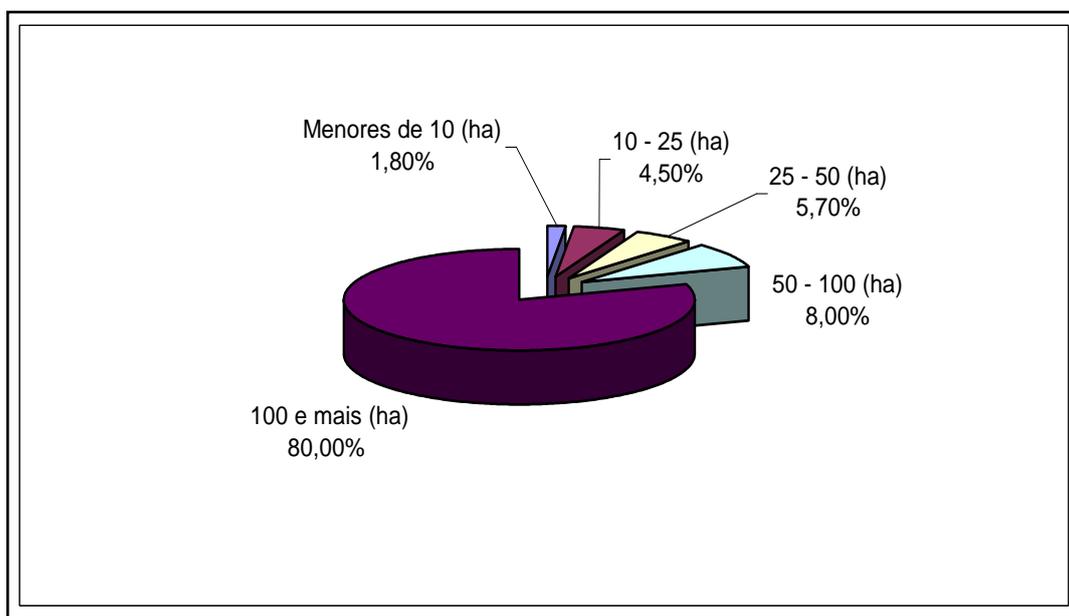
Em 1997, houve a oportunidade de visitar juntamente com equipe do INCRA, dois assentamentos em Rondônia, o de Jaru-uaru, localizado no Município de Jaru e Manssagana, no Município de Ariquemes. Nestes foi possível constatar a falta de estrutura como: estradas sem condições de trafegabilidade; ausência de serviços de saúde, escolas distantes, atendendo de forma precária e somente de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, observou-se, também, a ausência do órgão assistência técnica (EMATER). A política de reforma agrária adotada não atingia a todos. A falta de condições de trabalho e apoio favorecia a não permanência no lote. Constatou-se que o simples fato de distribuir terras não significa fazer reforma agrária. É preciso dar condições estruturais financeiras, técnicas de maneira sustentáveis para que os camponeses possam permanecer na terra.

Os problemas da década de 90 foram semelhantes aos da década de 70, quando implantados os Projetos de Colonização. Isto demonstra que a política dos Projetos de Colonização através do INCRA não ofertava as condições sociais e estruturas para as famílias assentadas.

Ainda nesta perspectiva, fica evidente o desinteresse de implantar uma política fundiária efetiva, pois os latifundiários seriam prejudicados, já que perderiam suas terras ociosas que muitas vezes servem para empréstimos e especulação fundiária. Além disso, grande parte da elite que compõe a classe dominante Brasileira não se sente à vontade em discutir seriamente a questão agrária, pois não querem perder os privilégios adquiridos historicamente, ou seja, a situação agrária no Brasil tem suas origens

profundas e difíceis de serem mudadas. O que significa dizer, que existem a continuidade e predominância do latifúndio em pleno século XXI, como pode ser verificado na figura 3.

Figura 4: Distribuição dos imóveis rurais por hectare no Brasil.



Fonte: INCRA/Agosto-2003. Modificado de Carvalho. 2005. Por Terezinha F. de Souza, 2009.

A figura representa o percentual da distribuição fundiária no país. Observamos que 1,8 % dos imóveis tem área abaixo de 10 hectares, 4,50% corresponde 10-25 hectare, 5,70% a 25-50 hectare, 8,00% área de 50-100 hectare e 80% corresponde área acima de 100 hectares.

Estes dados representam o índice de concentração fundiária do país onde a grande maioria tem pouca terra e a minoria tem muita. Evidencia, também, que o modelo modernizador adotado contribuiu cada vez mais para manutenção da estrutura agrária, da desigualdade social e econômica no campo.

Como demonstrado anteriormente, o processo de mecanização e de concentração fundiária, por grandes empresas agropecuárias e agroindustriais no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, provocou a migração, principalmente na década de 70 e 80 para áreas de fronteira agrícola como a Amazônia.

Nesse contexto, o Território Federal de Rondônia tornou-se grande alvo para implantação dos Projetos de Colonização Agrícola, sendo um polo atrativo de migrantes, principalmente, das regiões acima descritas. A pressão da grande propriedade nessas

regiões e a necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível dos camponeses era a migração. Eles traziam consigo a esperança de conseguir terra e garantir a sua reprodução social. Para Carvalho (2005, p. 41):

A migração tem duas faces: a esperança e o fracasso: A existência de uma fronteira agrícola no interior do país, foi à condição que permitiu a esses camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses.

Como conseqüência desse processo migratório, originou-se os principais Municípios de Rondônia com suas respectivas áreas rurais. No entanto, embora não haja dados concretos oficiais, atualmente muitos migrantes que se deslocaram na década de 70 e 80 para Rondônia, formando os vários Municípios, estão migrando internamente para outros espaços, onde podem reproduzir-se socialmente, conquistando e construindo espaços rurais. E este fenômeno foi investigado, tendo como área de pesquisa a Comunidade Rural Marco Azul, no Município Porto Velho/RO.

A Comunidade foi formada por migrantes de vários Estados que chegaram principalmente em Rondônia na década de 70 e 80 a procura de terra. Estes migrantes camponeses têm uma trajetória e um modo de vida próprio. Entender esse fenômeno é importante, pois através de estudo poderemos contribuir para as discussões da questão agrária e as mudanças que se processam no espaço rural de Rondônia por conseqüência da migração interna.

2.3 O espaço rural em transformação

As transformações econômicas, sociais e políticas, as quais o mundo passou por ocasião da mecanização industrial e inserção do modo capitalista de produção, na segunda metade do século XVIII na Europa, modificaram a organização social, o modo de vida das sociedades rurais, bem como o espaço agrário ao longo da história. Hoje o espaço rural e os agentes sociais neles inseridos, tornaram complexo, pois ao mesmo tempo em que há a expansão na sua forma mais ampla de desenvolvimento, existem sociedades que não estão totalmente inseridas na economia de mercado. Sendo assim, entendemos ser necessária para análise do rural, uma síntese da retrospectiva das

transformações ocorridas nos países industrializados em diferentes períodos, pois estas influenciaram no espaço agrário Brasileiro.

No período feudal, a sociedade era predominantemente rural, tendo como base econômica as atividades agrícolas e era marcado pelas sociedades camponesas. Estas se caracterizavam pela autosuficiência, ou seja, produziam seu próprio alimento, utensílio, móveis, roupas e ferramentas necessárias para sua subsistência. Não dependia do mercado:

De fato, o camponês ia ao mercado, mais lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando só o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez compromettesse sua comunidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência. (KAUTSKY, 1986, p. 18).

Essa realidade vai ser alterada com o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia que originalmente não estava interessada terra, mas, sim, no comércio e na indústria primitiva que se iniciava naquele momento. Significa dizer que os produtos comercializados pelos burgueses eram originados no campo, seja por artesões ou por camponeses que produziam, utilizando a mão-de-obra familiar. Era o nascimento do modo de produção capitalista em detrimento ao modo de produção feudal.

Com o passar do tempo, houve a intensificação do comércio burguês, o que fez surgir novas técnicas e vários ofícios. A população das cidades cresceu rapidamente e desenvolveu uma nova forma de trabalho cada vez mais especializado. “Aos poucos prevalece o caráter comercial da cidade e esta passa a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnica e obras, tornando-se centro de vida social e político” (Marques, 2002, p.95), enquanto o capitalismo era essencialmente comercial havia ainda a predominância da população rural.

No final do século XVIII, com advento da Revolução Industrial é dissolvida a indústria de consumo e de subsistência camponesa, substituindo a produção domiciliar para a produção em série nas fábricas. No campo, o estímulo à produção com técnicas e instrumentos inovadores e o desaparecimento dos pequenos proprietários devido aos cercamentos⁹ integraram o trabalho rural ao sistema capitalista em desenvolvimento.

⁹ Fenômeno ocorrido na Inglaterra desde o século XVII, considerado como uma das causas da revolução industrial. No modo de produção Feudal a terra era um bem comum. A partir do momento em que se processa a transição para o modo de produção capitalista, a terra passou a ser encarada com um bem de produção. Desse modo, uma parte dos senhores feudais ingleses passaram a

Esses fatores motivaram a migração da população rural para as cidades e alterou profundamente as estruturas econômicas, políticas e sociais e espaciais desse período.

O apoio do governamental contribuiu para o crescimento da produção o que favoreceu o setor industrial e urbanização. O processo histórico tornou esse setor predominante e não mais as atividades agrícolas camponesas como eram anteriormente.

A agricultura e o rural perderam espaço diminuindo sua importância para a economia, pois já não mais proporcionavam a rentabilidade semelhante aos setores industriais e urbanos. Passaram assim, a considerar o rural como espaço periférico atrasado e residual; já o urbano, onde se encontravam as indústrias, como o moderno e o progresso (PONTE, 2004, p. 21).

É a partir do séc. XVIII que tem início a visão dicotômica do rural e do urbano. O rural como espaço de pobreza, precariedade, ignorância, isolamento, de vazio demográfico, analfabetismo etc. O espaço urbano como sinônimo de modernidade, progresso, serviços, indústrias, comércio e estrutura. Esta visão foi fruto de um processo histórico de construção de imposição de valores, principalmente burgueses ocidentais que se tornaram universais, subordinando as culturas tradicionais, impondo hierarquias e diferenças. Estes valores foram internalizados ao longo da história que permanecem até hoje.

O Período contemporâneo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, se diferencia de outros anteriores pelo predomínio e a interação profunda entre ciência, técnica e informação. Milton Santos (1996) denomina estas mudanças de meio técnico-científico-informacional, as quais permitiram ao homem modificação nos sistemas de produção tradicional agrícola para um sistema moderno e racionalizado. Houve investimento em ciência e tecnologia para o melhoramento de sementes, insumos, fertilizante, solos etc. (re) organizando o espaço agrícola brasileiro.

Historicamente a estrutura agrária nacional esteve relacionada com interesses externos dominantes dos países capitalistas industrializados. Deste modo, o modelo agrário atual baseado no agronegócio e na agroindústria responde as exigências do mercado internacional mundializado.

Na análise de Elias (2007), esse modelo de produção agropecuária adotado pelo país, baseado e regulado pela economia de mercado, intensifica o capitalismo no campo

cercar as suas terras, arrendando-as como pastagens para a criação de ovelhas, e delas expulsando os camponeses. Para maiores informações ver [site http://cursoripedia/Wikipédia/cercamentos](http://cursoripedia/Wikipédia/cercamentos)

e tem como característica a urbanização das cidades próximas aos setores agroindustriais. Estas cidades são importantes, pois fornece serviços, insumos e maquinários. Há aplicação massiva de capital para a obtenção de maior lucratividade o que promoveu transformações significativas não só na técnica como também social. Com isso, o espaço agrário foi reconfigurado para atender o novo modelo econômico. A autora deixa claro seu posicionamento com relação aos efeitos do setor agropecuário e agroindustrial no campo.

O agronegócio globalizado se dá paralelamente a fragmentação do espaço agrícola, em face de seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente. Tudo isso induz á mecanização dos espaços agrícolas e aumenta a proporção da natureza social sobre a natural, com o meio natural e o técnico rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional o que culmina num processo acelerado de (re) organização do espaço agrícola, com o incremento da urbanização (ELIAS, 2007, p. 50).

O novo modelo agrícola exclui os pequenos agricultores, mantém a estrutura agrária, aumenta a concentração fundiária e contribui para ampliação, fortalecimento e acumulação do capital no campo por grandes empresários rurais, acirrando cada vez mais as desigualdades sociais no meio rural.

A configuração socioespacial agrária, por ocasião das transformações, tornou-se complexa. E várias teorias são levantadas para entender o campo Brasileiro. Limitaremos apresentar duas linhas de pensamento, de José Graziano da Silva (2001) e José Umbelino Oliveira (2004), das quais se entendem ser as mais divergentes e compõem diversas dissertação e tese nesse momento no Brasil.

Para José Graziano da Silva (2007), a imagem do rural se transformou. Está sendo urbanizado, levando a uma homogeneização até chegar a sua eliminação o que significa dizer, que o rural ganha nova configuração marcada por novas atividades não agrícolas como: criação de scargot, plantas exóticas e etc. e também pelo o aumento das atividades pluriativas e do turismo rural.

Assim, nessa visão, as diferenças do rural e do urbano deixam de existir, prevalecendo à forma urbana do campo por ocasião da inserção de grandes empresas agroindustriais e do agronegócio. “Esse método de análise afirma que as transformações no campo ocorrem no sentido de retirar seu atraso, uma vez que o rural apresenta técnicas precárias de produção e modos de vida não compatíveis com o nível de exigência do sistema de mercado”. Ponte (2004, p. 7), ou seja, só com uma agricultura

empresarial adaptada às exigências da economia de mercado é possível o campo se desenvolver. Nesta linha de pensamento, exclui-se o modo de vida camponês, exige-se sua profissionalização para levá-los a serem assalariados, restando para ele atividades rurais não agrícolas e pluriativas,¹⁰ bem como a consolidação de empresas familiares e do agronegócio. As tendências das propriedades rurais por ocasião das transformações ocorridas no campo quais são destacadas por Silva (1999, p.224):

- a) uma redução das propriedades rurais familiares puras, muitas das quais já se encontravam inviabilizadas como unidades produtivas e que não conseguiram sobreviver à crise da primeira metade dos anos 80 através da inserção nos precários mercados de trabalho que lhes eram acessíveis;
- b) uma expansão da área e concentração das unidades tipicamente capitalistas e das empresas familiares consolidadas;
- c) um fracionamento ainda maior dos estabelecimentos periféricos, que já eram marginais do ponto de vista da produção agropecuária, o que tenderia a inviabilizá-los ainda mais como unidades produtivas;
- c) a consolidação de uma categoria híbrida que combina o trabalho familiar com o de assalariados temporários, uma espécie de “farmer caboclo”, parcialmente mecanizado.

Nesse cenário, não há espaço para a pequena produção baseada na subsistência, adequam-se as normas do mercado ou tornam-se assalariados. Para o autor supracitado é essa a realidade rural brasileira hoje.

Outro teórico que contribui para a análise deste autor foi o Robert José Moreira (2007), ele enfatiza que na sociedade globalizada as formas tradicionais rurais estariam desaparecendo e reaparecendo de outra forma como um global desterritorializado. Um desenraizamento no tempo e no espaço.

O desenraizamento do tempo significa um passado que desaparece e reaparece como representação do passado desaparecido, com seriam as representações presentes do patrimônio e as tradições que sedimentam aos turismos ecológicos e rurais “da fazenda” e das tradições “camponesas” no centro e na periferia. O desenraizamento do espaço de um local ou território que desaparece ao se globalizar, reaparecendo como um global desterritorializado pode ser visto, por exemplo, nas realidades do *agribusiness* e do estilo de vida country, originalmente norte-americanos, passam a compor a cultura global, Unidos (MOREIRA, 2007, p. 71).

¹⁰ Combinação de atividade agrícola e não agrícola que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso como representa uma estratégia individual dos membros que constitui a unidade doméstica.

Para o autor, esta havendo uma nova revalorização do rural no Brasil através do turismo ecológico cultural, dos rodeios e da integração dos produtores familiares as agroindústrias. Um rural integrado às exigências do mundo globalizado, ou seja, as particularidades locais são convertidas em universais homogêneas e globais é o que o autor denomina de *localismo globalizado*. Produtos, comportamentos, estilo de vida e cultura não pertencem a um só país, ao seu lugar de origem se homogeneizaram em diversos espaços.

É importante salientarmos que essa vertente é justificada principalmente pelos dados do PNAD/IBGE de 1999 que identifica mudanças ocorridas no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Este estudo foi realizado pelo projeto urbano tendo como um dos principais coordenadores o teórico José Graziano da Silva (2007). É a partir desses dados estatísticos que o autor sustenta sua tese e tem a visão de um novo rural marcado pela alta modernidade, globalização e características já mencionadas anteriormente. Todos os fatores descritos, segundo essa linha de pensamento, compõem o novo rural século XXI.

José Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004),faz duras críticas a linha de pensamento José Graziano,(2007) argumenta que sua tese não tem capacidade explicativa, pois ao mesmo tempo em que houve o aumento do capitalismo em 1995, também ocorreu o aumento do número de posseiros. Então, segundo ele, esses posseiros deveriam ter-se tornado proletários, o que não ocorreu. Expõem ainda, que mesmo com capitalismo na sua forma mais ampla o camponês e o mundo rural permanecem. Entende as transformações do campo como desigual e contraditória. E admite:

Como faço parte de outra concepção teórica de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, para mim, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. Ou seja, o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através do trabalho do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo (OLIVEIRA, 2004, p.37).

Para esse teórico, o desenvolvimento do capitalismo se faz movidos por suas contradições e desigualdades no campo. Isto é, para o seu desenvolvimento a capital precisa de aspectos contraditórios a si mesmo. Um desses aspectos são as relações de trabalho assalariado como, por exemplo, os bóias-frias que trabalham para as usinas de açúcar e álcool e as relações não capitalistas como, por exemplo, a parceria, arrendamento da terra, o trabalho familiar camponês entre outros.

O capitalismo precisa da exploração de mão-de-obra camponesa para gerar mais capital e se desenvolver não só nas cidades, mais também no campo. OLIVEIRA (2001, p. 19) explica com isso acontece e enfatiza:

Que muitos pecuaristas de São Paulo, não contrata assalariados para refazer as pastagens prefere arrendar suas terras para camponeses, pois estes utilizam mão-de-obra da mulher e dos filhos para reconstituição dos pastos deixando pronto para o fazendeiro receber o gado novamente.

Durante o tempo que o camponês permanece na terra, planta algum produto e depois da colheita é obrigado a dividir parte da produção obtida com o fazendeiro ou este pode cobrar a sua parte em dinheiro, ou seja, de qualquer maneira o camponês paga pela concessão da terra.

Outro exemplo de aspectos contraditórios do capitalismo é a situação dos plantadores de fumo. As empresas tabagistas utilizam-se da mão-de-obra familiar para manter a indústria de cigarros e derivados do fumo. Todas essas situações descritas são muito lucrativas. Nos dois exemplos acima, conseguem reproduzir capital através de mão-de-obra não capitalizada e ainda os mantêm sob domínio.

No entendimento do teórico, estas práticas revelam que o próprio capital se apropria tanto das relações de trabalho quanto da mão-de-obra familiar camponesa para se desenvolver cada vez mais e obter mais valia. O próprio capital, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

Entendeu-se que, embora a configuração socioespacial do rural tenha mudado, tomada por complexos agroindustriais por alta tecnologia na agricultura não podemos homogeneizar uma realidade e negar a existência de formas pré-capitalista que permanece no Brasil. Mesmo porque, a realidade destacada por José Graziano (2007)

tem como base praticamente a Região Sul e Sudeste do país, a realidade Amazônica não é estudada por este autor exceto o Estado do Tocantins.

Analisando os camponeses nas regiões destacada acima, Paulino (2006), chega à conclusão de que, mesmo nestas regiões onde há tecnologia, o agronegócio é predominante e ainda persistem formas de vida camponesa. O fato de muitos estarem produzindo para a indústria no sistema de integração ou utilizar técnicas, não significa que passaram acumular capital e deixaram de ser camponeses, ou que o mundo rural está desaparecendo. A integração é vista pela autora, como estratégia de sobrevivência familiar para que possa continuar se recriando de diferentes maneiras na lógica de desenvolvimento capitalista. Destaca ainda, que eles mantêm o controle dos meios de produção. Não incorporam o sentido de mercadoria.

A ideia camponesa é diferente. O objetivo é produzir mercadoria para conseguir dinheiro para obter as mercadorias que necessita. A lógica é mercadoria, dinheiro e mercadoria, a qual pode ser representada com a sigla M-D-M, diferente da lógica do capital destinado ao negócio. O objetivo, no caso das grandes empresas, ou empresários rurais (pecuaristas, fazendeiros de soja. Etc.), como já descrito anteriormente, é investir na agricultura ou em pequenos e médios produtores, a fim de obter uma quantidade de mercadoria a ser comercializada. Esta deve produzir maior lucratividade do que foi investido, isto é, a lógica é M-D-M (dinheiro, mercadoria e dinheiro). É a exploração do trabalho através do qual produz mais valia.

Observou-se que o capitalismo não ocorre de forma hegemônica, pois cada território tem suas especificidades, o trabalho camponês familiar e o seu modo de vida têm suas múltiplas formas. O fato é que o rural tornou-se complexo e redefiniu-se dentro do modo capitalista de produção nos diferentes tempos e espaços.

Nesse contexto, de diferenças que se verificarem as especificidades, a heterogeneidade e as formas pelas quais o modo de vida camponês se mostra. O rural e o camponês devem ser entendidos dentro das contradições e complexidades que o capitalismo engendra na sociedade Brasileira.

Em conformidade com a exposição das principais idéias defendidas pela linha de pensamento de José Graziano, (2001) pergunta-se: de que realidade se refere? A nosso ver, o rural descrito e defendido pelo autor não condiz com a realidade de todo o país. O Brasil é constituído por diversidades e especificidades principalmente na região

Amazônica, que também tem suas singularidades e não é homogênea. Os dados estatísticos analisados por pesquisadores referem-se a onze unidades da federação não e incluem a região Norte, uma das maiores do país, exceto o Estado do Tocantins.

Sabe-se que Amazônia é caracterizada por grandes momentos de migração impulsionados por grandes ciclos econômicos e Projetos de Colonização. Os migrantes que chegaram à região eram geralmente camponeses oriundos dos estados, que se baseiam as análises de José Graziano (2007). Foram expropriados da terra justamente pelo modelo agrícola que privilegia as grandes empresas agropecuárias e agroindustriais.

Estes migrantes ou seus descendentes continuam recriando-se como camponês, principalmente no interior da Amazônia em áreas rurais ribeirinhas, em de assentamento, ou ainda como posseiros, rendeiros ou proprietários. Muitos vivem do trabalho familiar de subsistência. Embora sua organização social e modo de vida estejam ameaçados por um modelo capitalista que desconhece sua singularidade, ainda mantêm-se como camponeses em muitas comunidades rurais.

Não há a intenção de negar a existência dos novos elementos fruto das transformações que o mundo globalizado e de alta modernidade impôs ao campo, seja na Amazônia ou nas demais regiões, porém não se pode negar a existência camponesa na sociedade capitalista. Esta continua se recriando dentro da lógica do capital. O capital não se expande de forma absoluta e linear tem suas contradições, essas são necessárias para a lógica capitalista.

Percebeu-se, pelo exposto, que o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória no espaço agrário Brasileiro principalmente, no que diz respeito às comunidades de pequenos camponeses no interior do país que sofrem com falta de infraestrutura e investimento para que os mesmos possam viver dignamente sem precisar sair do campo.

Deste modo, o espaço rural possui particularidades consideráveis para o desenvolvimento da sociedade, é possível desenvolver e promover melhor qualidade de vida no campo sem necessariamente urbanizá-lo. É preciso entender e respeitar a singularidade, o modo de vida, a importância e complexidade desses espaços, bem como garantir a especificidade e a estratégia de sobrevivência da população rural em meio às mudanças no campo.

CAPITULO 3 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA

A ocupação da Amazônia trouxe consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária no seio da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a inverterem na fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo (Ariovaldo Umbelino, 2001)

Historicamente a formação da Fronteira agrícola na Amazônia está relacionada com o fluxo migratório para Região. Pois os projetos de desenvolvimento tiveram a necessária “contribuição” da força de trabalho dos camponeses migrantes e demais trabalhadores. Evidenciando o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista na Região.

A ocupação das terras na Amazônia teve início no século XVII, quando os portugueses lutaram para reconquistar o território Amazônico, antes dominado pelos holandeses e ingleses que haviam se estabelecido em parte da região a procura de drogas dos sertões e metais preciosos. Nesse período, a população era essencialmente indígena. Porém as epidemias e os conflitos com o contato do homem “branco” desencadearam um processo de extermínios desses povos.

Nos anos subseqüentes, mais precisamente no século XIX, desencadeou de forma mais intensa a ocupação na região por migrantes principalmente nordestinos que eram atraídos pela extração do látex, produto de grande valor no mercado na época. No século XX, teve início o processo de colonização o qual atraiu grandes contingentes populacionais de várias regiões do país. Este processo trouxe mudanças espaciais, ambientais e sociais como: conflitos de terra e concentração fundiária.

3.1 A ocupação das Terras na Fronteira Amazônica por Migrantes

A ocupação das terras da Amazônia está ligada a correntes migratórias as quais influenciaram na construção e produção do espaço da região. A primeira ocorre na segunda metade do século XIX até 1920, com a exploração da borracha a região alcançou um crescimento econômico considerável que provocou uma intensa demanda de mão-de-obra. Para atender a industrial internacional, o governo federal, financiado pelo

capital estrangeiro, viabilizava a migração principalmente de nordestinos cearenses que se estabeleceram na região. A partir destas migrações surgiram povoados, vilas e cidades com o intuito de comercializar a produção da borracha. As cidades de Belém e Manaus tornaram-se os principais centros comerciais que ligavam a Amazônia aos mercados externos.

Para Silva (2003), em sua obra *o espaço ribeirinho* o referido período é caracterizado por migração familiar e sertaneja. Destaca ainda, e concordo com sua argumentação, que a migração Nordestina está ligada fundamentalmente aos conflitos do campo e a estrutura fundiária concentrada nordestina que forçou o deslocamento de milhares de nordestinos para Amazônia. Para a autora o fenômeno da seca não é determinante para a migração dessa população.

A segunda corrente migratória ocorre na segunda guerra mundial entre 1943 a 1945, motivados pela “batalha da Borracha” divulgada pelo Estado grande contingente de migrantes se dirigiam à Amazônia, aumentando a mão-de-obra necessária para aumentar a produção de borracha para a indústria bélica dos Estados Unidos.

Apesar das grandes transformações que estas duas fases trouxeram para a região como um todo, elas foram relativamente pequenas quando comparadas às do período que se inicia na década de 1960, tanto em termos populacionais, quanto econômicos. Foram implantadas políticas governamentais (a Operação Amazônia e, posteriormente, o Programa de Integração Nacional) que tinham por objetivo desenvolver e povoar a Região Norte de forma a promover, de maneira definitiva, sua integração à economia brasileira.

O espaço Amazônico vai ser drasticamente alterado na década de 70 com implantação de dois tipos de Projetos: Projeto integrado de colonização e PIC (Projeto Integrado de Colonização) e PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), O que facilitou o fluxo migratório tanto para áreas rurais quanto urbanas. O processo de ocupação e a forma pela qual foi planejado modificaram o modo de vida dos povos secularmente estabelecidos na região (indígenas, seringueiros e ribeirinhos), bem como sérios impactos ambientais. Essas modificações foram ocasionadas pela inserção do Brasil no sistema capitalista mundial. Como afirma Becker (1991) “o povoamento da Amazônia a partir da colonização sempre se faz em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista

mundial”. Amazônia legal era o alvo principal, o seja, o espaço amazônico deveria ser integrado ao espaço global capitalista.

O governo militar, para justificar sua política agrária criou os cursos do espaço vazio, de integração da Amazônia ao resto do país e de segurança nacional. O objetivo era desmobilizar a organização política dos trabalhadores rurais manter a estrutura agrícola intacta, e sob o controle do governo, garantir mão-de-obra para os projetos agrominerais e agropecuária, que estavam se estalando na Amazônia para e expandir o capital. Para alcançar esses objetivos o governo promoveu a colonização através da criação de vários órgãos como INCRA (Instituto Brasileiro de Colonização de Reforma Agrária), SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), entre outros. Essas estratégias faziam parte do plano para o desenvolvimento econômico nacional. Inclusive os empresários contavam com total tolerância do Estado e da Justiça para tomar medidas violentas contra parceiros índios e seringueiros, expulsando-os de suas terras.

Naquele momento, era importante deslocar a população do centro-sul e nordeste para expansão da fronteira Amazônica, para servir de mão-de-obra e diminuir as tensões sociais ocasionadas pela expropriação e mecanização do campo nestas regiões, sendo a colonização um dos fatores concretos para tal empreendimento.

Estes espaços são construídos simultaneamente como afirma Amaral, (2007,p.61): “que se evidencia é uma tentativa de criar um espaço rural e urbano ao mesmo tempo; o Estado não consegue efetivamente estruturar os dois espaços”. Na verdade, não consegue absorver a grande quantidade de migrantes, o que se concretizou no crescimento desordenado das cidades e na falta de terra para muitos camponeses que chegavam a todo o momento em direção às áreas rurais. A falta de estrutura dos espaços, tanto rurais quanto urbanos, é verificada não só em Rondônia, mas em outros Estados da Amazônia, como pode ser vista na tabela (1) página 60:

Tabela 1: Migração Amazônia em 1970

| Estados | Migrantes | | Destino | | | | Origem | | | |
|-------------|-----------|------|---------|------|---------|------|---------|------|---------|------|
| | | | Zona | | | | Zona | | | |
| | N° | % | Urbano | % | Rural | % | Urbana | % | Rural | % |
| Rondônia | 51.577 | 2,9 | 25.799 | 50,0 | 25.758 | 50,0 | 28.177 | 54,6 | 23.380 | 45,4 |
| Acre | 32.804 | 1,8 | 13.780 | 42,0 | 19.024 | 58,0 | 15.024 | 45,8 | 17.781 | 54,2 |
| Amazonas | 130.182 | 7,3 | 84.905 | 65,2 | 45.277 | 37,8 | 73.640 | 56,6 | 56.284 | 43,4 |
| Roraima | 8.669 | 0,5 | 5.433 | 62,7 | 3.236 | 37,3 | 6.278 | 72,4 | 2.391 | 27,6 |
| Pará | 391.646 | 21,9 | 209.647 | 53,6 | 181.999 | 46,4 | 216.489 | 55,3 | 175.157 | 44,7 |
| Amapá | 38.842 | 2,2 | 22.947 | 59,1 | 15.895 | 40,9 | 21.175 | 54,5 | 17.667 | 45,5 |
| Maranhão | 719.137 | 40,2 | 183.883 | 25,6 | 535.254 | 74,4 | 193.610 | 26,9 | 525.527 | 73,1 |
| Mato Grosso | 186.108 | 10,4 | 50.022 | 26,9 | 136.086 | 73,1 | 72.650 | 39,0 | 113.458 | 61,0 |

Fonte: IBGE 1970. BECKER 1990.

A tabela acima demonstra a mobilidade dos migrantes na década de 70, o Estado Maranhão apresentou um índice de 40,2% (719.137), desses 26,9% tinham origem urbana e 73,1% origem rural, cujo destino para área urbana foi de 25,6% e para rural 74,4%; apresentando um pequeno aumento na taxa de mobilidade para zona rural. O Estado Pará, a participação na mobilidade de migrantes foi da ordem de 21,9% (391.646), desses 55,3% são de origem urbana e 44,7% de origem rural, demonstrando um aumento na mobilidade para a área rural (46,4%). O Estado Mato Grosso representou mobilidade da ordem de 10,4% (186.108) migrantes; onde 39,0% de origem urbana e 61,0% de origem rural, cujo aumento se deu para área rural da ordem de 12,1%. Os demais Estados: Amazonas 7,3% (130.182) houve um aumento 8,6% no destino urbano; o Amapá 2,2% (38.842), e o índice com relação ao destino urbano na faixa de 4,6%; Rondônia 2,9% (51.577), cujo destino se deu para área rural com índice 4,6%; Acre 1,8% (32.804) e sua taxa de aumento para o rural foi 3,8% e Roraima recebeu 0,5% (8.669) cujo destino se deu para área rural com taxa de 9,7%.

A análise acima demonstra que o destino dos migrantes para áreas rurais era predominante já que se tratava de área de fronteira agrícola, porém haviam migrantes que mesmo de origem rural o destino era urbano. Era uma das estratégias da Política governamental criar dispositivos espaciais de atração para os migrantes se instalarem também nos núcleos urbanos.

Segundo Becker (1990, p. 95):

Seja pela perspectiva de ocupação e de escolarização para os filhos para a circulação da força de trabalho, bem como para sua ressocialização e diversidade e diversificação. O núcleo urbano é o lócus de transformação dos camponeses, através da incorporação dos valores da sociedade moderna e do aprendizado de ofícios.

A estratégia era atrair força de trabalho, e nesse processo, muitos camponeses tornaram-se diretamente assalariados urbanos, outros continuavam como camponeses, porém alguns com a demanda das empresas agrícolas assalariaram-se para complementar a renda familiar camponesa. Mostra a maneira contraditória capitalista das relações de trabalho que se deram no espaço Amazônico, pois as empresas capitalistas se apropriavam do trabalho.

Outro fator que merece ser destacado é o fato de que a migração nesse período ocasionou conflitos entre os vários grupos que chegavam à região como os camponeses do Sul e Sudeste e a população local. Silva, 2003, explica que as singularidades e temporalidades históricas de cada um desses grupos são diferentes e têm aspectos socioculturais que por sua vez são manifestados nos choques de grupos diversos. O que significa dizer, que cada um desses grupos tinha um olhar diferenciado sobre a natureza e de como utilizá-la. A população local tinha como principal fonte de sobrevivência a floresta, enquanto os sulistas tinham a prática agropastoril caracteriza por hábitos de plantio que diferenciavam das culturas locais, ou seja, achavam que a melhor forma era a derrubada da floresta e também garantia a ocupação da área porque era considerada benfeitoria. O que ocasionou danos ambientais de grandes proporções para a região.

Becker (1991) destaca as estratégias de controle técnico político imposto na região Amazônica que em grande parte foram motivadoras da migração como forma de garantir mão-de-obra para os grandes empreendimentos e grandes projetos que estavam se desenvolvendo naquele momento na região dentre as estratégias podem ser citadas algumas:

- 1-Abertura e pavimentação de estradas e BR's, a exemplo da 364 o que aumentou drasticamente o fluxo de migratório e de mercadorias o que contribuiu para o surgimento e crescimento desordenado das cidades e áreas rurais;
- 2-incentivos fiscais para atividade agropecuária ou agroindustriais e minerais o que resultou em grande devastação ambiental;

- 3- implementação e implantação dos Projetos de Colonização PIC - Projeto de Assentamento integrado de Colonização e PAD - Projeto de Assentamento dirigido os migrantes do Centro-Sul e Nordeste ganhavam seus lotes eram orientados pelo INCRA a fazer "benfeitorias" o que significava derrubar a floresta era uma das maneiras de garantir o título da terra;
- 4-incentivo a empresas mineradoras e agropecuárias através de isenção de impostos;
- 5- implantar e incentivar construções de hidrelétricas para o desenvolvimento industrial da região;

Essas iniciativas e investimentos em empreendimentos foram financiados pelo Banco Mundial, através do POLAMAZÔNIA (Programa de pólos agropecuários e minerais da Amazônia) criado em 1974, proporcionava incentivo de créditos fiscais para empresários estrangeiros e do Centro-Sul do país interessados em investir na potencialidade mineral e agropecuária Amazônia. O que significa dizer, que o Estado priorizava o grande capital para ocupação da região. Os pequenos produtores rurais, entre outros grupos sociais foram excluídos desse programa. A implantação desse Programa, além de excludente, incentivou a degradação ambiental e conflitos fundiários, por ocasião dos projetos de fazendas de gado e exploração mineral por grandes empresas mineradoras.

Como descreve Becker (2000, p. 40):

A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encostamento da superfície de distúrbios no balanço das águas. Além disso, a especulação da terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros.

Outro Projeto financiado também pelo Banco Mundial foi o POLONOROESTE em 1981. O Estado não consegue fazer frente às grandes necessidades socioeconômico geradas pelo grande fluxo migratório que chegava a região, o que propiciou crescimento desordenado e ações predatórias. Então o programa na visão de Pedlowski (1999, p.10), destinava-se:

À construção de estradas, o Programa também incluía recurso para a instalação de novos assentamentos teoricamente voltado para uma ocupação menos predatória do território rondoniense. "Além disso, o POLONOROESTE também incluía uma fração minoritária de recurso para conservação do ambiental e a proteção de comunidades indígenas, que seriam então salvaguardadas contra possíveis efeitos negativos do programa".

Pode-se verificar que a política governamental, através destes Programas incentivava o fluxo migratório e conseqüentemente a ocupação da fronteira agrícola na Amazônia foi a forma que o Estado encontrou para expandir as relações capitalistas, as quais se deram de maneira contraditória e desigual. Assim, esse modelo de desenvolvimento para a região não proporcionou linearidade.

Concorda-se com Bercker (1990) e Amaral (1994), quando afirmam que o Estado cumpriu seu papel e conseguiu desmobilizar os movimentos de luta pela terra, manter a estrutura agrária tanto na Centro-Sul e Nordeste com também no novo espaço que estava se formando, fornecer mão-de-obra através da migração. Para tal objetivo, era preciso criar condições para incorporar a Amazônia à economia de mercado não valorizando as culturas locais e implantando os Projetos de Colonização as quais deram origem as principais cidades dos Estados da Amazônia, ou seja, o estado se beneficiou e cumpriu sua meta mesmo que isso tenha ocasionado danos sociais e ambientais à região.

3.2 Contribuição dos Projetos de Colonização para construção do Espaço Rural em Rondônia

Os Projetos de Colonização efetuados pelo INCRA a partir dos anos 70 foram decisivos para construção e formação do espaço rural em Rondônia.

Na lógica da integração nacional e da política adotada para a ocupação da Amazônia, Rondônia na época Território Federal, foi selecionada para concretização das ações governamentais. Becker (1990) analisa o processo de colonização e afirma que por ser um espaço de jurisdição federal foi palco da ação direta, dirigida e controlada do Estado, representando o cenário mais expressivo de colonização no âmbito Nacional.

Nessa preceptiva, as ações do governo federal eram concretizadas através de seus órgãos, dos quais se destacam alguns: A SEDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966, órgãos responsáveis para dinamizar e diversificar atividades econômicas da Amazônia, o PROTERRA, criado em 1971. Programa responsável para estimular a agricultura e a redistribuição de terra, o BASA (Banco de credito da Amazônia S/A) em 1966 assumiu o papel de agente financeiro, atuando diretamente na expansão da fronteira agrícola e da industrialização da região e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado em 1970, era

responsável pela implantação dos Projetos de Colonização fundiários por meio de distribuição de terras. Isto é, deveria fazer a reforma agrária e regularização fundiária na região.

O fato é que, “não se efetivou a reforma agrária e manteve-se ou mesmo aprofundou-se a concentração fundiária em todo país,” Amaral (2004, p.66). Entende-se que estes programas, principalmente os Projetos de Colonização executados pelo INCRA foram um dos principais responsáveis para a construção e formação dos espaços rurais e urbanos, inserindo a fronteira agrícola no sistema produtivo nacional, principalmente através de incentivos à agropecuária.

Amaral (2004) caracteriza os tipos de Projetos e para quem eram destinadas as terras. No PIC (Projeto Integrado de Colonização), a distribuição de terras era de responsabilidade do INCRA, bem como a implantação de infraestrutura como: escola assistência médica. Estradas, armazéns para a produção etc., o órgão controlava todo o Projeto. O público alvo desse tipo de projeto eram famílias de origem camponesas e com grande número de filhos, pois além de cumprir o papel de ocupação tinha o objetivo de criar reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da empresa capitalista no campo.

O PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) segundo Amaral (2004, p. 47), “O colono deveria ser mais especializado do que o trabalhador rural, ou seja, deveria ter no mínimo conhecimento agrícola, alguns recursos e experiência com relação à obtenção de créditos bancários”. A lógica do desenvolvimento das relações capitalistas não se resumia nos projetos de colonização para pequenos e médios agricultores, mais também a grandes projetos agropecuários e agrominerais. Essas empresas derrubaram a floresta para formação de pastos, assim como o colono derrubava para cultivo. A derrubada era considerada benfeitoria, o que dava o direito ao título de posse e ao acesso aos créditos.

Os critérios de seleção, para serem inseridos nesses projetos, levavam em conta, prioritariamente, a composição familiar, ou seja, a idade do chefe da família, número e idade dos dependentes e experiência agropecuária. Isso demonstra que os solteiros e famílias com poucos filhos ou de pouca idade dificilmente conseguiam um lote por meio desses projetos. Demonstra também, a face excludente e segregada dos mesmos. Um grande número de agricultores de baixo poder aquisitivo ou sem nenhum recurso financeiro que realmente precisava de terra não eram contemplados.

A quantidade de filhos, a família camponesa no geral era muito importante para a indústria agrícola capitalista, pois precisava de mão-de-obra camponesa para se desenvolver, Hérbett (2004), enfatiza que na medida em que iam sendo implantados os projetos de colonização era apoiado empreendimento particular agropecuário. Este se utilizava da mão-de-obra camponesa para se desenvolver, pois tinha a lógica de que o colono de 100 hectares trabalhava, no máximo, 10 hectare da sua terra. E parte do ano, ele ficava ocioso, então poderia prestar serviços a esses proprietários. Significa dizer que próprio capital precisa de mão-de-obra não capitalista para se desenvolver. Demonstrando como foi o processo de formação do espaço rural de Rondônia.

Nesse sentido, tem-se como exemplo o PAD Burareiro, um Projeto para a implantação da cultura do cacau. As terras não foram destinadas a pequenos agricultores com experiência na cultura do cacau que migravam da Bahia com destino a Rondônia, os critérios para a seleção, conforme disposto no texto abaixo:

Era de um total de 50 pontos, 20 era atribuído á capacidade agrícola. 10 a capacidade financeira e 10 a escolaridade. (...) um lavrador experimentado nos cacauais da Bahia obtinha nota menor ainda em capacitação e. como dificilmente tinha nível superior ou mesmo o colegial, perdia novamente em escolaridade. um bacharel em direito podia até passar na sua frente graças aos seus estudos universitários.um agricultor sem pratica de cacau nem podia nutri muitas ilusões. (...) No total de 1.035 parceiros 69 aparecia com curso superior, 59 com segundo grau incompleto. Constava, entre eles, apesar de tudo, um número de 29 analfabetos; deviam ter, pelo menos, os duzentos mil de poupança!... Nas relações nominais de assentados no PAD (1979) a parecem 86 parceleiros de nível superior, completo ou não, e 70 com 2º grau completo; muitos dos primeiros nem são conhecidos no local, inclusive nos organismo agrícolas, pois nunca pisaram na sua propriedade e, quem sabe, talvez nem no Estado (HÉRBETT, 2004, p. 253).

Conforme a citação acima, a construção do espaço rural em Rondônia, através dos projetos de colonização já se direcionava para a concentração de terra nas mãos de poucos, excluindo os camponeses migrantes pobres ou com poucos recursos e sem escolaridade. Estes se constituíam a grande maioria dos migrantes. A colonização não atendeu igualmente as famílias camponesas que migraram para a região, muitas recebiam lotes com terras improdutivas, enquanto outras eram favorecidas com terras boas de qualidade. Mostra também caráter especulatório e empresarial e da exploração agrícola capitalista.

Essa realidade de Rondônia é reforçada por Amaral (2007), o qual relata que uma única pessoa tem oitenta lotes em um mesmo assentamento que são práticas comuns, os

donos são geralmente políticos, madeireiros, advogados etc.; que moram nas cidades vizinhas. E que isso acontece pela ausência da fiscalização do INCRA para coibir esse tipo de abuso. Há também a dificuldade dos agricultores conseguirem crédito por não reconhecimento de posse, muitas famílias são assentadas em terras não produtivas o que muitas vezes causa abandono do lote. Diante do que foi mencionado, quer-se dizer que embora na década de 90 tenham ocorrido desapropriações, distribuição de terra devido à pressão dos movimentos de luta pela terra, pouco mudou a Política do INCRA e ação do governo com relação ao problema de terra no País. Mudaram a estratégia e não a direção dos fatos.

Do exposto, e de acordo com o pensamento Cemin (1992), o projeto colonizador efetivou-se pelo controle do espaço e o controle dos homens, pois se deu de maneira seletiva e excludente. Porém a busca incessante por terra, e de assegurar o consumo alimentar familiar, garantir, assim, sua reprodução social camponesa não parou. Os excluídos da terra procuram outras formas de conquistá-la, uma das formas foi:

as inúmeras invasões de terras organizadas por grileiros e empresas fantasmas de colonização e iniciadas pela onda cada vez mais crescente de migrantes expulsos de seus lugares de origem, que formam em busca de “terra de trabalho”, criando uma situação fundiária insustentável. (AMARAL, 2004, p. 72).

A Política de colonização excludente causou invasões, e conseqüentemente conflitos sociais graves na construção do espaço rural de Rondônia. Além de a fronteira ser vista pelos migrantes como lugar de refúgio, onde poderiam adquirir a tão sonhada terra, para muitos foi sinônimo de fracasso e desilusão. Assim, com suas contradições, o projeto colonizador cumpriu seus objetivos. A Amazônia foi povoada, urbanizada, ampliou-se o capitalismo e a estrutura agrária do país se manteve intacta.

CAPÍTULO IV - A COMUNIDADE DE MARCO AZUL: CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE CAMPONESA

O espaço da acumulação de capital contrapõe-se ao espaço do camponês. (Marta Inez Marques,2004)

O Processo de ocupação da Comunidade Marco azul, está relacionada diretamente com a não efetivação de uma política agrária que integre medidas destinadas a democratizar o acesso a terra e aos meios de produção agrícola (equipamentos, bens e serviços, infraestrutura, créditos, etc.) .

Nos quase meio século de colonização pouco se modificou a Política de distribuição de terra. É realidade encontrar assentamentos em Rondônia sem infraestrutura básica e também a ocupação de terras irregulares ou em reservas ambientais que aumenta ainda mais o grau de exclusão dos sujeitos aos bens e serviços.

4.1 Histórico e Características Gerais

Os camponeses da Comunidade Marco Azul, são exemplos de que o modelo de reforma agrária adotado pelo o Governo Brasileiro é ineficaz e não garante o acesso a terra a milhares de camponeses, bem como a permanência e a sustentabilidade ambiental das áreas ocupadas. Estes fatores somados a expansão do agronegócio em Rondônia causam o deslocamento e a ocupação de camponeses em novas áreas, constituindo um território próprio camponês. Onde podem expressar o seu modo de vida.

Segundo relato de uma das lideranças, a Comunidade Marco Azul tem esse nome por ocasião das terras terem sido demarcadas por um posseiro com um tronco de madeira pintado na cor azul. Este marco está fincado na entrada da Comunidade.

Percebeu-se que o marco não é apenas um pedaço de madeira fincado ao solo é mais do que isso, para os camponeses representa sua identidade e marca o território da comunidade. Assim, o marco azul se constitui em um símbolo e como tal, representa o respeito, a valorização, a união e o amor de seus moradores ao seu espaço. Este símbolo é representado na bandeira da comunidade, a qual é exposta ao lado da bandeira do Brasil e de Rondônia em eventos e cerimônias importantes como as festas e visitas de autoridades.



Foto 1: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Marco de madeira azul que originou o nome da Comunidade. Marco Azul/ Ro,2008



Foto 2: SOUZA, Terezinha Ferreira. Símbolos nacionais expostos juntamente com premiações nos dias de festa na comunidade. Marco Azul/ Ro,2008

A comunidade Marco Azul, não foi originada de um Projeto de Assentamento. A área foi ocupada por alguns posseiros, na década de 80, os quais demarcaram os limites das terras, construindo pequenas casas para assegurar que outra pessoa não as ocupasse. Mas foi a partir de 2000, por ocasião do fluxo migratório de camponeses que se deslocavam para Buritis, que se intensificou a ocupação da área. Muitos migrantes camponeses, não conseguindo terra no referido Município, deslocaram-se para o Marco

Azul a procura de terra fértil e barata que pudessem trabalhar, produzir para sustentar sua família. Segundo depoimento de uma das lideranças, o migrante camponês ao chegar adquiria terra da seguinte maneira:

Era Assim, olha se a pessoa tinha 03 lotes ele vendia para uma pessoa em troca de trabalho, porque não tinha dinheiro pra comprar e aí o dono vendia porque ele também não tinha condições de fazer tudo que precisava na terra. Quem comprava pagava o dono em derrubadas, plantação de capim, café ou outros tipos de lavouras Alguns pagavam parte em dinheiro e outra em serviço, mais a maioria pagava em serviço porque as pessoa que chegava não tinha condição. Só depois recebia o recibo de simples posse da terra (Entrevista realizada 15/9/2008).

Através deste depoimento é possível perceber que a terra para o camponês não é sinônimo de lucro, mas, acima de tudo, significa a possibilidade de se instalar com o seu grupo familiar e tentar construir um espaço camponês de vida e trabalho em uma nova terra que garanta sua sobrevivência e sua reprodução social. Revela também que a forma de pagamento se dá na sua forma mais simples de comércio, o escambo. As relações que se estabeleceram para a compra da terra não foram capitalistas. Mesmo aqueles que pagaram parte de sua dívida em dinheiro não se caracterizavam como capitalista uma vez que, a finalidade da compra da terra não era produzir mercadoria para acumular capital, mas para subsistência. “A propriedade para o camponês, constitui-se em terra de trabalho, estando a exploração restrita à exploração familiar; assim esta não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência” (PAULINO, 2006, p. 30).

Os camponeses do Marco Azul preferiram comprar a terra do que esperar anos para serem contemplados com um lote pelo INCRA.

Eu morei muito tempo com meu pai e ele correu muito atrás de terras, deu nome dele no INCRA, e depois de adulto também dei o meu nome no INCRA, mas nós nunca conseguimos ter uma terra, meu pai tentou pagar uma terra lá no Burrareiro, lá perto de Alvorada D'Oeste para lá, e ele quase morreu com uma malária e uma hepatite depois disso nunca mais podemos é ir atrás de terra, e devido nos temos muitos conhecidos foi através deles que tivemos conhecimento dessas terras aqui (Entrevista realizada 15/09/2008).

É importante mencionar que a família desse camponês entrevistado, migrou do Nordeste, passou pelo Paraná e chegou em Rondônia na década de 70, morando em Ji-Paraná, Espigão do Oeste e, só depois, chegou à comunidade. O que revela uma busca constate do sonho da terra e o fato que os Projetos de Colonização não conseguiram

atender os migrantes camponeses que chegam naquele período no Estado. E ainda, a família desse migrante só veio obter terra na comunidade praticamente 40 anos depois.

Os migrantes camponeses que chegavam, abriam picadas para ter acesso aos lotes e estradas, e, também, construíam pontes para facilitar o deslocamento ao Município de Buritis, cidade mais próxima. Estas infraestruturas foram feitas através de mutirões pelos próprios camponeses e da contratação de tratores. Porém, tiveram ajuda de alguns fazendeiros que residiam próximo ao Marco Azul e de madeireiros interessados na reserva de madeira. Todos colaboraram, seja com doação de novilhos para a alimentação dos que estavam trabalhando, seja com dinheiro para pagar o maquinário ou com o próprio trabalho.

Eu mesmo era o responsável para levar comida para o tratorista e a noite vigiava o maquinário. Foi muito dificultoso abrir a estrada mais agente precisava nos estava isolado (Entrevista realizada: 15/09/2008).

Assim, em forma de mutirão revelam grupos sociais com interesses diversos. Os camponeses precisavam ter acesso à cidade para vender o excedente, comprar o que necessitavam e ter acesso aos serviços de saúde; o fazendeiro de escoar e transportar o gado e o madeireiro, extrair madeira.

Desta feita, o núcleo da Comunidade, é um espaço social, onde famílias camponesas podem encontrar parentes e vizinhos. É também, um espaço de lazer, que permite, depois do culto dominical, o jogo de futebol, de sinuca, momento em que as crianças têm a oportunidade de brincar com outras e as mulheres saírem do espaço doméstico para interagir com as demais famílias. Além de ser um espaço social e de lazer, é um espaço político em que as lideranças discutem os problemas da comunidade e são tomadas decisões.

A Comunidade é vista pelos camponeses como um espaço de liberdade, de fartura, onde podem viver e criar os filhos com segurança, longe das coisas ruins que a cidade oferece, entendida por eles como drogas, violência e corrupção. A cidade para os camponeses é um espaço de exclusão para quem não tem dinheiro e estudo. É um espaço de não liberdade, fartura como pode ser visto nestes depoimentos:

Na cidade não tem como criar os fios da gente não. Tem muita coisa ruim. Na cidade tem muita corrupção, muita droga, muita bandidagem, as pessoas vive trancada. Aqui não agente tem liberdade de viver (Entrevista realizada 15/09/2008).

Vou falar pra senhora, nós tem prazer em viver aqui. Nós acha é bom, porquê aqui você tem banana, tem o feijão, tem o arroz, tem a mandioca, tem o porco na falta de você comer uma carniinha né tem o leite, nos tem tudo, nos tem isso aqui, Na cidade se nos vai pra lá nos tem que ter o dinheiro e nos num tem como nós vive lá, num tem jeito né. Na cidade nós num sabe fazer nada, nos num tem onde toca uma rocinha, cria uma criaçãozinha. Na cidade só veve quem, tem dinheiro. Nós num tem. Tudo que vai precisar na cidade tem que ter dinheiro aqui você tem fartura, na cidade você tem a fartura no final do mês, mas comprada né? precisa do dinheiro, se não tiver não tem. como sobreviver (Entrevista realizada 15/09/2008).

As situações descritas da cidade, contrapõem “o modo de vida camponês, marcado pela autonomia e pela existência de uma rede de solidariedade, formada por parentes e vizinhos”. Marques (2004, p.146). O contato com realidades vivenciadas por eles, por amigos e ou parentes na cidade, somada a sua herança cultural baseada na família, no trabalho, na terra e nas relações sociais, reforçando a visão deles com relação à cidade.

4.2 O modo de vida camponês na unidade familiar

Os camponeses da Comunidade Marco Azul vivem na forma mais tradicional de produção. Não há utilização de máquinas no trabalho familiar, tudo é basicamente rústico. É baseado na valorização dos recursos naturais, na força de trabalho disponível no estabelecimento familiar, destinado a assegurar a sobrevivência da família e da sua exploração.

Observa-se que o modo de vida das famílias camponesas da Comunidade é baseado em três pilares fundamentais: a propriedade, o trabalho e a família. Há uma interdependência desses fatores que orientam a dinâmica da produção e de seu viver. É na unidade familiar que são transmitidos às experiências, os saberes, o processo de trabalho, o valor da terra e os laços afetivos entre seus membros, bem como parentes e vizinhos. Elementos que se constitui em seu patrimônio sociocultural, em sua herança cultural, transmitida de geração em geração que assegura sua reprodução social. Mendes (2008, p.161), ao estudar comunidades rurais no Estado de Goiás, também percebe esses valores e destaca:

Na tradição do trabalho são produzidos os saberes e a própria existência humana. Os pais e a comunidade na lida diária repassam aos seus filhos os conhecimentos que julgam importante para sua formação, mecanismos que permite a construção de identidades. Com base nessas considerações, o espaço de vivência do homem do campo é compreendido como espaço geográfico singulares e

plurais, autônomos e interativos que revelam seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas, seus conflitos e seus modos de organização diferenciados. Sua história está enraizada nos preceitos criados e reproduzidos pelos seus sujeitos a várias gerações

Sendo assim, o modo de vida nas propriedades familiares camponesas difere das relações tipicamente capitalistas, uma vez que tem autonomia de seu trabalho, de seu tempo, derivadas do controle dos meios de produção da força de trabalho dos membros da família e, algumas vezes, contratam força de trabalho complementar para assegurar a produção e reprodução. Assim, a propriedade camponesa não se constitui em instrumento de acumulação de capital, mais de sobrevivência. Em quanto à propriedade capitalista da terra se constitui como objeto de negócio, baseado na exploração do trabalho alheio como modo de extrair mais valia, e com instrumento de especulação em reserva de valor. É acumulação de capital.

Lógica camponesa é regida por um princípio básico, é produzir mercadoria, mas com o objetivo de obter dinheiro para aquisição de mercadoria que não produzem na unidade familiar, mas que são importantes para sua sobrevivência. Podemos citar: o querosene para lamparinas, uma vez que não há energia elétrica, sal, roupas e utensílios domésticos essenciais. Algumas famílias compram motocicleta, essencial para seus deslocamentos, pois tudo é muito distante, podem levar, quando necessitam, uma saca de arroz, feijão, ou outro produto até a cidade e retornar com que necessitam. E em casos de doenças se constitui o meio mais rápido de chegar à cidade mais próxima.

É importante salientar que a vivência na comunidade trouxe revelações surpreendentes. A forma de comércio estabelecida entre as famílias consiste, na maioria das vezes, em troca de mercadoria e ou serviços, ou seja, é praticada a forma mais primitiva de comércio, o escambo. Durante o desenvolvimento deste trabalho, tive-se a oportunidade de presenciar várias situações desse comércio entre as famílias. O escambo é praticado quando uma família precisa de algum bem então este entrega o que produziu no valor equivalente do bem que necessita. Quando precisa fazer derrubada da mata, muitas vezes não é pago em dinheiro, recebe algum bem no valor do serviço prestado. Como pode ser visto no depoimento de um dos moradores:

Buscar eles não vem buscar, porque a estrada num dá acesso, então vendemos por aqui mesmo, como bastante migrante aqui dentro então sempre quando uma planta demais outro planta menos e para ele vai faltar, então nós vendemos ou trocamos em outras mercadorias se eu tiver muito milho, às vezes ele tem pouco

arroz, e as vezes o outro tem muito arroz e pouco milho...Então a gente troca ou vende, depois a gente compra o que a gente precisa do outro também, então ficar tudo aqui dentro é normal (Entrevista realizada em 15/09/2008).

Desta maneira, estas situações revelam as relações não capitalistas, estabelecidas na comunidade e também a sua forma contraditória. Ao mesmo tempo em que o mundo vive o ápice do capitalismo há comunidades rurais que ainda vivem na forma mais primitiva do comércio.

Nesse ano de 2008, a colheita de feijão, mandioca, arroz e milho, foi reduzida em algumas propriedades, pois tiveram suas plantações atacadas por cigarrinhas¹¹ e porco-do-mato, afetando diretamente o consumo doméstico. Por ocasião da falta do milho, tiveram que reduzir a quantidade de animais como porcos e aves. Sendo obrigados alguns membros da família trabalhar temporariamente para fazendeiros locais a fim de manter a unidade familiar e complementar a renda, porém a diversificação da produção e o sistema de troca ajudam em momentos de crise.

A nossa convivência com famílias camponesas possibilitou observar o dia-a-dia e a rotina diária. O trabalho começa cedo, às 5h30min da manhã, a mulher é a primeira a levantar-se, busca e corta lenha para o preparo do café da manhã e de outras refeições do dia. O café é moído, feito e servido à família, geralmente com requeijão e biscoitos caseiros. A tarefa de alimentar os animais domésticos, ordenha do leite e busca de animais dispersos são basicamente das mulheres e dos filhos mais novos. O serviço do roçado fica a cargo dos filhos mais velhos e do homem.



Foto 3: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Ordenha manual, tarefas realizadas por mulheres ou adolescentes. Marco Azul/ Ro,2008

¹¹ Tipo de inseto que atacam as plantações da Comunidade Marco Azul.

Detectou-se que as famílias com um número reduzido de filhos ou que têm filhos pequenos, não disponibilizam mão-de-obra suficiente para cultivar em maior quantidade e nem consumo familiar que justifique uma maior produção, significa dizer que a mulher, além de fazer todo o trabalho doméstico, faz juntamente com o homem o trabalho pesado da roça. Os filhos pequenos participam ocasionalmente de pequenas tarefas. A divisão do trabalho familiar varia de acordo com a mão-de-obra disponível e a necessidade de cada família.

É importante salientar quando os filhos constituem família e não têm condições de ter seu lote, os pais dividem parte das suas terras para o novo casal, onde poderão viver. Assim, a exploração da terra é realizada por toda família onde todos produzem para seu sustento. Por outro lado, com o tempo e na medida em que há o aumento da família, as terras tornam-se insuficientes para o sustento delas. Esse fator se constitui um dos motivos para um novo processo migratório.

Estas famílias migrantes encontram-se inseridas em um lugar, território de vida e trabalho, os quais estabelecem relações sociais não só com os membros da comunidade, mas também com outras categorias sociais. O camponês da comunidade não é isolado, porém mantém sua singularidade, seu modo de viver, de organizar sua vida, a família, o trabalho e o seu cotidiano.

4. 3 Relações de Solidariedade

Observa-se que as relações de solidariedade estão presentes entre as famílias da Comunidade. As famílias que não têm condições de criar gado, mas precisam do leite para a alimentação das crianças, recebem doação do vizinho. Outro dado interessante, expressado no depoimento de uma das lideranças, era a forma como se dava acolhida dos camponeses que chegavam a Comunidade no início da ocupação:

O pessoal recém chegado recebia semente de arroz, feijão, milho, amendoim, muda de banana, para plantar não pra consumo. Era para ele poder começar a vida. Porque não tinha condição. Tinha gente que doava até galinha, filhote de porco Foi assim com meu pai ele recebeu algumas sementes pra poder começar vida aqui (Entrevista15/05/2008).

Estas relações se repetem até hoje com pessoas que chegam à Comunidade, assim se estabelece um vínculo de amizade e o migrante camponês sente-se bem acolhido. É muito importante o gesto da comunidade, uma vez que, quando o migrante muda de localidade deixa suas amizades, seu grupo social e precisa de apoio para reconstruir sua vida e construir outras relações de amizade, e ressocializar-se no novo espaço.

O mutirão, uma das manifestações de reciprocidade mais conhecida entre as famílias camponesas em comunidades rurais, é uma prática comum no Marco Azul, principalmente quando se refere à infraestrutura em prol de todos como: manutenção e construção de pontes, desobstrução de estradas, construção ou manutenção das instalações da escola, da igreja católica, da Sede da Associação e nas festas da comunidade. “O mutirão é um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo” (ESTROPASOLAS, 2006, p. 131).

Outra característica da Comunidade é a troca de serviço que consiste em recorrer aos vizinhos para executar algum serviço para qual somente a força do trabalho familiar não é o suficiente. O dia de trabalho é retribuído como o tempo de serviço equivalente. Não há pagamento, ou contrato, o que vale é a palavra e amizade entre as famílias.

Muitos camponeses, nesse ano de 2008, perderam suas lavouras de milho, arroz, feijão e mandioca, ocasionada pelo ataque de cigarras e porcos do mato que as destruíram. Essas culturas compõem alimentação básica dos camponeses. As famílias se ajudam fazendo trocas de alimentos com aquelas que não perderam totalmente suas lavouras. Percebe-se que há uma forte rede de relação de solidariedade que caracteriza o jeito de ser e de viver camponês.

4.4 Organização Política e principais conquistas da Comunidade

Com as constantes ameaças de expulsão da área por ser reserva ambiental, os camponeses se organizaram para lutar pelo direito de permanecer na terra. A principal argumentação é baseada do não conhecimento de que se tratava de terras públicas, uma vez que não havia informação ou qualquer sinal de demarcação, alertando de que se tratava de área ambiental. Além da não manifestação dos órgãos ambientais na época da

ocupação. Outra argumentação é de que antes da criação da reserva em 1988, já havia posseiros na área. Conforme pode ser visto no depoimento do presidente da Associação.

Nós luta pelo o direito de permanecer na terra, nós não sabia que aqui era reserva, não tinha nenhuma informação, ou algum órgão desses aí ambiental impediu agente entrar. Agora depois que o pessoal tá aqui a bastante tempo querem tirar agente. Olha vou dizer uma coisa par senhora tem gente que já ta aqui no Marco Azul que tem 17 ano, construiu a vida aqui. Outros aqui mesmo perto no Rio Pardo tem gente a mais tempo. Eles acha que tudo mundo aqui é bandido, criminoso trata agente assim. O que agente quer é trabalhar viver com nossa família na terra porque agente não sabe fazer outra coisa. Querem tirar agente daqui e vão levar pra onde? E as nossas coisa que fizemo aqui? Nós vamo perder? Por isso nos resolvemos formar uma associação do Marco Azul para reivindicar nosso direito de permanecer na terra. (Entrevista realizada em15/09/2008).

A ASPROMA (Associação dos produtores rurais do Marco Azul) foi criada em 2006, e permitiu que os camponeses lutassem judicialmente como também formassem comissões para estabelecer diálogo junto aos órgãos ambientais e buscar apoio político da bancada Estadual e Federal para permanecer na terra.

Assim, a Associação se constitui em um instrumento de luta, não só pela permanência na terra, mais foi uma forma dos camponeses se organizarem, conseguir benefícios para comunidade. A organização trouxe alguns resultados importantes que beneficiou muitas famílias Dentre os quais, o contrato como uma empresa de laticínio que possibilitou a venda do leite recolhido diariamente nas propriedades que possui pequena criação de gado. O leite recolhido é armazenado na unidade de resfriamento e a cada três dias a empresa se encarrega de buscar na comunidade.

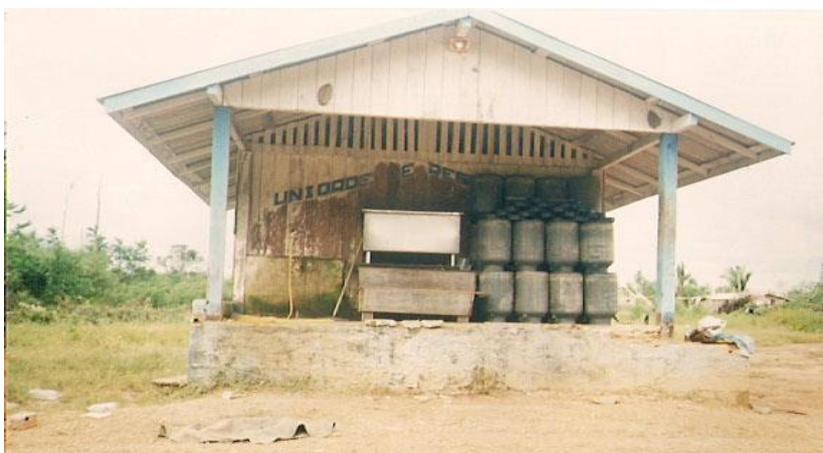


Foto 4: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Unidade de Resfriamento de leite da Comunidade Marco Azul. Marco Azul/ Ro,2008

Outra conquista através associação foi a possibilidade de firmar parceria com a prefeitura do Município de Buritis para contratação e implantação da escola para atender as crianças da Comunidade como também assistência médica prevista para acontecer a cada dois meses, porém muitas vezes na dada prevista não é possível o atendimento pela não disponibilidade de transporte e imprevistos dos profissionais médicos. Os camponeses quando precisam de assistência médica deslocam-se para cidade mais próxima.

O motor de energia foi comprado pela associação para manter a unidade de resfriamento do leite e gerar energia para atender somente o núcleo da comunidade. O qual é ligado algumas horas pela manhã e a noite. Nas demais propriedades não há energia.

A comunidade não é beneficiada por políticas governamentais essenciais por ocasião de ser área de reserva ambiental. Impedindo que a Comunidade tenha acesso aos mais variados serviços como: créditos bancários, assistência técnica, manutenção e abertura de estradas bem como os já destacados acima. Todos benéficos foram adquiridos por meio de organização política dos camponeses através da associação.

4.5 Festa na Comunidade

Os eventos festivos são um momento muito importante da comunidade, pois além evidenciar ajuda mútua, a relação de solidariedade quebra a rotina, permitindo que as famílias se encontrem e fortaleçam laços de amizade, tenham contato com pessoas de cidades próximas, enfim, é um momento de lazer.

Dentre os eventos mais importantes da Comunidade destacamos: A corrida de cavalos, com torneio de futebol, sinuca e baile à noite, que ocorre no mês de maio e a festa de rodeio no mês de setembro. Estes eventos começam a ser organizados dois meses antes, uma vez que as lideranças procuram comerciantes da cidade de Buritis para doação de troféus para premiação dos vencedores dos torneios e para confecção de faixas, cartazes, bem como anúncios em estações de rádio da região.

As festas são organizadas pelas lideranças, porém há participação das famílias, as quais ajudam na construção de barracas, na doação de animais para o preparo de alimentos. É o momento social de integração onde todos podem participar das atividades sejam crianças, jovens, homens e mulheres.



Foto 5: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Unidade de Resfriamento de leite. Marco Azul/ Ro,2008



Foto 6: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Construção de barracas para festas da Comunidade. Marco Azul/ Ro,2008

Cabe destacar que as lideranças têm o cuidado de realizar eventos em datas que não coincidam com as festas das localidades próximas. É uma forma de respeito e de prestigiar a festividade de outras comunidades rurais. Os eventos são formas de manifestação cultural da Comunidade no espaço construído por migrantes.

As festas têm duração de três dias. Durante esse tempo as famílias deixam suas atividades diárias para participar da organização da festa.

Os torneios e competições são voltados para os homens. Não há participação da mulher. Sabe-se que no espaço doméstico a mulher cuida das atividades domésticas, das crianças e também trabalha nas atividades agrícolas. Ao sair deste para o espaço do lazer¹², continua exercendo as mesmas atividades, pois enquanto o marido compete ou se diverte com os amigos, cuida das crianças, prepara alimentos para a festa, ou seja, o espaço do lazer é uma extensão do doméstico, onde são encontradas amigas nas mesmas condições. É o momento de encontro onde podem conversar, falar do seu dia-a-dia, do convívio com os companheiros ou maridos. Embora a mulher colabore nas construções de barracas e em todas as fases de preparo da festa, sua participação, durante a execução da festa, fica restrita ao preparo de alimentos.

O rodeio se constitui um dos momentos mais importante e esperado por todos, pois é um espetáculo onde podem ser mostradas e reveladas habilidades e equilíbrios dos competidores e a torcida da comunidade pelos seus competidores com outros de localidades vizinhas. Observa-se que o esforço dos camponeses para acolher bem todos que chegavam para os eventos e as festas.



Foto 7: SOUZA, Terezinha Ferreira de. Rodeio da Comunidade. Marco Azul/ RO,2008

O dinheiro arrecadado da festa beneficia a própria Comunidade. É utilizado para manutenção da infraestrutura, bem como viagens dos membros da associação para tratar

¹² Espaço onde são realizadas as festas e o torneio.

de assuntos de interesse de todos. Os migrantes camponeses através das relações comunitárias constroem seu espaço social, sua identidade, tentam construir um território próprio onde podem se organizar e manter o seu modo de vida.

4. 6 Diálogos com Camponeses da Comunidade Marco Azul

As entrevistas constituíram um elemento importante do trabalho, pois foi através das mesmas que houve a possibilidade do resgate descritivo por meio da memória, das experiências individuais e coletivas dos camponeses. “A memória se constitui um elemento permanente do vivido.”(MONTENEGRO 1994, p.18)

Este resgate nos forneceu maiores elementos para compor e entender a construção histórica e espacial da Comunidade bem como, suas histórias de vida como migrantes camponeses. Para (GIL.1991, p.113) “entrevista é uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta com fonte de informação.”

Assim baseado nesses teóricos e nas experiências vivenciadas pelos camponeses é que se apresentaram as entrevistas na forma em que foi realizada, ou seja, na maneira como o dialogo transcorreu. As entrevistas tiveram o objetivo de complementar, dar suporte aos dados estatísticos e documentais, além de apresentar o jeito de ser e de viver, isto é identidade camponesa da Comunidade Marco Azul. Estas experiências foram transcritas na integra. Mantiveram-se as perguntas e a fala dos camponeses.

**Entrevistado: João da Silva, morador da Comunidade á 08 anos.
Em/15/09/2008**

Pesquisadora: Fale como foi sua trajetória de vida até chegar aqui no Marco Azul.

Sr.João: - Foi muito difícil porque nós somos da roça e nós não podemos jamais nós esquecer que a gente pode ter um pedaço de terra para nós. Então a minha vinda para cá não foi muito fácil e também não foi difícil porque tudo que tenho esta aqui, saí de lá sem nada e hoje estou aqui graças a Deus com essa terrinha, tenho minhas criações, tenho as minhas galinhas, meus porcos a minha roça, tenho a família também junto comigo me ajudando no dia - a – dia. Então eu creio que a minha vinda para cá melhorou

muito. No espaço que eu estava dentro da cidade, para mim era um espaço muito grande e eu queria um espaço mais pequeno no qual nós podia viver mais tranqüilo. Então aqui estou, sei que não é muito fácil, e muitas pessoa acham isso, que é muito fácil, mas não é não é difícil para nós que estamos aqui dentro, apesar de que nós não temos o braço direito das pessoas de maior poder da lei, mas estamos aqui esperando na esperança de que um dia nós podemos ter o mesmo que eles, que nós possamos ter aqui pelo menos uma escola, um posto de saúde, uma energia elétrica, mas vamos esperar até ver quando isso vai chegar. Então para mim a minha vinda até aqui não foi boa não, mas quando cheguei aqui, foi muito maravilhoso, porque hoje eu estou aqui como havia dito antes e eu estou muito bem aqui.

A nossa saída de lá do Ceará para cá, não foi uma saída da qual nós queria, era o recurso financeiro que era muito difícil, foi por isso que meus pais acharam melhor procurar algo melhor para eles no qual para mim foi bom.

Pesquisadora: - Seus pais também trabalhavam na roça?

Sr. João: - Sim, todos dois, o meu pai alagoano e minha mãe cearense, então os dois trabalhavam na lavoura mexendo também com farinha e rapadura. Para eles era muito difícil. Então eles acharam que vindo para cá para o lado de Rondônia seria melhor, no qual nos passamos pelo Paraná, ficamos um ano. Do Ceará não tenho muito o que lembrar porque saí de lá na minha infância, muito novo, mas aqui já em Espigão D'Oeste também me lembro que não era muito fácil viver, porque era só mato, a estrada era muito difícil para as pessoas andar, até para andar de carro era difícil e tudo isso não foi muito fácil não, então eles acharam que vindo para Ji-Paraná seria mais fácil, foi aonde nós encontramos a cidade começando então meu pai se propôs trabalhar na cidade, mas não de empregado, ele nunca trabalhou de empregado ele sempre foi da lavoura, e a partir daí passou a ser poceiro, carpinteiro, então para ele foi mais fácil, estava começando a cidade, então ele passou a ter muitos conhecidos. Nós já adultos começamos também a trabalhar na cidade, mas o nosso alvo foi sempre morar na roça porque na roça nós agente podia ter mais liberdade até mesmo do patrão porque os patrão eram muito bons enquanto se estivessem trabalhando, ou seja, enquanto nos estava podendo ajudar eles depois se não estivesse podendo mais ajudar ele ia dispensar, então a gente ficou trabalhando na rua. Foi a forma de que eu e minha esposa conseguimos juntar um dinheirinho para poder comprar essa terra aqui, então nós tivemos conhecimento e

resolvemos ver essa terra, depois conversei com a minha esposa e decidimos comprar essa terra para vir pra cá, mas eu fiquei um ano sem vir aqui, somente depois é que tivemos condições de nós mudar de vez para cá, e foi assim que se deu a nossa trajetória até chegarmos a esse lugar.

Pesquisadora: – O Senhor saiu do Paraná porque lá também não tinha recurso, e como o seu pai tomou conhecimento das terras na cidade de Espigão D'Oeste que o Senhor falou?

Sr. João: – Em todo lugar que você vai tem muitos amigos, foi aonde que meu pai encontrou com um amigo dele no Paraná, que estava vindo para cá e informou meu pai da existência dessas terras. E chamou ele para vir para cá. E mesmo com receio de vir para um lugar longe e muito difícil e distante, e mesmo acostumado com o lugar onde estava, o amigo falou para ele que o lugar para onde eles iam, eles iam se acostumar e se adaptar com o lugar e foi aonde o meu pai resolveu vir de mudança e junto com ele viemos todos nós de mudança com três carros, passamos por muitas estradas difíceis porque na época em que viemos tudo era de chão.

Pesquisadora: - Em que época e qual o ano?

Sr. João: - Foi por volta da década de 1970 ou 73 mais ou menos neste período, e neste período as estradas eram todas de chão, quando chegamos em Ji-Paraná mesmo era tudo uma poeirada danada, então ali chegamos em Ji-Paraná na década de 74 mais ou menos, foi tudo difícil. Então foi aí que ele teve notícia dessa terra daqui de Buriti e veio para cá, e o lugar era muito difícil.

Pesquisadora: - Como vocês tomaram conhecimento dessas terras aqui no Marco Azul?

Sr. João: - Eu morei muito tempo com meu pai e ele correu muito atrás de terras, deu nome dele no INCRA, e depois de adulto também dei o meu nome no INCRA, mas nós nunca conseguimos ter uma terra, meu pai tentou pagar uma terra lá no Burareiro, lá perto de Alvorada D'Oeste para lá, e ele quase morreu com uma malária e uma hepatite depois disso, nunca mais podemos é ir atrás de terra, e devido nós ter muitos conhecidos foi através deles que tivemos conhecimento dessas terras aqui, então eu vim só olhar, achei uma terra boa, uma terra produtiva, então eu falei essa terra aqui para mim é boa, já tinha um carreador no qual o pessoal trafegava por ele, então nós achamos melhor para nós porque fica mais fácil para nós porque a cidade não é perto mais também ficava mais

próximo da estrada que dava acesso, então íamos na cidade muitas vezes de pé trazíamos o que fosse necessário, deixávamos até uma certa altura e depois voltávamos para buscar um outro dia, então não era muito fácil, mas também não era muito difícil que já tinha um pedaço de estrada boa, então foi onde nos encontramos através dos amigos essa terra.

Pesquisadora: - Quais foram os motivos que fizeram com que vocês saíssem, migrassem tanto, pelo menos umas quatro vezes, ou seja, o que levou vocês a mudarem de um Estado para o outro, de um Município para o outro até chegar aqui?

Sr. João: - É como havia falado, por falta de recurso, procurando recursos, eu creio que todo mundo pensa da mesma maneira, a gente que esta trabalhando em uma firma a gente procura trabalhar cada vez mais para ter um cargo melhor, ou seja, ter um salário melhor, então eu acredito que na época dos produtores do Ceará os migrantes que vieram de lá pra cá saíram de lá com a mesma esperança de conseguir um recurso melhor e ter uma vida melhor, uma saúde melhor, ter seu próprio pedacinho de terra, para poder produzir que nem produzir o milho, o arroz, o feijão, aqui no Estado de Rondônia é um estado que produz demais essas coisas não tem risco de ter geada e seca que nem no Ceará, no Paraná tem, no Paraná tem geada, no Ceará tem seca, aqui já num tem esse problema, o problema daqui são das pessoa em não plantar, e se a pessoa num planta num colhe, mas se plantar cerca de 99% ele vai colher, então eu creio que a saída de lá para cá dos migrantes do Ceará até a Ji-Paraná é recursos, recurso humano que precisa ter um recurso melhor ter uma terra, precisa de ter o seu próprio lar.

Pesquisadora: - E como o senhor se tornou dono da terra?

Sr. João: - Nós compramos no direito de posse, quando chegamos aqui a pessoa que estava aqui já era conhecida desde de 1992, então conheci a mãe dele e ela me informou sobre essa terra e como eu estava precisando comprar uma terrinha para mim e já havia comentado com minha esposa, uma terra barata com pelo ao menos uns 5 alqueires, 10 alqueires, assim que fosse possível nos comprava e como nós tinha uma economia, eu trabalhava na serraria lá em Ji-Paraná, então eu peguei meu décimo terceiro, férias e essas coisinhas tudo e a minha mulher também tinha então juntamos tudo e depositamos no banco e guardamos esse dinheiro, deixamos quieto, para que depois nos comprar essa terra.

Pesquisadora: - Como é o seu trabalho aqui na propriedade, na roça, com sua família?

Sr.João: - Minha mulher me ajuda bastante o nosso trabalho não é um trabalho forçado. É um trabalho normal, o trabalho é das 07:00 as 17:00 horas então ela me ajuda muito enquanto eu vou para a roça ela fica em casa, mas a gente entrega uns 8 litros de leite, 10 litros de leite, ela prende o bezerros pra mim não preciso sair da roça para vim prender, eu só levanto de manhã para tirar o leite, e depois o resto é ela que faz, e sempre que ela tem as folgas em casa ela me ajuda na roça também, então o nosso trabalho aqui do dia-a-dia não é um trabalho forçado não, é um trabalho normal, trabalho de 8 horas de serviço mesmo.

Pesquisadora: - Quais são os principais produtos que o senhor planta aqui, e como vocês fazem para retirar da propriedade e vender?

Sr.João: - Aqui a gente pode até não plantar mas se plantar nasce de tudo, o que quiser plantar dá, e o mas difícil é para retirar esses mantimentos, se você planta aqui 2 alqueires de milho 90% você vai colher o que vai dar em média uns 07 a 08 sacos, 07, 08 carros de milho que dá em torno de 90 saca de milho, mas o difícil é você tirar ele daqui. Buscar eles não vem buscar, porque a estrada num dá acesso, então vendemos por aqui mesmo, somo bastante migrante aqui dentro então sempre quando um planta demais outro planta menos e para ele vai faltar, então nós vendemos ou trocamos em outras mercadorias se eu tive muito milho, as vezes ele tem pouco arroz, e as vezes o outro tem muito arroz e pouco milho...Então a gente troca ou vende, depois a gente compra o que a gente precisa do outro também, então ficar tudo aqui dentro é normal, então sai pouca coisa daqui de dentro. O café saí porque o café já tem essa tabela deles e o pessoal vem buscar, a estrada estando boa ou ruim eles vem buscar. O café tem muito e como eles falam o café dá muita renda, agora o arroz, o milho já não dá muita renda é um preço muito franco, mas o que a gente faz a gente tira, o arroz, o milho, o feijão, a mandioca tudo tem, mandioca tem, tudo que se tem de plantar aqui a terra dá.

Pesquisadora: - Aqui da comunidade como o senhor acabou de falar há mais a troca de mercadorias, quando precisam de dinheiro, no caso de alguma emergência, alguma necessidade, como vocês fazem?

Sr.João: - Do meu ponto de vista hoje, se eu for precisar, se eu tiver precisando de algo, eu vou até a cidade e compro lá em crédito para pagar com 30 dias e daqui 30

dias o meu feijão vai estar pronto para colher, eu posso tirar uma saca de feijão da minha despesa, aqui a minha despesa também é pouca de feijão, então eu pego vendo, depois vou lá e pago o que eu comprei, no caso o que eu estava necessitado. Então eu creio que no meu ponto de vista eu faço assim, eu compro antes pra depois eu pagar, então a minha roça dá, si não der eu completo com uma galinha, um porco, um porquinho que é para nossa mistura...as vezes vendemos para pagar o que preciso for.

Pesquisadora: - Qual é a quantidade de gado que vocês criam aqui?

Sr.João: - Alguns. Temos umas vacas de leite, temos umas 10 vacas para pari, sempre eu tenho duas, três, quatro, cinco, tem vez que tem até seis vaca criada, mas direto não, sempre falha de entregar o leite, uns 10 litros, 20 litros,15 litros, mas sempre tem, hoje mesmo, agora mesmo eu estou com uma entregando 8 litros de leite, eu to com 3 vacas no curral, mas também não é dizer que faz como as pessoas lá fora fazem, coloca no Piquet melhor dia e deixa lá e vai tirar o leite só no outro dia nós pegamos o bezerro 3, 4 horas da manhã, é do jeito que dê, então nós temos uns bezerros bom o gadinho da gente é um gadinho bom, todos vacinados contra a febre aftosa, brucelose, então nós cuidamos muito bem do gado aqui, não temos um gado fraco, com isso vamos engatinhando com essas vaquinhas aqui.

Pesquisadora: -Como o senhor falou a produção é só mesmo para o consumo, fale mais sobre isso.

Sr.João: - Sim, é ,mas para o consumo do que para venda, porque se você planta não tem como retirar, muita gente aqui já planto 2, 3 alqueires de banana. Teve ocasião de cortar a banana, mas não teve como retirar, então para nós fica difícil de planta muito arroz, para você levar na cidade num tem jeito até mesmo para você levar lá eles querem pagar 20,00 reais a saca de arroz, você paga 25,00 reais a diária então fica difícil, então nós plantamos mais é para consumo próprio.

Pesquisadora: - Como é o trabalho aqui na propriedade no período da colheita, como é que o senhor faz, trabalha sozinho, com sua esposa? Como funciona?

Sr.João - Varia, se plantarmos muito temos que colocar um companheiro, então colocamos e da colheita ele vai tirar o valor da diária que ele ganhou, se ele não quiser ficar com a produção para pagar a diária dele, nós damos um jeito de vender. Mas a aqui está trabalhando mais só eu e minha esposa mesmo porque nossa roça é pouquinha

então dá só pra mim, mas ela trabalhar mesmo. A diária pode ser paga em dinheiro ou em produto também, vai depender do que for combinado.

Pesquisadora: - Pelo tempo que o senhor mora aqui, as pessoas pagam mais em dinheiro ou em produtos?

Sr.João: - Há, eu creio que a maioria pega mais em dinheiro, mas a gente também tem outra forma de trabalhar, hoje até que hoje não, mas antigamente logo que cheguei era troca de serviço, eu pegava uma pessoa para me ajudar colher o meu arroz e quando fosse à outra semana nós íamos ajudava ele a colher o dele também, agora hoje não, hoje a maioria precisa mesmo é mais do dinheiro porque aqui, agora tudo bem, agora cada um tem o seu porquinho, tem a sua a galinha, mas tem o sal, tem o açúcar, e tem a cana também e aqui ninguém resolveu plantar a cana para poder beber o café da garapa de cana.

Pesquisadora: - Quais são os principais problemas que o senhor acha que é enfrentado aqui pela comunidade em geral?

Sr.João: - A nossa maior dificuldade aqui, é como uma vez eu vi uma pessoa de lá de fora falando que se tiver estrada ele anda aqui mas se não tiver não tem jeito. O governador Ivo Cassol, eu tive com ele em uma reunião em Alto Paraíso, ele falou “pessoal é o seguinte eu não vou lá não é porque não quero”, muitas das vez a pessoa fala eu vou lá mas se não tiver estrada não tem condições da gente ir, então eu acho que o nosso maior problema é estrada, se tiver estrada como meio da gente ir na cidade e das autoridade também poder vir aqui nos visitar e se não tiver estrada não tem como ninguém vir visitar a gente principalmente as autoridade. Então eu acho que o nosso maior problema aqui é a estrada. Outro maior problema do lugar é da área, a área tem um problema com o IBAMA, mas é um problema não só com a gente, é com as autoridades também porque hoje não existe a lei mais de despejo, existe sim uma combinação do qual nos pode sair daqui para uma outra terra, mas essa terra eles nunca encontraram. Então não tem nem como a gente negociar porque não tem outra terra para dá para nós, acho que o meu problema da área é só esse mesmo com o IBAMA e a estrada, mas com o IBAMA a gente não esquentar a cabeça, vamos ficando por aqui até eles resolverem a situação.

O reconhecimento da terra esse pode até ter porque a gente existe aqui dentro, agora a terra eles nunca mediram um palmo aqui dentro para entregar há ninguém, nem

para entregar e nem mesmo para levar mesmo para alguém, tem sim, eu tenho minha terra de 200 metros de frente e 2,500 de fundo então quer dizer que ela vai dar em torno de 21 alqueires, agora de conhecimento deles mesmo, num tem nada oficial não.

Pesquisadora: - O senhor participa de algum movimento, de organização, de cooperativa, movimento sem terra ou algo parecido?

Sr.João: - Não eu já movimentei, já tive em alguns movimentos mas aqui mesmo quando reabrimos a associação quando eles abriram e logo depois de passado um ano a dois, então eu fui o Vice-Conselheiro, segundo conselheiro da associação ali e só depois não tive mais em nenhum movimento a não ser esse.

Pesquisadora: - Vocês acham importante ter uma associação, porque foi criada uma associação aqui na área?

Sr.João: - Foi mesmo porque na época em que o IBAMA entrou aqui eles já nos procurou e informou que nós podíamos fazer uma associação dos pequenos produtores rurais, foi o próprio IBAMA incentivou a gente fazer isso, então nós temos a associação ali, por incentivo deles, então eles falaram: “vocês fazendo uma associação, assim se nós chegar a tirar vocês, vão ter direito a outra terra, só através da associação vocês podem conseguir outros benefícios além de vocês terem a carta de ocupação, que depois só através da associação podem ter essa carta e ter também outras coisas como financiamento de até mesmo de dinheiro com o financiamento pega uma empilhadeira, um trator, coisas assim que vem dos órgãos do governo”, é só isso.

Pesquisadora: - Mas até agora não veio nenhum benefício para vocês?

Sr.João: - Não, até agora não, porque muitas das vezes a associação se encontra com dificuldade e documentação, muitos querem fazer as coisas do jeito deles e associação é o seguinte, a associação tem firma reconhecida, onde ela não pode fazer as coisas de qualquer maneira tem que ser tudo em cima de documentos, então a associação hoje precisa legalizar a secretária da associação, só presidente esta legalizado e não é só o secretário tem que ser todos, desde que o secretário o presidente, o vice-presidente, secretário, tesoureiro, conselheiro tem que esta tudo legalizado a documentação da associação. Então por isso que ainda não recebeu nenhum benefício. Com isso as terras também não estão legalizadas, e tem que estar legalizada para recebermos os benefícios, se não, não recebemos nada.

Pesquisadora: - O senhor acha que podem ser expulsos dessas terras, qual a sua visão de tudo isso?

Sr.João: - Eu creio que se a gente tem um pensamento assim, para nós sair daqui ele vão ter que nos dar outra terra, expulso eu tenho certeza que eles não vão expulsar. Eles podem até querer nos tirar daqui, e se no caso nós ficarmos sabendo que eles vão vir tirar o pessoal daqui e nós ficar esperando então eles tiram, mas se caso nos for lá conversar com eles direitinho saber porque eles estão tirando, qual o motivo de estar tirando os pessoal e eles tiver uma liminar do juiz, se o juiz assina que é para tirar, é pra tira, mas se nós recorrermos em cima ai eles não tiram, e o juiz vai ver que aqui dentro tem gente, então o juiz só assina uma coisa se a pessoa chegar lá e fala para ele, ele vir aqui dentro ver ele num vem, ele manda outras pessoa vim, então é onde ele assina uma coisa que ele não viu mas ele ta lá para isso assinar aquilo que é feito pelos órgão, mas para retirar a gente também recorre na justiça porque também tem. No começo e no finalzinho do ano agora teve o mesmo problema de correr risco de sair daqui de dentro, teve uma polêmica muito grande, no qual tiveram que sair até Brasília, tiveram que ir até Porto Velho falar com a Marina Silva, então ali recorreram só que hoje esta parado, não é para derrubar, nem roçar mas só que não tem condição da gente ficar aqui dentro sem fazer esse trabalho porque a gente depende dela, se caso fosse para não roçar nem derrubar, mas que eles mandassem um trator para gradear, ou algo assim, um semelhante assim, um trator para tombar a terra, ai poderia até nós não poder derrubar nem queimar mas já que até agora não fizeram nada disso.

Pesquisadora: - Na sua propriedade há alguma reserva que o senhor deixou de floresta, como é sua área?

Sr.João: - Sim, a minha terra esta derrubada 50%, onde qual eu nem tenho plano de derruba o restante, mas se a gente não pode derrubar eu acho que a gente pelo menos as autoridade poderia abrir estrada pra ter um acesso para gente poder ir a cidade. Tendo um acesso para a cidade a gente pode levar um porco, uma galinha, pode levar até mesmo um café, um arroz, um milho, tem como a gente levar. Então ficamos mais tranqüilos, mais não tem estrada, a gente vai fica fazendo o que aqui dentro sem trabalhar num tem jeito. Então tem que trabalhar, e para gente tira essas coisas daqui de dentro também não tem jeito, eu esperava que eles organizassem ligeiro, rapidamente até o mês de junho, julho para resolver esse problema para poder mandar, máquina para

tombar a terra, para gente pode plantar um milho, um arroz já que não pode queimar mais dentro dessa área. Então a gente espera que eles resolvam o problema.

Pesquisadora: - Como é tratado a as questões de terra entre os vizinhos aqui no Marco Azul?

Sr. João: - Se alguém falar que já viu conflito sobre essa terra eu acho que ele não esta a par do que acontece aqui não, eu já to com 8 anos que moro aqui dentro não tenho conhecimento de nenhuma morte por terra, nenhum conflito por terra. Sim, existe sim uma combinação já que a terra do outro não deu e a do outro passou, a gente chega em uma conclusão os dois não vamos fazer o seguinte o meu terreno esta passando então eu acho que pode ser do seu, ou na minha esta faltando, na sua também esta faltando então vamos ver qual é o prejuízo e rachar o prejuízo no meio, então eu creio assim, acho que aqui dentro não teve conflito de terra não. Já, teve sim, em Buritis mesmo Jacinópolis¹³ já teve conflito de terra até mesmo produtores rurais com o IBAMA, agente fala que é produtor rural, mas a gente não pode afirmar porque a gente não estava lá ouvimos falar e talvez pode até ser madeireiro, não sabemos, a gente não sabe quem são as pessoas, já teve conflito até com o próprio IBAMA, então eu acredito que não é produto rural não, porque se fosse não ia entrar em conflito, eu creio assim, se é produtor rural vamos recorrer a justiça, o IBAMA veio, então vamos recorrer a justiça para tira ele daqui de dentro, porque não, a lei para fazer despejo desde que você esteja recorrendo na justiça porque liminar existe, a liminar para tirar e fazer despejo, mas desde que você se movimentou, recorreu a justiça então eu creio que a liminar será levantada até que o juiz mande outra liminar ou veja qual seria a parte mais fácil de resolver, porque se você num recorre a justiça então eles vem e tira mesmo. Eu creio que fizeram a mesma coisa lá em Jacinópolis, mandaram que se pudesse fazer o despejo lá e eles foram fazer e o pessoal não entrou na justiça quiseram fazer justiça com as próprias mãos, então eu acho que não se deve fazer justiça com as próprias mãos, tem justiça, então que justiça seja feita, tem justiça então a gente leva direto para ela resolver os problemas.

Eu espero das autoridades se for possível ajeita lá, para podermos pelo menos ter uma estrada, não vou dizer energia porque energia só vem ate um lugar desse se tiver estrada também, se não tiver estrada num tem nada feito, até um posto de saúde para pode ter um médico aqui dentro é preciso de estrada, não vou dizer um posto de saúde

¹³ Distrito próximo a Marco Azul.

mas um médico visita as pessoas aqui dentro é difícil num vem não, então tendo estrada vem um médico visitar, vem um médico marcar uma consulta aqui na associação, já teve médico aqui também na época da seca quando não esta chovendo eles vem, eles fazem um esforço mas vem visitar a gente de vez em quando, então eu acho que eu creio sim, que as autoridade devia olhar a parte de estrada, não se preocupar com as outras coisa, com posto de saúde, com é energia, então eu creio que eles deveria se preocupar mais era com estada.

Pesquisadora: - O senhor veio para Rondônia com quantos anos, quando saiu de lá do Nordeste?

Sr.João: - Do nordeste não sei dizer direitinho não acredito que do Ceará eu estaria na média de 1 ano até 2 anos de idade. Eu sei que o nome do lugar lá é Quixadá porque os meus pais falava de Quixadá, mas diz ele que não era bem exatamente, mas passava por Quixadá, mas o lugar mesmo lá num sei se esta registrado, mas lá diz ele que é Serra, então eu vim de lá muito novo, cheguei aqui para Ji-Paraná na década de 74, 75, ainda era novo que eu sou de 1969, eu estaria com 6, 5, 6 anos de idade. Cheguei aqui em Rondônia muito novo.

Pesquisadora: - O senhor chegou aqui nesta terra casado fale mais sobre isso?

Sr.João:- Quando eu cheguei aqui nessa comunidade eu já tava casado eu casei em 1998 na cidade de Ji-Paraná. Minha esposa é do Espírito Santo e nos conhecemos em Ji-Paraná. Eu trabalhava em uma serraria na cidade de lá e ela tinha uns parentes dela que morava vizinho a mim, e eles não sei como é que foi lá que nós nos ajeitamos lá e acabamos nos conhecendo e casando rapidamente, nos conhecemos no mês de agosto quando foi em dezembro que casamos. Eu creio eu que não foi ate mesmo por minha vontade nem por vontade própria dela não, mas eu creio eu que foi da parte de Deus e hoje estamos com 8 anos de casado no qual a gente espera viver o resto da nossa vida, tem muita gente que não tem esse privilégio de chegar até mesmo ao segundo ano, e a gente teve o privilégio de chegar ate os 8 anos e esperamos prosseguir, nos temo a esperança de prosseguir mais para frente até mesmo só Deus pode dizer qual dia será não podemos dizer que vamos seguir os restos de nossas vidas, mas Deus sabe, a nossa esperança é que vá o resto das nossa vidas, mas espero chegarmos até lá.

Pesquisadora: - Quando você foi trabalhar, você trabalhou na roça com seus pais, e com quantos anos você foi trabalhar na serraria que você falou? Você foi trabalhar na cidade para juntar um dinheirinho para comprar terra fale mais sobre isso?

Sr. João:- Eu estava com uns 26 anos de idade e trabalhei só 2 anos lá, sim para juntar um dinheiro. É só que daí todos nós sempre moramos na cidade porque meu pai desde os 20 anos o meu pai tentou pegar terra para gente ir morar no mato, mas aí não teve jeito de ir para lavoura, não teve jeito, ele adoeceu, ele sempre viveu doente tinha problema de trombose e essa doença chegou, ele teve que cortar uma perna, depois de 1 ano, 2 anos que ele cortou a perna é que ele foi se aposentar, então ficou bem melhor já tinha um salário pelo governo, já tinha uns dois salários, mais 1 salário que eu recebia fazia dois, então a gente se virava nós dois, depois que eu passei a ter minha própria família, aí já deu para ele se virar sozinho com o salário dele, então eu já não morava mais com ele, morei com ele até os meus 25, daí para lá eu conseguia já passar a ter minha própria família, eu fui ter minha própria família já com 29 anos, mas dos 25 anos para frente já tive que ficar sozinho para poder fazer o meu próprio lar, depois é que eu vi que não tinha jeito mesmo, aos 28 anos voltei para cidade, dos 25 até os meus 28 anos eu passei ali por Porto Velho, 2 anos ali em Porto Velho, na região do garimpo do Embauba, eu tenho um irmão que morava ali, ali eu passei 2 anos lá, depois eu voltei para área da cidade de Ji-Paraná, aí fui trabalhar na serraria, onde eu trabalhei 2 anos e passei a conhecer ela e casamos.

Pesquisadora - Mas sua vontade era ficar sempre como um assalariado qual era o seu objetivo?

Sr.-João: Não, eu creio que não, em 92 eu morei no sítio, eu morava no sítio tinha lavoura de café, quando não tinha o café a gente trabalhava na diária ou pegava um emprego de roçar, até mesmo de roçar café mesmo, roçar as beiras de café, então sempre a gente trabalhava mais na roça, nós fomos criados mais na lavoura, quando meu pai também era sadio a gente tocava café de ameia, nós era meieiro na época então foi no qual incentivou ele ir atrás da terra não conseguiu, mas sempre teve aquela incentivo da lavoura, foi no qual trouxe, a minha esposa, a minha esposa toda vida foi da lavoura ela trabalhou pouco tempo na cidade eu creio que aqui a gente se adaptou na lavoura e a gente vive como eu já disse antes de gravar a gente vive mesmo de teimoso porque é um lugar muito difícil todas as pessoas que vem aqui acha difícil, mas quando chega aqui

acha o lugar muito bonito. É um lugar aberto, se vê as espigas boas de milho, se vê abóboras, se vê um feijão bom, então tudo que se planta dá então é difícil para vir, e quando você esta aqui dentro se planta a lavoura você sente alegria que, a maior alegria do lavrador é ele plantar e saber que a lavoura esta bonita. Então eu creio que o produto ele esta no mato, lá ele esta alegre não por estar lá cidade é por saber que a sua plantação esta indo bem, planta um milho, plantar uma abóbora, um feijão, agora o difícil é chegar numa terra você plantar um feijão, num sair, você vai planta um milho num sair, aí fica difícil, aí no caso fica até difícil se for para você mora no mato e ter que comprar o arroz o feijão, o milho, comprar de tudo ai num tem condição, você de você viver não.

**Entrevistado: Luíz da Cruz, Morador da Comunidade Marco Azul, há 10 anos.
Entrevista Realizada em 15/09/2008**

Pesquisadora: - Fale sobre sua trajetória de vida até chegar aqui no Marco Azul?

Sr. Luís - Minha vida foi sofrida demais, aos 16 anos saí do Estado do Pernambuco, e fui pra são Paulo. Trabalhei, um ano na usina de açúcar fazendo álcool e pinga. Depois de lá eu mudei, para Rolim de Moura, vim trabalhar e mudei para dentro de uma terra minha para trabalhar, trabalhei, mas uns anos ali. Dali eu mudei para cá. Tenho dez anos aqui dentro trabalhando. Aqui é sofrido em tudo, não tem jeito tudo que a gente precisa comprar aqui tem que ir lá à cidade. Porque aqui não tem, é um sofrimento desse tipo, e outra, nós não temo uma ajuda aqui dentro do governo nem nada. Essa estrada foi nós que fizemos. Nós que pagamos para fazer essa estrada, os morador, nós pagamos porquê não temo ajuda do prefeito. Ele não ajuda nós de jeito nenhum, aqui é ignorância, então só promessa. Todo ano, toda eleição dá em voto, em toda eleição nós votamos para eles, eles promete e não vem fazer estrada, então nós esse ano, nessa eleição agora desse ano, nós só vamos votar se eles fizer essa estrada para nós, por que nós estamos sofrendo demais. Se não fizer nós não votamos, ninguém vai votar e é muita gente, nós temo aqui só desse setor são 120 famílias mais as localidades próximas daqui são 400 famílias.

Nós não temos ajuda do governo, não temo ajuda do prefeito, não temo ajuda nenhuma. Porque para nós tirar daqui os nossos cereais para vender lá na cidade é dois, três dia de viagem, se levar um mamão já tá maduro, para vender como é que vende, vende pela metade porque já vai estar estragado e o povo não vai querer comprar. Desde

o primeiro dia que eu entrei aqui dentro, eu perdi 10 saco de feijão aqui nessa estrada, por que saí daqui para levar para vender em Buriti e caiu muita chuva em cima, o caminhão atolou na estrada e quando nos chegamos lá, o feijão já estava nascendo. Foi onde perdi 10 saco de feijão, ficamos atolados dentro do barro. Nasceu tudo e perdemos, por falta de estrada, e outra, para nos vender os cereais aqui dentro nós não vendemos. Porquê não tem comprador os comprador não vão vir aqui eles acham difícil a estrada e nos aqui temo que arruma um carro, e sair no sofrimento para vê se conseguimos chegar lá na cidade e vender o arroz, o feijão, a banana. É essas coisa que nos levamos para vender e aqui é difícil para nós e não tem nada fácil.

Pesquisadora: - Qual foi o motivo que fez com que o senhor migrasse para o Marco Azul?

Sr. Luís: - De São Paulo para Rolim de Moura eu mudei porque falavam quê no Mato Grosso e aqui em Rondônia, era melhor para se viver. E em São Paulo as coisas sempre foram mais difíceis. Então falaram que pra cá era melhor para a gente viver, para trabalhar, para ganhar dinheiro, para adquirir um pedaço de terra, então eu mudei. E vim para Rolim de Moura, e de Rolim de Moura vim para cá, para o marco Azul.

Pesquisadora: - Primeiro o senhor conseguiu a terra em Rolim de Moura?

Sr. Luís: - Consegui um pedaço de terra lá, então vendi aquela terra só que não ganhei do INCRA, eu comprei. Vendi e vim para cá e estou aqui até agora, não ganhei. Comprei.

Pesquisadora: - Por que o senhor veio para cá?

Sr. Luís: - Eu vim para comprar uma terra aqui, porque aqui era bem melhor, caçando um meio de vida vê se comprava uma terra mais barata. Eu vim para cá e comprei essa terra aqui é que aqui a terra é mais barato e lá é caro. E aí vendi um pedaço que eu tinha lá e vim para cá e comprei esta aqui. Moro aqui dentro, estou trabalhando. Tenho horta, tem de tudo. Aí aqui eu to melhor, só que o nosso sofrimento aqui é grande. Nós não temo estrada, não temo uma ajuda do governo, não tem uma luz. Eu estou com 10 anos aqui dentro sem ver um gole d'água gelado por que nós não podemos, pois não temos uma, energia nem tem nada, agora aqui nos compramos um tanque, um tanque de leite, e aí tem um motor ali de vez em quando a gente vai lá, e tal, mas aqui as coisas são difíceis demais, a gente vive desconsolado aqui dentro, não sei nem como é que a gente

vai fazer. A minha intenção era de vir para dentro da área rural, cheguei aqui comprei o pedaço de terra que nem esse e tô dentro da terra aqui.

Pesquisadora: - Como o senhor teve conhecimento deste lugar, de que existia esse lugar?

Sr. Luís: - A gente conversando com algum amigos que já tinham morado aqui, é aqui pertinho tem um garimpo, e esse amigo era daqui, vinha de Rolim para trabalha aqui e voltava, e nós conversando ele falava que aqui o setor era bom demais era terra boa, é um lugar de terra barata e boa. E de fato é mesmo a terra aqui é boa. Eu comprei essa terra, eu consegui duas casas que eu consegui apanhar ainda em Buriti e comprei essa terra aqui, 30 alqueires de terra eu comprei e estou trabalhando em cima e desse, só tem 4 alqueires de mato o resto tudo é roça e “verdurada”.

Pesquisadora: - O senhor trabalha sozinho?

Sr. Luís: - Não, eu coloco gente para trabalhar. De vez em quando uma pessoa para me ajudar. 30 alqueires não é pouco não. Eu não faço sozinho, trabalho todo dia, eu trabalho mas, eu sempre tenho uma pessoa para mi ajudar uma diária, eu pago a diária, a pessoa vem e ajuda. A diária é 25 reais se ele vai, ele vem 6 horas e até as 17h00min. Sempre aqui nos conversamos: 7 horas, 7 e meia e larga 5 horas é o nosso horário aqui. Porque você pega cedo e quando é 5 horas você estar cansado. Ajeita almoço, na hora do almoço nos temos 1 hora e pouco de descanso depois de 1 hora e pouco nos começamos de novo porque o serviço rende mais, você trabalhar direto, você trabalha mais devagarzinho sem se cansar de mais. Então você tem que ter descansado. Senão não vai pra frente de jeito nenhum. Sempre um mora mais longe, vem para trabalha para gente porque chega ai é 7 hora, 7 meia, ai vem trabalhar, ai quando é 5 hora certim, 5 hora deu no relógio nos vamos para casa, cada um vai para sua casa vai.

Pesquisadora: - Fale como é viver na área rural, como é que é viver aqui?

Sr. Luís: Aqui é o nosso prazer e viver aqui é bom, nós achamos é bom, porquê aqui você tem banana, tem o feijão, tem o arroz, tem a mandioca, tem o porco na falta de você comer uma carniinha, tem o leite, nos temos tudo, nos temos isso aqui, nos que produzimos tudo isso aqui dentro, dentro da nossa área, nos produzimos todas essas coisa aqui dentro de nossa área. Então nós temos prazer em viver aqui. Na cidade se nós formos para lá nos temos que ter o dinheiro e nos não temos como nos viver lá, não tem jeito, na cidade não tem como a gente viver na cidade agora.

Pesquisadora: - Então você não tem vontade, intenção de ir para a cidade não?

Sr. Luís - Tenho não, a senhora vai me desculpar mas nós acostumamos aqui na roça nos trabalhando parece que é uma vida melhor aqui, parece não, é melhor para nós é melhor porquê nós na cidade nós não sabe fazer nada. Nós não temos onde tocar uma rocinha lá, cria a criação lá não tem jeito. Nós não temo vontade de mudar daqui não, por causa que não tem aonde viver na cidade e, outra, na cidade só vive quem tem dinheiro, tudo que vai precisar na cidade tem que ter o dinheiro para pagar e aqui não, aqui você planta e colhe, você tem uma galinha, tem um frango, você tem um porco, aqui você tem fartura, é e na cidade você tem a fartura no final do mês, mas é comprada, precisa do dinheiro, se não tiver não tem condição.

Pesquisadora: - Como é o trabalho aqui na propriedade com sua família?

Sr. Luís - O trabalho aqui, é plantar, é colher, é a lavoura se sabe como é que é você tem que planta e colher. A minha mulher me ajuda, ela não ajuda na roça, em alguma coisa ela ajuda na roça, ela vai buscar uma abóbora, vai buscar um milho, pega o cavalo arreia o cavalo vai lá, traz uma carga de abóbora, traz uma carga de milho, ela tem 56 anos de idade, ela pega as coisas lá da roça enquanto eu tô mexendo com uma coisa ela esta mexendo com outra.

Pesquisadora: - Quais os principais produtos que o senhor planta aqui?

Sr. Luís: - Planto arroz, feijão, mandioca, banana, planta cana e para despesa, para venda sobra pouco, porque nós somos fraco a gente não pode plantar muito, e de tudo a gente tem, banana, tudo a gente planta, coco da Bahia nos temos, ao redor de casa ali, têm uma base de 60 pés de coco da Bahia, tudo produzindo, plantamos laranja, manga.

A produção dessas coisas é para o consumo, é pouca, por que nós não temos estrada. Se tivesse a gente tocava mais, uma lavoura maior, mais num tem estrada.

Pesquisadora: - E quando precisa de um dinheiro a mais, como no caso de uma necessidade?

Sr. Luís: - Eu, pelo menos eu, na minha situação, sou aposentado, depois que eu aposentei, sempre eu venho deixando uma reservinha para uma hora dessas que precisar. Eu tenho aí, uns cem reais, uns 50 reais, para sair daqui, no caso de uma doença a gente vai procurar na cidade os hospitais do governo, porque nos não temo outro jeito.

Pesquisadora: - O leite, o senhor também produz aqui?

Sr. Luís: - O Leite aqui é para vender o carro vem pegar, nos temos um tanque, o carro leva o leite lá para o centro. Ele pega o leite de todos os produtores. Eu, lá em casa, eu tiro, em casa o meu dá 35 litro de leite. Todo dia eu tiro 35. Desse leite que eu entrego ai sempre sobra para fazer uma receita, do Dr. para gente comprar algum remédio, alguma coisa porque de vez em quando pega sobra desse leite para comprar uma bezerrinha para poder intera o leite para pode ter uma vaca de leite senão não tem jeito

Pesquisadora: - E quanto que ele paga por litro, é por litro que eles pagam não é?

Sr. Luís: - São 0,30 centavos, o caminhão pega e leva pra cidade e lá é outro preço, lá eu não sei quanto que é. Deve ser 1,20 por ai, eu não sei, sei quanto é o nosso.

Pesquisadora: - Como é o trabalho aqui na propriedade no período da colheita?

Sr. Luís: - Aqui a colheita do arroz já passou. Eu tenho que plantar o arroz e quando é que eu tenho que colher. Em setembro e outubro. E agosto é difícil você plantar porque num chove, da chuvinha pouca. Então a nossa planta maior aqui é setembro para outubro, e colhe agora de setembro, outubro, novembro, dezembro. De dezembro para janeiro é quase que as colheita todas já começa colher. Começa colher o arroz, o feijão, o milho, o arroz e o milho são de setembro, que é depois do milho daí vai, outubro, novembro, dezembro em dezembro você começa colher milho. Em janeiro, o milho começa secar você começa virar ele para plantar o feijão, janeiro, fevereiro e março. De março, abril, maio, agora em junho começa a colheita de feijão, que é a derradeira, ai as mudas já esta tudo feita. De arroz, milho já ta tudo feita, e começa a colher o feijão. E, daí vamo preparar a terra para plantar de novo. É assim não paramos.

E o café já tá começando. Já tá bom.. o café começa a plantar nas primeiras chuvas, setembro para outubro você começa plantar ele agora a colheita todo ano, de você sempre plantar esse ano aí daqui a três ano você começa a colhe o café, dois anos ele dá uns carocinhos, mas é coisinha pouca, ai com 3 anos você começa a primeira colheita dele.

Pesquisadora: - A produção do café vocês conseguem vender também? Quanto é que tá a saca de café de 60 kg?

Sr. Luís: - A gente sempre planta e conseguimos vender a produção do café, nos pegamos ele, alugamos o caminhão e levamos às máquina. Arrumamos as máquinas aí

leva ele lá para Buriti, lá a máquina limpa ele, ai depois de limpo que vamos vender. A associação aluga o caminhão e nos pega essa lavoura é esse café põe no caminhão e leva, ai se ajunta dois, três moradores daqui de dentro, enche e faz uma carga de café e leva. A divisão é assim, cada um tem o seu total de lavoura, é, é 10 saco, 20 saco, 30 saco, 40 saco, 50 saco, ai anota tudo de todo os outro certinho, e chega lá cada um recebe o seu.

Ai vai lá tudo no caminhão, chega lá a gente recebe, vai limpar o arroz, o café na máquina, lá eles limpam, depois que eles limpam ai pagam pra gente o preço que tive correndo. Hoje eu não sei, não tenho certeza do preço. Mas aqui você vende passa para recebe lá o preço que tive correndo lá, por exemplo hoje tá o que? Hoje, o café eu num tenho bem certeza não, mas o vizinho vendeu esses dias me parece só que eu não vou falar uma coisa certa, mas o preço é de R\$ 200,00 abaixo. Uma saca de café é de R\$ 200,00 a baixo

Pesquisadora: - Quais são os principais problemas da área rural, além dos quais o senhor já falou tem outros problemas?

Sr. Luís: - Não, o que nós temos para falar mais precisamos de documento da área porque nós não temos, precisamos legalizar a terra no rádio eu ouvi que a turma vai legaliza essas área, mas não falou se é aqui, aonde é que vai ser em Rondônia, e nós estamos esperando, precisamos legalizar para podermos trabalhar com bancos, para podermos ter financiamentos. O INCRA nunca passou aqui, e nos estamos esperando ele. A EMATER já veio na associação e eles disseram que a gente tem que pegar documento para poder dar uma ajuda melhor para nós e tal, mas eles já tem uma vacina de Brucelose a vacina da brucelose eles já liberaram para nós, já vacinamos direto só pagamos 3,00 reais, 4,00 reais a vacina por cabeça. Cada bezerrinha é de 6, ela é de 6 a 8, ela passou dos 3 meses, já pode vacinar ela. Ela dos 3 aos 8 meses vacina, daí pagamos 4 reais por cabeça, 3 reais nos pagamos direto.

Pesquisadora: - O senhor disse que seria de graça?

Sr. Luís: - É, seria de graça se nos tivéssemos documento da terra. Então estamos desse tipo ai, esperando o documento da terra.

Pesquisadora: - Aqui como é a regularização fundiária da área, no caso falta legalizar toda essa área não é?

Sr. Luís: - Falta! Falta legalizar, a gente está com problemas desse ponto aí, como que a gente pode falar. Ah! Eu tenho uma renda de tanto, tanto assim, a gente não pagar um imposto, não paga, tá esperando um documento não vem, não chega. A gente fica trabalhando assim, sem poder fazer nada, não pode falar, não pode fazer nada dentro da área.

Pesquisadora: - O senhor participa de algum movimento de luta pela terra do tipo MST, o algo parecido assim ou não?

Sr. Luís: - Participar, nos tem sempre uma reunião dentro da associação é a procura de cassar os recursos para legalizar nossas terras mesmo nos tem, nos tivemos com o bispo, o bispo esteve aqui e nós fizemos um levantamento de toda essa área para ser enviado para Brasília. Enviamos para ver se legaliza essa terra para nós, porque estamos precisando legalizar porque todo mundo o que nós possui tá aqui dentro. Uma vida. É o que nos temo para vive, sobreviver, é essa a terrinha que nós tem aqui, é isso aqui nos para fora ninguém tem nada, nós não tem nada, ai vivemos aqui, mas se regulariza teremos uma ajuda do governo. E nós tá esperando esse documento.

Pesquisadora: - O senhor acha que pode ser expulso dessa terra ou não, tem algum receio, acha que vocês podem sair da terra?

Sr. Luís: - Temo uma cisma do que vem a muito tempo falando que vai, despejar agente daqui de dentro, nós não tem documento, ai vem sempre aquela pergunta,.. vão ou não tirar agente daqui de dentro? outra hora é 4, 5 dias para tira agente daqui de dentro. E essas palavras estão saindo do IBAMA, eles ataca nós aqui e pedem, falam tem é 5 dias de prazo para vocês saírem, então corremos atrás de recurso, vamos atrás de recurso. O nosso recurso que nos temo. Nós fizemos um protesto fechando a BR, mas a fim de liberarem nossa terra, que o IBAMA estava trancando a estrada lá em Buritis, tava fechando ali na linha, nós não tinha outro recurso, e recebemos uma palavra assim “vocês pequenos, vocês povo pequeno, voltem pra trás vão cuida das suas vidas, vocês não vão perder não”, então tá, nos ganhamos essa palavra lá. Foi o pessoal de Porto Velho que falou para nós, eles trouxeram o papel lá na estrada, e veio e falando que podia trabalhar e cuidar da nossa família que nós não aí perder nada, viemos e estamos até hoje, todo mundo trabalhando e eu sou um dos mais velho.

Pesquisadora: Como foi aberta esta estrada que dá acesso a Comunidade?

Sr. Luís: - Essa estrada aqui, nós pagamos para fazer, com arroz, feijão. Todo mundo se juntou alugamos a máquina e fizemos esse rasteiro, que para nós esta bom demais e temos sobrevivido em cima dela. Eu fui três vez já no Buriti de pé, daqui lá de a pé atrás de remédio para minha velha, meus filhos e eu, com malária aqui dentro, eu fui de a pé..., fui aí vim..., foi um dia todo! Gastei um dia e meio daqui lá de a pé, dia e meio para voltar, 3 dia pra ir e voltar.

Pesquisadora: - Porque este lugar é chamado de Marco Azul?

Sr. Luís: - O marco azul, ele começa daqui, daqui do seu João, daqui a 20 km tem a linha 1 que é a linha saracura, tem alinha saracura, ai daqui é um galho da saracura. E aqui é o marco azul e lá saracura... é tipo um braço é um braço que ela nasce na linha saracura no marco azul certo...? e a aqui é a linha marco azul que é da associação e é formado, nós formamos a associação de todo mundo aqui, ela tem documento, tem reconhecimento pelo governo do Estado.

Pesquisadora: - Quem fundou então aqui o Marco Azul?

Sr. Luís: Essa associação ela foi formada a partir da idéia do Pelé(ex-presidente da associação) e a linha também, a linha fomos todos nós, nos temos que por um nome nessa linha e todo mundo colocou.

Pesquisadora: - E porque Marco azul?

Sr. Luís: - Por que tem um marco daqui a alguns quilômetros e o marco é azul. É um tronco pintado de azul de frente para a associação.

Pesquisadora - O senhor falou que tem 10 anos aqui no Marco Azul fale mais sobre isso?

Sr. Luís: - 10 anos, veio mais gente e a linha nós abrimos depois que tava aqui dentro. Não me lembro quem foi o primeiro que chegou e entrou aqui dentro, mas eu tenho certeza que nós viemos como eu lhe falei, tal lugar é bom, lá tem terra boa, aí já vem um conta um pedaço, outro conta outro. Os primeiros que entraram aqui dentro antes nós não sabe por onde ele entrou, nem onde ele foi, ele vendeu pra nós e saiu, sumiu no mundo. Nós não sabemos para onde ele foi. Ficou só nós que compramos dele. Eu cheguei aqui à madeira já tinha saído por esse trilheiro, num existia madeira aqui mais. 10 anos atrás a senhora caçava uma tora para tira uma madeira para fazer casa era a coisa mais difícil, só ficou castanheira as casa daí é tudo feita de castanheira, porque não tem outra madeira, só castanha, você não acha outra madeira só castanha e madeira aqui

nem conheço, eles tira lá em outra terra logo do cedro. Os Madeireiro tá mexendo para lá essas terra mais velha sei lá, para cá ninguém veio ficar mexendo com nada mais não.

Pesquisadora: - Aqui na sua propriedade tem alguma área preservada ainda de floresta?

Sr. Luís: - Eu tenho, 5 alqueires de reserva, 1 alqueire de samauma¹⁴ plantada que eu plantei, que chega de 15 a 20 metros até em volta da minha casa é plantado também, isso é para floresta, e o resto é mato, desse 4 alqueires e resto que não é plantado de samauma é mato, é a mata, mata virgem. A gente tem que plantar também.

- Eu o que eu tenho de falar é isso mesmo que eu já falei pra senhora nós é só sofrimento desse ponto que o governo não ajuda o prefeito não quer ajudar, então o sofrimento mesmo nosso e de todo mundo é esse daí, eles não ajudam em um documento que é o que precisamos.

Pesquisadora: - É do conhecimento de vocês que esta área que vocês estão faz parte da serva Bom futuro?

Sr. Luís: - Escuta aí, daí porque tem 400 famílias aqui dentro (se refere a todas as famílias que moram na reserva) e aqui sendo reserva porque iam permitir, quando começou entrar o 1º morador se é reserva, porque aqui não tirou logo, porque que não tirou deixou entra 100, 200, 300 até chegar nessa quantidade de gente que esta...? por isso nós tiramos para ir para Brasília. Aqui dentro da área tem 55 ou 54 cabeça de gado, aqui dentro que os produtores tem, é todo produtor pequeno e não grande, mas cada um tem um pouquinho, cada um tem um pouquinho de tudo aqui dentro, se é reserva.... Como pode ser reserva se deixou esse povo entra, todinho, todo, deixaram fazer tudo quanto é besteira, que tem ai. E outra coisa e tirar agente daqui para onde nós vamos?, o que nos podemos fazer? isso aí que eu fico pensando, se me tirar daqui e levar para cidade eu não vou morar lá que eu não sei fazer nada na cidade, tirar o rapaz pequeno a gurizada que tem, essa rapaziada eles vão fazer o que na cidade?, eles não sabem que eles mora é aqui dentro? eles só sabem trabalhar aqui dentro, lá na cidade eles vão fazer o que? vão fazer coisa que não presta, si tira nós para dentro de outra área, para outra área, tudo bem nós vamos trabalhar de novo, queremos um local para nós morar, dentro de cidade não, dentro de cidade não, ninguém quer, por que não tem como sobreviver dentro da cidade, sem nós saber negociar e também não tem, dinheiro também para fazer

¹⁴ Árvore típica da região.

qualquer negócio nos não tem jeito de viver na cidade, nós só tem jeito de viver aqui no mato, aqui nos estamos a fim disso.

Pesquisadora: - Fale para nos como é a vivencia entre os vizinhos aqui do Marco Azul.

Sr. Luís: - Aqui é todo unido... O fulano tá precisando de uma diária de serviço a pessoa vai lá trabalha, trabalha, o fulano precisa de uma ajuda porque o barraco queimou o barraco dele, cada um vai doa uma camisa, uma calça, um dá arroz, um dá feijão, uma dá uma coisa, enquanto de tem.... Aqui tem arroz de tudo quanto é jeito, te dou feijão, mas e arruma outro porque todo mundo faz um agrado, e é assim tudo unido graças a Deus aqui todo mundo aqui é unido, você num vê falar numa briga, aqui não...aqui todo mundo vive Trabalhando, lutando, é na casa do vizinho, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo.... ajudando um ao outro.

Pesquisadora: - Como é tratado a as questões de terra entre os vizinhos aqui no Marco Azul?

Sr. Luís: - Aqui é tudo em paz não tem briga por terra. O conflito que nós estamos tendo aqui é esse que precisamos de estrada, precisamos do recurso de uma escola. Não tem nada para o jovem, não tem estudo, isso aí é tudo gente que mora aqui dentro... a gente vive aqui desse tipo, sem o recurso, maior parte do nosso sofrimento aqui é esse a falta de estrada e da saúde. Você não tem uma saúde. É isso que eu tenho para falar daqui para senhora.

Entrevistado: Presidente da Associação dos produtores rurais do Marco Azul, Valdemir da Silva- uma das lideranças da Comunidade.
Entrevista Realizada em 16/09/2008

Pesquisadora: Conte a história dessa comunidade, como surgiu?

Sr. Valdemir: Nós não sabemos quem foi quem ocupou essas terras, porque agente já comprou de outros. Mas dizem que foi um morador antigo que ocupou e ele para marcar as terras fincou um tronco de Madeira no chão e pitou de azul. Depois foi

também chegando outras pessoas e ocupando e começaram fazer carreador, picadão¹⁵ né para ocupar seus lote. Na época era só algumas pessoas. Esses primeiros ocupantes começaram a vender as terras para pessoa que chegavam procurando terra e assim, que eu e minha família como outras que vivemos aqui hoje viemos para cá, porque nos soubemos que aqui a terra era fértil e mais barata. Esse pessoal antigo foi embora. Aí um vai falando para o outro pros amigos para os parentes, outras pessoas também fica sabendo ai foi correndo a notícia dessas terras. Foi a partir do final de 80 para o ano 2000 que começaram a chegar muita gente aqui que vinha de outros Municípios procurarem terra. Aqui não tinha nada era tudo moto nós abrimos picadão. Depois de algum tempo nos organizamos e contratamos umas máquinas para abrir as estradas, que dá acesso à cidade, todos ajudaram alguns fazendeiros e madeireiros que morava aqui próximo porque não era só nos que precisava da estrada eles também. Então nos se ajuntamos. Cada um ajudava do jeito que podia com dinheiro aqueles que tinham mais condição outros com serviço era assim..... Eu mesmo era o responsável para levar comida para o tratorista e a noite vigiava o maquinário. Foi muito dificultoso abrir a estrada mais agente precisava nós estava isolado. Nós precisava ter acesso a cidade. Essas ponte que a senhora passou aí foi tudo nos que fez. Tudo aqui foi nós quem fez. A senhora ta vendo, a escola, a igreja, o campo de futebol, a câmara de resfriamento de leite, a cede da associação, a arena para o rodeio e a pista pra corrida de cavalo, pois é foi nós mesmo que construímos. Dois proprietários se juntou e doou 4 adquire (10hectare) cada um para nos construir o que nos estava precisando. Por que são 120 famílias aqui nos precisava se organizar e construir essas coisas né porque nós aqui não recebe ajuda do governo não ajuda nós em nada o que nos conseguimos aqui foi porque nos se juntamos e fomos atrais. A professora por exemplo e um agente de saúde foi nós que fomos atrás porque nossas crianças não podia ficar sem escola. Os governantes diz que não pode fazer nada aqui porque aqui é reserva nós não sabia que aqui era reserva, nós não tinha nenhuma informação, ou algum órgão desses aí ambiental impediu agente entrar. Agora depois que o pessoal tá aqui a bastante tempo querem tirar agente. Olha vou dizer uma coisa par senhora tem gente que já ta aqui no Marco Azul que tem 17 ano, construiu a vida aqui. Outros aqui mesmo perto no Rio Pardo tem gente a mais tempo. Eles acha que tudo mundo aqui é bandido, criminoso trata agente assim. O que agente quer é trabalhar viver

¹⁵ Estrada feita pelos próprios camponeses na mata para ter acesso aos seus lotes.

com nossa família na terra porque agente não sabe fazer outra coisa. Querem tirar agente daqui e vão levar pra onde? E as nossas coisa que fizemos aqui? Nós vamos perder? Por isso nos resolvemos formar uma associação do Marco Azul para reivindicar nosso direito de permanecer na terra. E também garantir o básico para nós aqui.

Pesquisadora: Quando as pessoas chegavam aqui como tinha acesso o lote?

Sr. Valdemir:- Era Assim, se a pessoa tinha 03 lotes ele vendia para uma pessoa em troca de trabalho, porque não tinha dinheiro pra comprar e aí o dono vendia porque ele também não tinha condições de fazer tudo que precisava na terra. Quem comprava pagava o dono em derrubadas, plantação de capim, café ou outros tipos de lavouras. Alguns pagavam parte em dinheiro e outra em serviço, mais a maioria pagava em serviço porque as pessoa que chegava não tinha condição. Só depois recebia o recibo de simples posse da terra. O pessoal recém chegado recebia semente de arroz, feijão, milho, amendoim, muda de banana, para plantar mais não pra consumo. Era para ele poder começar a vida. Porque não tinha condição. Tinha gente que doava até galinha, filhote de porco. Foi assim, com meu pai ele recebeu algumas sementes pra poder começar vida aqui todo mundo se conhece quando um precisa sempre o outro ajuda.

Pesquisadora: Fale sobre as festas do Marco Azul?

Sr. Valdemir:- Aqui a gente faz mais festa de rodeio, corrida de cavalos, torneio de futebol, sinuca e a noite bailão. Somos nos membros da associação que promovemos as festas assim né... os representante daqui que realiza as festa. Mais todo mundo aqui ajuda, participam ajudando no trabalho, buscando palha para construção de barracas, outros faz doce, pasteis, tem até barraca de pescaria para as criança, o pessoal ajuda como pode uns doam novilhos para o churrasco e todo mundo come a vontade .

Pesquisadora: Então não é vendido o churrasco?

Sr. Valdemir:- Não. Aqui tanto nós quanto as pessoas que vem de fora para a festa comem churrasco de graça. Mas as outras coisas... como a bebida, as coisas das barracas são vendidas. Porque também nós precisamos de dinheiro para ajudar nas despesas de passagem, hospedagem para os representante ir para a cidade, atrás de recurso para nós como já aconteceu de alguns de nos ir até Brasília para ver a nossa situação aqui. Também pagar advogado essas coisas porque agente tem que se organizar para lutar para permanecer aqui. Então as festas aqui nos fazemos porque gostamos de fazer, nos se diverte e aproveitamos para ter recurso para nosso próprio

benefício. Porque aqui nos não tem diversão a nossa diversão é quando tem festa. A festa dura 3 dias direto. Mais nos começamos organizar a festa um mês antes porque nós precisamos ir até Buritis para ver quem pode doar as premiações, os troféus para os torneio, os patrocinador, ir até a rádio para divulgar a festa convidando todo as linhas, as cidades vizinhas se o pessoal não sabe não vai ninguém e outra não pode ser no mesmo dia da festa de outras associações, e as cidades próxima para eles não se prejudicar e nós também daqui poder ir...assim, como se diz....prestigiar a festa deles. Sempre agente tem que ter esse cuidado. Então é assim, como disse para senhora, nos temo tudo isso para preparar, organizar para festa dá certo. Vem gente de Alto Paraíso porque são cidades mais próximas e as associações...., assim né o pessoal das linhas mais próximas. Até porque a festa é grande são divulgados nos meios de comunicação de Buritis. E as pessoas vêm prestigiar nossa festa. Todos da Comunidade participa da festa, menos aqueles que são evangélicos que não gosta dessas coisas né.

Pesquisadora: Estas festas não são religiosas como são as festas religiosas da que do Marco Azul, como são organizadas?

Sr. Valdemir: As festa maior mesmo daqui são essas que falei, tem uma comemoração do igreja católica do padroeiro daqui mas não é grande não é coisa pouca só nos mesmo católicos agente e as liderança da igreja nos fazemos um almoço, não tem dança nem bebida é uma coisa simples. Os responsáveis da igreja convidam o padre e ele vem celebrar a missa.

Nós temos duas igrejas uma nós colocamos o nome de Divina providência e a outra é Jesus vencedor. Essa igreja Jesus Vencedor tem cinco anos nos tivemos essa ideia de construir essa igreja e colocar esse nome por causa de que quando quiseram tirar agente daqui nós e outros dos lugares aqui próximo assim de outras associações juntou todo mundo e foi quando fechamos a BR, em 2004 todas as famílias daqui foram e naqueles momentos de aflição, de angustia aguardando por uma posição do governo, nós pensava nós tinha fé em Jesus que nós ía vencer aquilo ali aquela luta né? E nós vencemos porque nos estamos aqui até hoje. De vez em quando nos ameaçam de sair mais estamos aqui. Aí nós resolvemos construir essa igreja e colocamos esse nome de Jesus Vencedor.

Pesquisadora: E a igreja Divina providência porque ela é chamada assim?

Sr. Valdemir Essa é mais antiga foi construída em 2000, quando tava vindo muita gente para cá e nos achamos bom ter uma igreja né pra que com a divina graça pudesse né providenciar coisas boa para nós aqui. A celebração da palavra todo domingo da 1 hora da tarde até às 2 horas da tarde..

Pesquisadora: Porque é esse horário?

Sr. Valdemir- É porque todo mundo já almoçou e muitas famílias também moram longe. E essa hora já almoçaram já cuidaram das coisas de casa. Depois da celebração o pessoal fica aqui no “Bolícho” (bar onde há sinuca localizado no núcleo da comunidade) jogando uma sinuca tomando uma bebida, um refrigerante, Jogando um futebol essas coisas né conversando com os vizinho, assim os pessoal mesmo daqui. Outros não vem para celebração vem só mesmo jogar assim, se divertir né...também aqui no bolicho tem a televisão pra o pessoal fica aqui assistindo.

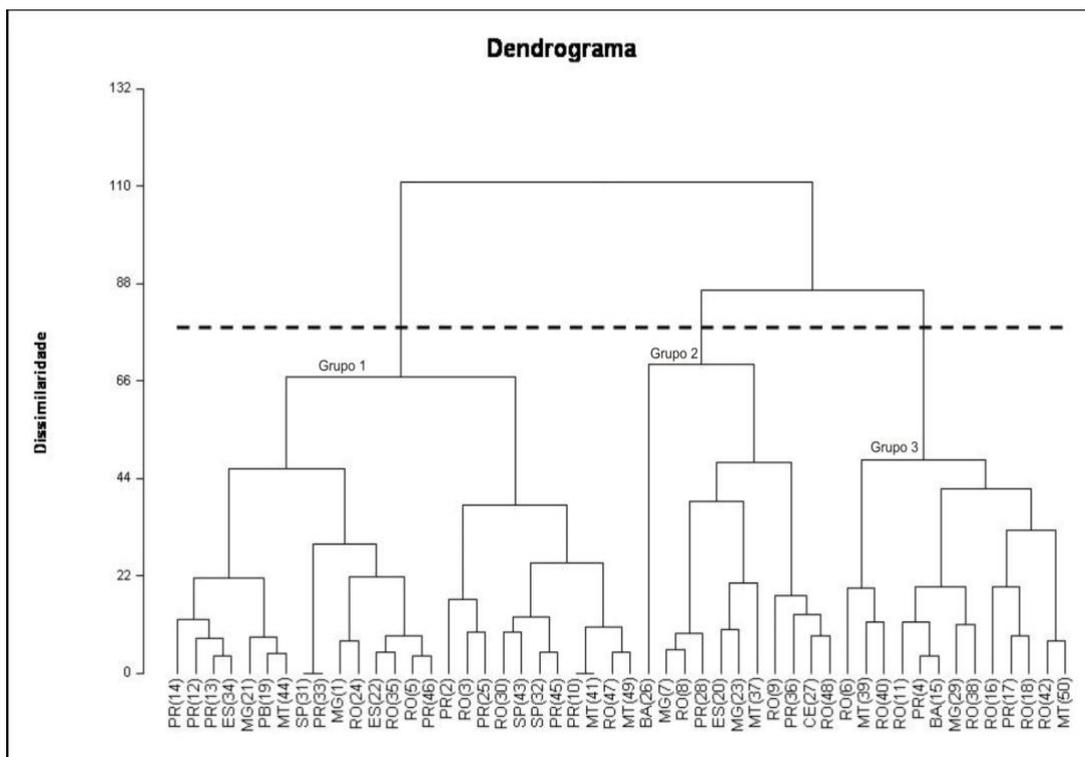
Então nossa historia que nós tem pra dizer é essa que falei pra senhora nos quer ficar aqui nós não queremos sair aqui nós pode viver tranqüilo, aqui nós estamos construindo nossa vida temo nossas coisas aqui todos somo unido. E depois sair daqui pra ir pra onde? Pra cidade,? Na cidade não tem como criar os fio da gente não. Tem muita coisa ruim. Na cidade tem muita corrupção, muita droga, muita bandidagem, as pessoa vive trancada. Aqui não agente tem liberdade de viver. É isso que tenho a dizer para a senhora.

CAPÍTULO V. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O sistema camponês a terra não é pensada como mercadoria, entende que se absolutiza face às regras jurídicas e de mercado, mas com um bem natural que só tem significado econômico querendo articulado ao trabalho familiar, criando as condições de reprodução da unidade econômica camponesa. (Musumeci,1998)

Para análise da pesquisa de campo, elaborou-se uma análise estatística multivariada para compreender o processo de mobilidade espacial dos migrantes e as variáveis que mostram suas trajetórias na busca constante pela terra. Utilizou-se análise de Cluster hierárquico através da qual foi possível organizar o conjunto de migrantes em grupos homogêneos, de tal modo que os indivíduos pertencentes a um grupo sejam os mais semelhantes possíveis entre si e diferenciados dos restantes. Portanto observou-se que esta análise forneceu três grupos distintos referentes à mobilidade espacial (Figura 5).

Figura 5. Distribuição dos grupos de migrantes, segundo análise de cluster hierárquico (ACH)



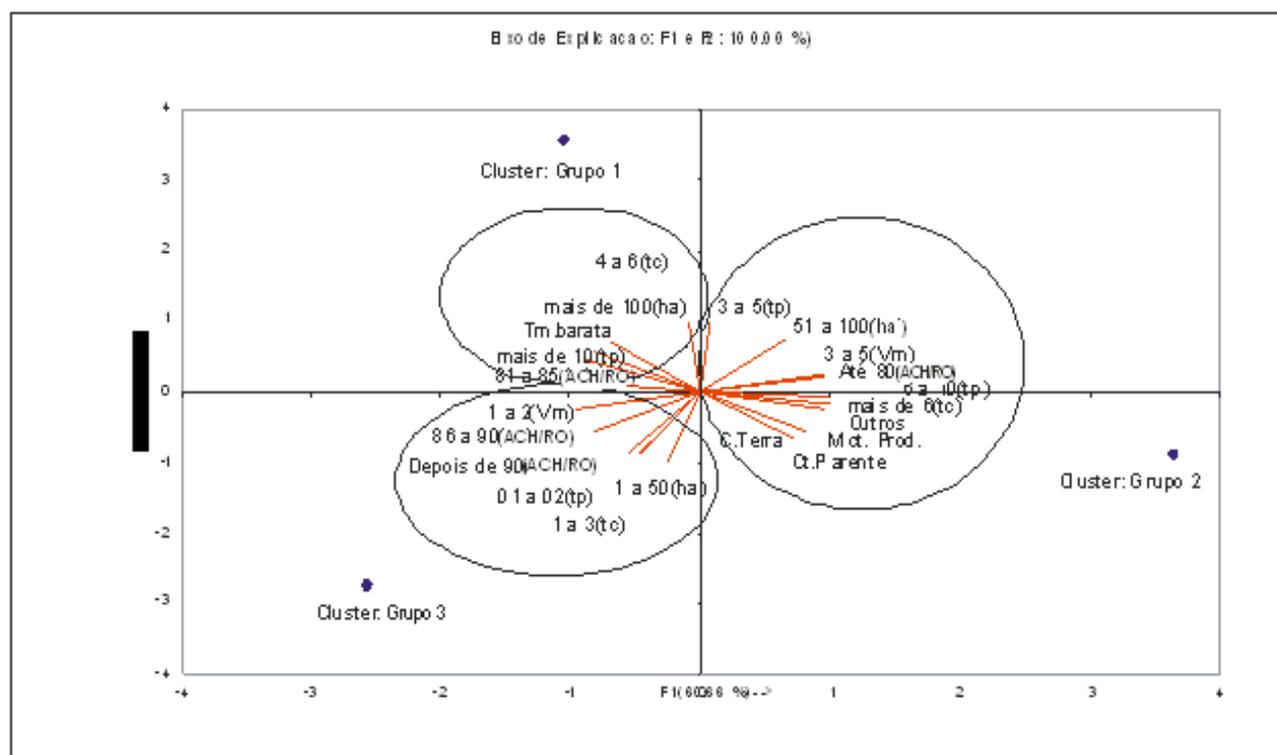
Fonte: Dados de campo, 2008.

Como demonstrado no dendrograma, esses grupos de migrantes camponeses na Comunidade Marco Azul são originários de várias regiões do país como: Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Paraíba, Mato Grosso e Rondônia, demonstrando, assim, a existência da migração interna que houve para Rondônia, principalmente na década de 80 e 90 como também demonstram o deslocamento de camponeses nascido no próprio Estado para o Marco Azul.

A partir da análise de Cluster, observou-se na (Figura 13) que esta não apresenta a estrutura de variáveis que contribui com a mobilidade interna dos migrantes, assim aplica-se a análise das componentes principais, com a finalidade de analisar as inter-relações entre as variáveis e explicar as relações subjacentes dos clusters (grupos), extraíndo o conjunto de variáveis que modelam essa mobilidade dentro dos grupos.

A classificação dos grupos (Figura 6) por variáveis categóricas demonstrou a trajetória migratória interna de mobilidade espacial, os motivos do deslocamento, tempo de chegada e permanência em localidades anteriores depois da chegada em Rondônia, tamanho da terra (propriedade), vezes que migrou, Estado de origem e o tempo de chegada no Marco Azul enfim, permitiu-nos conhecer as características e o perfil desses migrantes camponeses.

Figura 6. Distribuição dos grupos por variáveis da Comunidade Marco Azul



Fonte: Dados de campo, 2008

Assim, no grupo 1 têm as seguintes características reveladas pelas variáveis categóricas:

Grupo-1. Os camponeses desses grupos chegaram a Rondônia entre 81 a 85. São Originários dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Paraíba e Espírito Santo. Compõem também este grupo os camponeses que nasceram no Estado de Rondônia. O tempo de permanência em localidades anteriores (TP) é mais de 10 anos. O tempo que residem na Comunidade (TC) é de 4 a 6 anos. O tamanho da terra (propriedade) é de mais de 100 hectares e a causa principal do deslocamento de onde viviam anteriormente para o Marco Azul foi a possibilidade de comprar terras mais baratas do que as demais localidades. Era a oportunidade de ter sua própria terra.

Grupo -2. Camponeses deste grupo chegaram em Rondônia até os anos 1980, originários dos seguintes Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará, Bahia, Espírito Santo e Paraná. Compõem também este grupo os migrantes nascidos em Rondônia. O tempo de permanência em localidades anteriores (TP) de alguns camponeses é de 6 a 10 anos e também de 3 a 5 anos. Número de vezes que migraram até chegar a Marco Azul é de 3 a 5 vezes. O tempo que residem na Comunidade (TC) é de mais de 6 anos. O tamanho da terra (propriedade) e de 51 a 100 hectares. As causas do deslocamento para o Marco Azul foram: para cuidar das terras de parentes (CTP), compra da terra (CT) e melhores condições de trabalho de produção.

Grupo-3. Neste grupo existem camponeses que chegaram em Rondônia entre os anos de 86 e 90 e também depois dos anos 90. Estes migrantes camponeses se deslocaram dos Estados: Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. Os nascidos em Rondônia também fazem parte deste grupo. O tempo de permanência em localidades anteriores (TP) é de 1 a 2 anos. O número de vezes que migraram (VM) é de 1 a 2 vezes. O tempo que residem na Comunidade é de 1 a 3 anos. A causa para os deslocamentos para o Marco Azul foi a possibilidade de encontrar melhores condições de trabalho e produção.

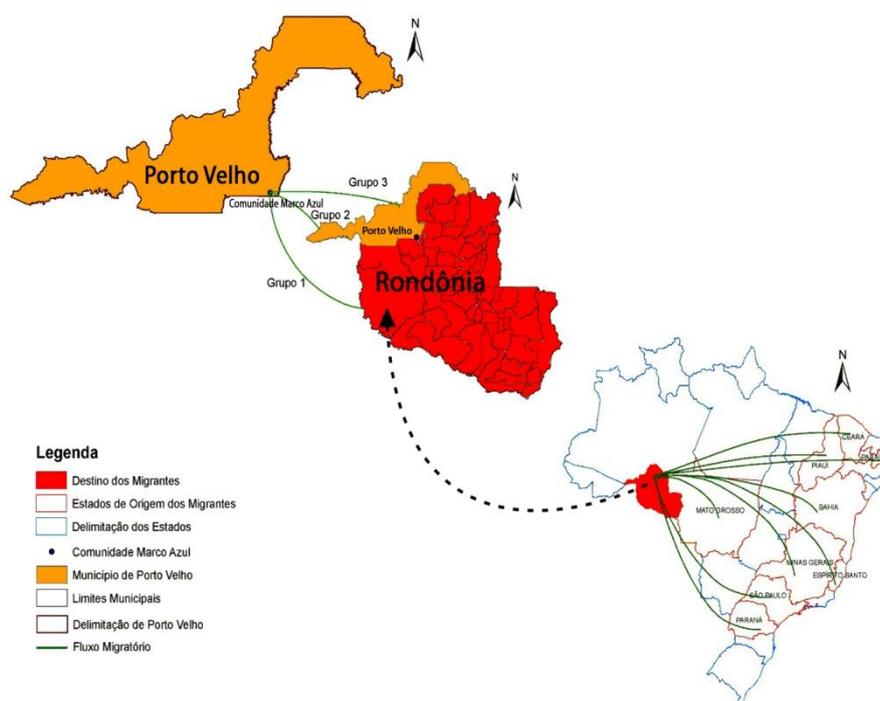
O tempo de residência na comunidade de todos os grupos revela que o fluxo migratório para o Marco Azul ocorreu a partir do ano 2000, o que significa dizer que o estabelecimento efetivo dos camponeses seja através da compra ou ocupação foi neste

período, possibilitando organização do espaço e construindo relações de solidariedade, elementos essenciais para a construção do espaço rural e da Comunidade Marco Azul.

As variáveis revelam que na comunidade apresenta estrutura agrária desigual, ou seja, embora haja a predominância de pequenas e médias propriedades, a maior quantidade de terra está concentrada nas mãos de alguns proprietários (grupo-1), geralmente fazendeiros de gado. Na verdade, revela o processo de concentração fundiária, ocasionados pela penetração de fazendeiros no território camponês. Esse fator futuramente poderá ocasionar novos deslocamentos de camponeses por sentirem-se pressionados pela grande propriedade forçando-os a migrar novamente.

A **figura 7** demonstra a trajetória da mobilidade espacial dos grupos de migrantes camponeses, saindo dos seus Estados de origem para Rondônia. Esta mobilidade ocorre de diversas regiões do país, a partir da década de 80, período em que o Estado brasileiro proporcionava as Políticas de Colonização para Amazônia Brasileira.

Figura 7. Trajetória de mobilidade espacial dos migrantes camponeses da Comunidade Marco Azul



Fonte: Dados de Campo. SOUZA, Terezinha Ferreira.2008

Importante salientar que todos os grupos ao chegarem em Rondônia, depois de alguns anos residindo em determinadas localidades, continuaram a migrar internamente (Figura 14). Isso demonstra que esses camponeses migrantes persistiram na busca pela terra. Percebe-se que dentro dos grupos existem também camponeses rondonienses migrando internamente, e, segundo depoimentos desses indivíduos, os principais fatores causadores da saída de determinados espaços rurais foram: Terra insuficiente para produção e sustento familiar; morada em terra de parentes e a não contemplação na distribuição de terras pelo INCRA. Portanto, a mudança para outros espaços rurais, principalmente Marco Azul, teve os seguintes elementos atrativos: Melhores condições de trabalho e produção, terra fértil e mais barata, possibilidade de compra da terra, além de serem convidados por parentes para cuidar da terra.

Assim, a migração desses grupos ocorreu de espaço rural para espaço rural, demonstrando o não interesse de residirem em áreas urbanas. O desejo de permanecer na área rural é apresentado não só nesses dados estatísticos mais na história oral de vida dos camponeses. O fato é que não há a intenção de saírem da Comunidade Marco Azul, pois esta lhes conduziu a serem proprietários dos seus lotes, produzirem seu sustento e comercializarem o excedente, obtendo assim o necessário para sobreviverem.

Portanto, houve o deslocamento espacial dos grupos de migrantes ao longo dos anos a procura de terra, estes ocuparam e fixaram-se formando a Comunidade Marco Azul, um espaço social de vida e trabalho.

5. 1 Produção Agrícola da Comunidade Marco Azul

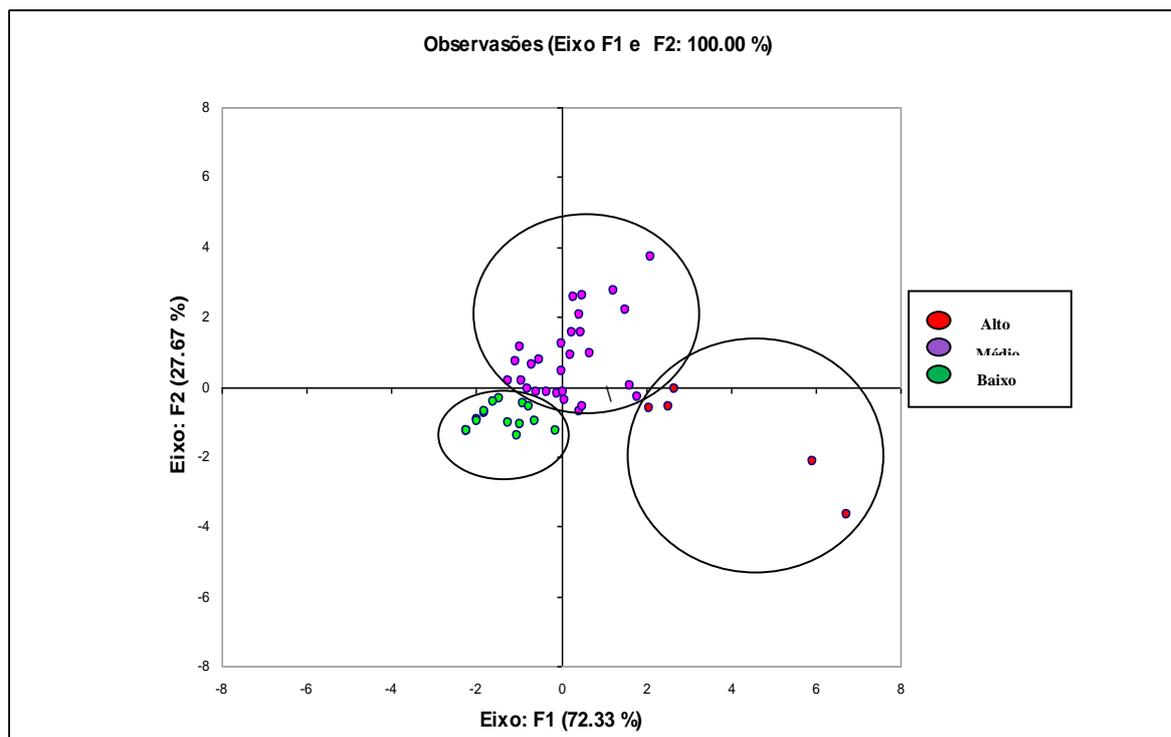
Para compreender a produção agrícola e de animais da Comunidade Marco Azul, utilizou-se análise discriminante (AD), esta é uma técnica estatística multivariada, que tem como objetivo estudar as diferenças entre grupos, com base em características conhecidas (Reis, 2001). E prever a classe ou grupo a que pertence determinado objeto ou indivíduo com base em variáveis independentes (Hair *et al.*, 1998) e, também, conhecer as variáveis mais importantes para a discriminação dos grupos, além de uma nova classificação de casos, de acordo com a segmentação já conhecida.

Para aplicação desta análise, utilizamos a matriz de dados de campo, relativos à produção agrícola e a criação de animais, fornecida pelo questionário. Essa matriz possibilitou a classificar os grupos de camponeses com alta, média e baixa produção e

criação de animais. A partir desta discriminação, foram confeccionadas duas análises, uma relativa à criação de animais e a outra a produção agrícola. Neste sentido, para melhor entendimento da análise discriminante, foram confeccionados dois mapas, denominados de “mapas potenciais de criação de animais e produção agrícola”. As numerações contidas nos mapas representam cada unidade familiar camponesa visitada, no total de 50. E possibilitou indicar o grupo e a unidade familiar que tem maior produção ou criação de animais e qual tem maior potencialidade na Comunidade.

Na análise discriminante, observamos três grupos bem distintos relativos à criação de animais na Comunidade Marco Azul (Figura 8). Página (119). O primeiro grupo, representado pelos camponeses com alta criação de animais, principalmente voltada atividade da pecuária, o grupo de médios criadores de animais, representa a grande maioria dos camponeses da Comunidade, este tem na atividade da pecuária um complemento da renda familiar. Quanto ao grupo que possui baixa atividade da pecuária, observamos que a produção desses camponeses, ainda não tem uma solidificação nesse ramo de atividade. Na sua grande maioria, serve como uma atividade de subsistência.

Figura 8. Classificação dos grupos por criação de animais da Comunidade Marco Azul



Fonte: dados de campo, 2008.

A tabela (2) representa a média de criação de animais por grupo de camponeses. No primeiro grupo, apenas 5 camponeses são considerados forte criadores de animais de grande porte, e outras criações servem como sustento familiar. No grupo médio, está a criação de animais que ainda não é significativa, há uma tendência de crescimento para esta atividade, porém dedicam-se a criação de aves e atividade agrícola.

Quanto ao grupo de baixa criação animais, observamos que esses produtores têm em média uma pequena quantidade de animais de grande porte, demonstrando que estes têm outro potencial que não a pecuária. Eles dedicam-se principalmente a criação de aves e atividades agrícolas, demonstrando que a criação de aves é destinada ao consumo familiar. A criação de animais de tração é muito importante para as famílias camponesas, pois além de auxiliar nas atividades de campo, serve como meio de transporte e também de lazer. Esses animais são preparados para as corridas de cavalos que acontecem na Comunidade duas vezes ao ano. Quanto à pequena criação de gado (animais de grande porte) é garantia do sustento familiar através da venda do leite. Portanto, os camponeses sobrevivem apenas dessas atividades e em alguns momentos trabalham para outros camponeses para ajudar no sustento familiar.

Tabela 2 - Número de animais por grupo.

| Grupo | Média | | | | |
|-------|------------|--------------|---------------------------------|------|--------------|
| | Produtores | Animais (GP) | Animais Tração (cavalos, burro) | Aves | Animais (PP) |
| Alto | 5 | 145 | 3 | 40 | 9 |
| Médio | 27 | 27 | 3 | 55 | 10 |
| Baixo | 18 | 12 | 1 | 15 | 2 |

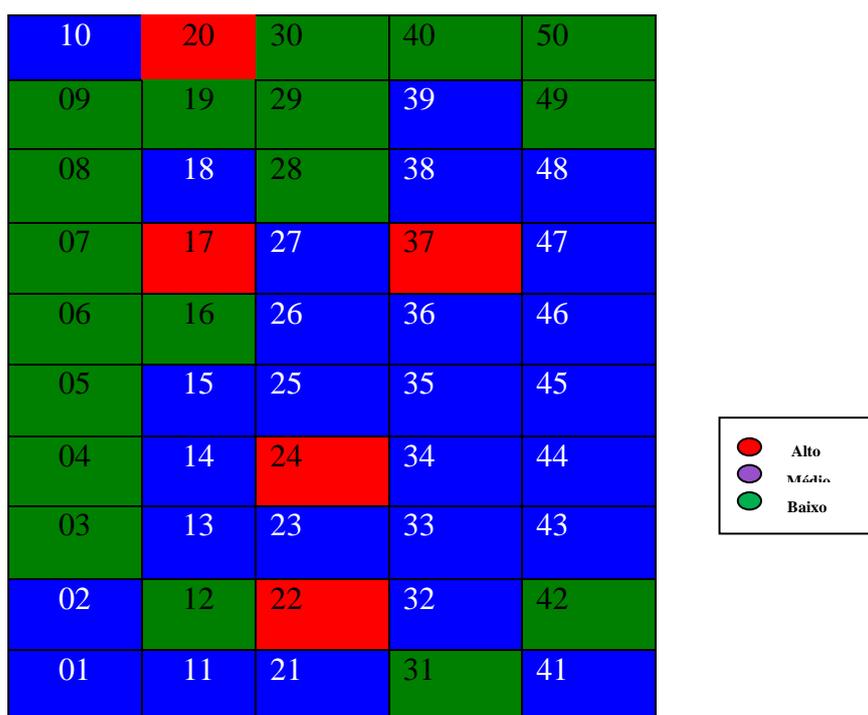
Fonte: Dados de campo, 2008.

Quanto ao mapa potencial dos criadores de animais (Figura 17), podemos identificar quais são os camponeses de cada grupo dentro da comunidade e suas potencialidades relativas à capacidade de sustentação dessa atividade. Neste mapa, observamos que o grupo médio representa uma maior tendência de crescimento na criação de animais, principalmente a criação bovina.

Os animais de grande porte como a criação de gado representam para os camponeses a garantia da produção de leite para o consumo familiar e garantia de renda

com a venda do leite. O gado significa também uma reserva de valor o qual pode recorrer em caso de necessidade, como festa de casamento, doenças, viagem ou baixa produção agrícola. Segundo Musumeci (1988, p.95), “o gado bovino constitui uma reserva material mais importante para a poupança dos pequenos produtores é um investimento seguro e de alta liquidez”. Neste sentido, a criação de animais pelos camponeses da Comunidade Marco Azul revela a dinâmica de sobrevivência deles, bem como o seu jeito de ser e de viver dos camponeses.

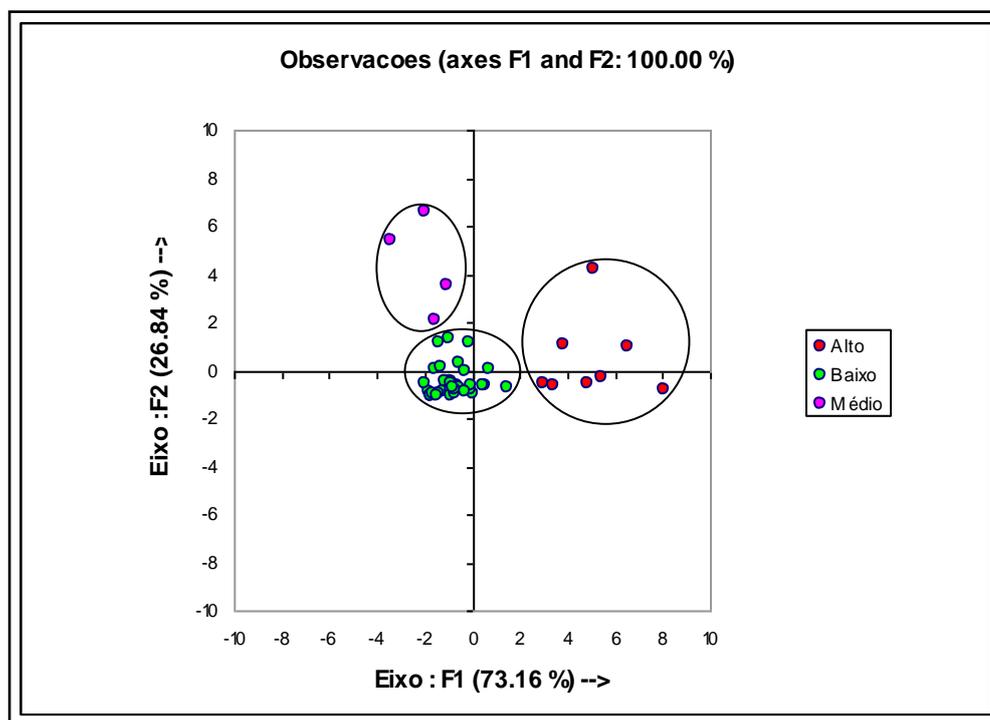
Figura 9. Mapa potencial de criação de animais (alto, médio, baixo)



Fonte: Dados de campo, 2008

Com relação à produção agrícola, a análise discriminante, revelou a existência de três grupos bem distintos na Comunidade Marco Azul (Figura 18). A maior produção agrícola concentra-se em 08 camponeses, 4 possuem média produção e 38, baixa produção agrícola. Neste sentido, há um interesse interno dos camponeses de seguirem com as formas tradicionais de produzir e de contato com a terra. As formas de variação da produção dos camponeses da Comunidade são expressões também das condições econômicas diferenciadas entre os grupos.

Figura 10. Classificação dos grupos por Produção Agrícola da Comunidade Marco Azul



Fonte: Dados de campo, 2008.

A Tabela (3) demonstra a média da produção agrícola por grupo de camponeses. Observa-se que em todos os grupos a produção de café é maior. Uma vez por ano, no mês de abril, tem início a colheita do café. É a produção mais rentável, pois tem um maior valor no mercado. É a partir da venda da produção do café que os camponeses compram o necessário para sua sobrevivência durante o ano como: roupas, utensílios domésticos, instrumentos agrícolas, sal, querosene, etc. A produção de cereais como: o milho, arroz, feijão constitui a base da alimentação camponesa, sendo o milho, abóbora e mandioca utilizada também para alimentação dos animais domésticos. Sendo a banana vendida e também para o consumo familiar.

A produção agrícola poderia ser maior no ano 2008 se não fosse o ataque de porcos do mato e o ataque de cigarrinhas¹⁶ que destruíram as plantações de muitos camponeses. Principalmente as plantações de milho, feijão, e mandioca, obrigando os camponeses a reduzir a criação de animais domésticos como: aves e porcos. O que

¹⁶ Pequenos insetos que atacam plantações.

influenciou diretamente na alimentação dos camponeses, acostumados nas suas refeições a comerem carne suína e de aves. No trabalho de campo participamos das refeições com muitos camponeses e constatamos que nas refeições não havia acompanhamento de carne suína ou de aves, diferente da visita no mês de maio, onde havia abundância de carne. Esta situação obrigou muitos camponeses, principalmente os que têm baixa produção, a trabalhar para fazendeiros ou outros camponeses para manter o sustento familiar.

Tabela 3- Grupo: Produção agrícola

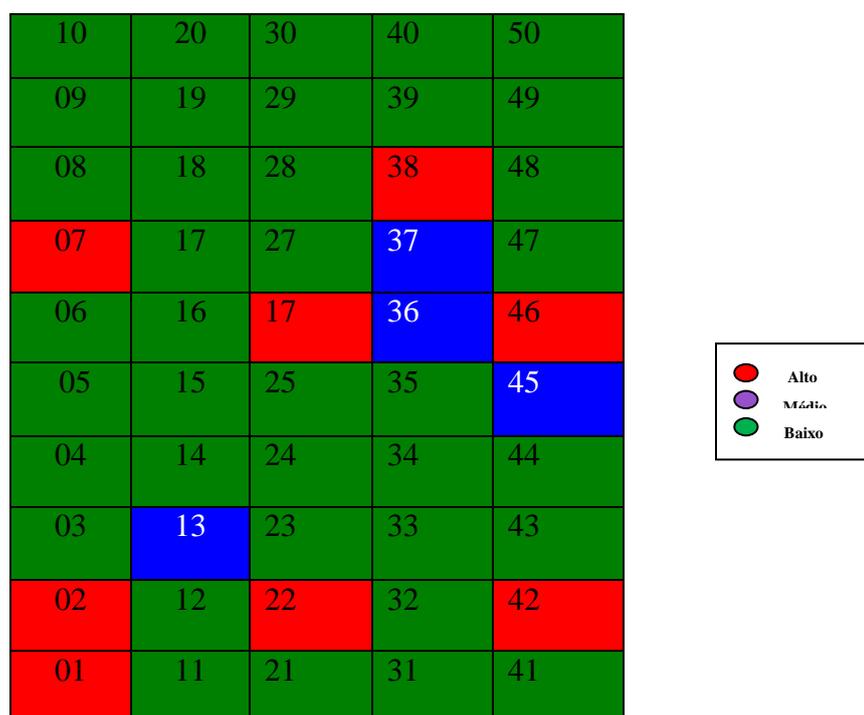
| Grupo | Produtores | Média | | | |
|-------|------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| | | Cereais saca= (60kg) | Mandioca Saca= (60kg) | Banana Saca= (60 kg) | Café saca= (60 kg) |
| Alto | 8 | 109 | 756 | 108 | 1651 |
| Médio | 4 | 56 | 50 | 500 | 500 |
| Baixo | 38 | 25 | 64 | 40 | 240 |

Fonte: Dados de campo, 2008.

Quanto ao mapa potencial da produção agrícola (Figura 18), podemos identificar quais são os camponeses de cada grupo dentro da comunidade e suas potencialidades relativas à capacidade de sustentação da atividade agrícola. Neste mapa, observamos que o grupo de camponeses que tem alta produção representa uma maior tendência de crescimento nessa atividade, sendo os que possuem média produtividade constitui-se a maioria, porém ainda estão se solidificando nessa atividade, principalmente na produção de café. Quando o de baixa produtividade se constitui a minoria dos camponeses, cuja produção é para o consumo familiar, sendo a produção de café destinada à venda.

Os cereais como: o milho, arroz e o feijão, dificilmente são cultivados para comercializar; são culturas que, dependendo dos fatores internos quanto externos, fazem parte da subsistência da unidade familiar. O modo produção no campo continua sendo o tradicional da continuidade, o do tripé: terra, trabalho e família, mesmo com o progresso tecnológico no campo, os camponeses migrantes da Comunidade Marco Azul continuam firmando o seu modo de vida através da construção singular do seu espaço que representa para eles vida, trabalho e liberdade.

Figura 11. Mapa potencial de produção agrícola



Fonte: Dados de campo2008

Em linhas gerais, as figuras evidenciam, caracterizam e distinguem os tipos de camponeses e ou unidades familiares existentes no Marco Azul. E o modo de produção, a dinâmica e a estratégia de sobrevivência das mesmas. Estes elementos somados as relações sociais familiares e de amizade lhes dão sustentação, mostrando como o modo de vida desses camponeses, suas atitudes, suas lutas por um espaço de vida e trabalho permanecem firmes nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho evidenciou que no século XXI a luta pela terra continua, seja através de movimentos sociais ou associações rurais. Estes reivindicam políticas públicas que lhes deem condições de vida no campo, priorizando o sistema de valores sociais, herdados culturalmente e, acima de tudo, que valorize a dignidade humana dos homens camponeses. Isto demonstra que, apesar das transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, os problemas agrários ainda não foram resolvidos.

O estudo da Geografia Agrária Brasileira revelou a existência de dois mundos opostos dentro do espaço rural, um é evidencia a terra de vida e trabalho camponês e o outro a terra de negócio. Há uma importante distinção entre esses dois: enquanto o primeiro, o sentido é a exploração do trabalho alheio e ou apropriação da mais valia, a segunda, se diferencia pelos princípios da reprodução familiar, a partir do seu próprio trabalho. Não há a intenção de acumular capital. As terras são controladas pelos camponeses, de onde extraem a sobrevivência.

A presença do camponês em áreas rurais é marcante, evidenciando que, mesmo com o avanço progressista das relações capitalistas na agricultura, recria-se espaços rurais específicos. Esta recriação não é restrita a luta pela terra, mas a afirmação do seu modo de vida.

Os produtos não produzidos na unidade familiar são adquiridos através da compra, ou seja, o excedente é vendido no comércio local, este é transformado em moeda corrente. A lógica é produzir mercadoria para se obter dinheiro e comprar mercadoria. Não tem o sentido de produzir lucro. Já a lógica dos proprietários capitalistas é obter dinheiro para investir na produção de mercadorias e assim produzir mais lucro. O sentido é acumular capital e explorar o trabalho alheio. Na pesquisa, percebe a coexistência das relações capitalistas e pré-capitalistas no espaço rural de Rondônia e na Comunidade Marco Azul, há predominância desta última relação. Isto mostra que as relações capitalistas no espaço rural são contraditórias e desiguais.

A recriação camponesa pode ser identificada através do modo de produção agrícola praticado na comunidade, como também na criação de animais apresentados nos resultados deste trabalho. O qual é basicamente para atender as necessidades do consumo familiar. Além dessas características a comunidade é caracterizada pelo

sentimento de pertencimento ao grupo, sentem-se compromissados com o seu espaço, com o grupo de vivencia os quais dividem conquistas e dificuldades.

Outro fator importante constatado é que a trajetória dos camponeses da Comunidade Marco Azul é um processo de busca constante da terra e serem proprietários. A terra para eles não é sinônimo de lucro, e, sim, a garantia de produzir, por meio do trabalho, o essencial para sobrevivência familiar, ou seja, a migração foi um processo de busca para a melhoria das condições de vida. Isto significa: autonomia e controle do seu tempo de trabalho e produção, terra boa, com condição produzir o suficiente para o sustento familiar. Viver na terra sem ameaça de expulsão, enfim, estar no espaço onde possam expressar o seu modo de vida.

Essa condição de vida inclui também benefícios estruturais governamentais como: abertura e manutenção de estradas para o escoamento da produção, escolas para os filhos, atendimento médico e regularização da terra, acesso a financiamentos, estradas, rede de energia, enfim uma condição digna de viver como cidadãos.

Nesse sentido, foi á busca desta condição de vida, e de se manter como camponeses, somada a estrutura agrária excludente e concentrada que ocasionaram os deslocamentos espaciais constantes dos camponeses. O fato é que foram forçados a migrar internamente, pois as políticas públicas para o campo não atendem os reais interesses da grande maioria que nele habita. Foi o que ocorreu com os grupos de camponeses que ocupam o Marco Azul.

Eles construíram um espaço social, um território, onde tem o controle, a liberdade e podem construir e manifestar sua identidade. Criou-se uma relação comunitária de amizade, união, parentesco, solidariedade, uma história de luta para permanecer na terra e reivindicar direitos essenciais.

A pesquisa veio comprovar a hipótese de que está ocorrendo atualmente no Estado de Rondônia o fenômeno de deslocamento espacial interno de área rural para área rural dos migrantes que chegaram a partir da década 70 e também dos camponeses que nasceram no próprio Estado. Ou seja, depois de quase 40 anos que migraram dos seus Estados de origem, estes camponeses continuaram migrando em busca da terra encontrada no Marco Azul.

No resultado do trabalho, ficou evidenciado o deslocamento espacial dos camponeses para áreas próximas ou dentro das reservas ambientais, é o caso da

Comunidade Marco Azul. Este fato torna-se preocupante, pois os camponeses da Comunidade são excluídos dos programas assistenciais do governo Federal e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Isto gera uma condição de restrição de direito do cidadão, enquanto o homem do campo que busca efetiva-se na terra para produzir o seu sustento familiar, além dos problemas ambientais causados pela ocupação nestas áreas.

Portando, este trabalho torna-se relevante, pois aponta e chama atenção dos gestores públicos e da sociedade da existência desses grupos sociais. E a necessidade do avanço na discussão do espaço rural em Rondônia e dos sujeitos que nele habitam, bem como a urgência da efetivação de políticas públicas que atendam os camponeses de modo que possam viver com dignidade preservando sua singularidade. Tais políticas poderão minimizar o avanço ou deslocamento espacial, não só de camponeses sem terra, mais também de fazendeiros e madeireiros para áreas próximas ou dentro de reservas ambientais como é caso dos camponeses do Março Azul. Essa realidade torna os camponeses mais excluídos, a margem de políticas sociais básicas. Esta deve ser uma preocupação não só dos gestores públicos, mas de toda sociedade Brasileira.

BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS

AMARAL. Mata Virgem: terra prostituta. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo. 2004.

_____. Os latifúndios do Inca. Porto Velho: EDUFRO, 2007.

BARTLETT, I. E; Kotrlik, I. W.; e Higgins, C. C. Organizational Research Determining Appropriate Gamble e Gize.in: **Survey Research Information Technology**, and Performance Journal, v. 19, n. 1, Spring 2001.

BECKER, K. Bertha. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CARVALHO. Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007

CEMIN, Bandeira. **Colonização e Natureza: Análise da relação do Homem com a Natureza na Colonização Agrícola em Rondônia**. Tese de Doutorado –UFRS. Porto Alegre, Janeiro de 1992.

ELIAS, Denise. **O meio - Técnico- Científico- informacional e a reorganização do espaço agrário nacional** In: MORFAN, G. J., RUA J, RIBEIRO M. A Abordagens Teórico - Metodológicas em Geografia Agrária - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Macano. Maria Inez Medeiros Marques. Julio César Suzuki (orgs) - **Geografia agrária: teoria e poder**. 1ed. Expressão Popular. 2007

GONÇALO, José Evaldo. **A Reforma agrária como Política social redistributiva**. Brasília: plano, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 1991

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 1 Migração. Colonização e Ilusões de Desenvolvimento**. Belém: Editora: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2004.

HAIR, Joseph, et al. **Multivariate Data Analysis**. Fifth edition, Prentice-Hall; New Jersey 1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Nova Cultural. São Paulo. 1986. col. Os economistas.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista. Terra Livre. São Paulo. Ano 18.n.19 p.95-112. julho/dez.2002.

_____. **Lugar no modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, U.O. MARQUES, M.I.M (Orgs) São Paulo Editora Casa Amarela Paz e Terra, 2004.

MOREIRA, José Roberto **Configurações de poderes urbano-rurais: Fragmentos de discursos e práticas**. In: MORFAN, G.J., RUA J, RIBEIRO M. A(Org.) Abordagens Teórico - Metodológicas em Geografia Agrária. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

MORAIS, Clodomir Santos. **Elementos de Teoria da Organização** Engenharia social na geração de emprego-Brasília: IATTERMUND1997.

MEDEIROS, Leonilda Servolo. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade de luta pela Terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Identidades sócias e suas representações territoriais: As Comunidades no Município de Gatalão (GO)** In: A geografia cultural: os lugares da vida e a vida dos lugares. Gioânia, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Historia Oral e Memória: A cultura popular revisitada**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto. 1994

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

_____. **A geografia agrária: Perspectivas no Início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Umbelino Oliveira. MARQUES, M.I.M (Orgs) São Paulo, 2004

PASQUIS, Richard et al. **Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. v. 22, n. 1, jan./abr. Brasília, 2005.

PEDLOWSKI, Marcos. **A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia**. Ambient.soc.nº 5 Campinas July/Dec.1999 ISSN1414-753x.

PONTE, Karini Furini. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Revista NERA – ano 7.n.4- Janeiro/julho de 2004.

PAULINO, Eliane Tomias. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 20006.

REIS, Elizabeth. **Estatística Multivariada Aplicada**; 2ª edição; Edições Sílabo; Lisboa. 2001

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 3ª edição. Hucitec. São Paulo: 1996.

_____ **Espaço e Método** 3ª ed. Nobel. São Paulo, 1992.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: a sociologia política del campesinado em uma sociedade em desarrollo (Rússia 1910-1925)** .Ed. Cost: alianza editorial, S.A, Madri, 1983.

_____ **Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações- O Velho e o Novo em uma discussão Marxista.** REVISTA NERA-ANO 9.N.7-Julho/Dezembro de 2005 ISSN 1906-6755

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora. Universidade/UFRGS, 1999.

_____ **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro.** Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rururbano.html>). Acesso dia 19 set. 2007.

SILVA, Silvo Simione da. **Na Fronteira Agropecuária Acreana-Presidente prudente.** Rio Branco-UFAC. 2003.

SILVA, S.N. Maria das Graças. **O Espaço Ribeirinho..** Porto Velho: Editora Terceira Margem, 2003.

SINGER, Paul. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. O papel do crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico.** 4. ed. São Paulo Editora HUCITEC, 1988.

SOUSA. Martins José. **Não há terra Para Plantar neste verão.** 2. ed. Vozes. Petrópolis. 1988.

_____ **Os camponeses e a Política no Brasil.** 2.ª ed. Vozes. Petrópolis. 1988

_____ **Fronteira a degradação do Outro nos confins do humano.** 2ª ed. HUCITEC São Paulo, 1997

SOUZA, Itamar. **Migrações internas no Brasil** Fundação José Augusto. Petrópolis: Vozes, 1980.

SUZUKI, César Júlio. **Geografia: Gênese e diversidade.** In: MORFAN, G. J. RUA João e Ribeiro Miguel .Abordagens Teórico Metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro:EDUERJ,2007.

STEDILE João Pedro. **A questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980.** Expressão Popular. São Paulo. 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Curitiba: IESDE Brasil. S.A., 2007.

VELHO Otavio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Modernas avançadas: O “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Disponível em: [http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/larlivros/rural/Wanderley PDF](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/larlivros/rural/Wanderley%20PDF). Acesso 29 mar. 2008.

WANDERLY, Nazaeth B. O camponês: **Um trabalhador para o capital** 1979.

WEBER Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. V.1 Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: Brasileira Editora Universidade, 2000.

ACERVO BIBLIOGRAFICO TEMÁTICO

ANDRADE, Manuel Correia. Espaço Agrário Brasileiro Velhas Formas, novas Funções, novas formas, velhas funções. *Geosp-Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 12, p.11-19, 2002.

BARBIERI, Alisson Flávio. **Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar** revista Brasileira de estudos da População vol.24, n.2, jul./dez.2007. ISSN 0102-3098.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro; relações entre homens e mulheres**. Tradução Carlos Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BURSZTYN, Maciel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasiliense. São Paulo. 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática. 1995.

COSTA, Antônio Carlos Robert Moraes; Messias, Wanderley. **A valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

CUNHA, Silva Rodrigues. **O Xadrez da Terra: Um estudo da Colonização em Rondônia. Dissertação** Belém. 1985.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto. 2008.

DINIZ, Alexandre M A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola.** In: Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Realizado em Ouro Preto. Minas Gerais. Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/doces/anais/pdf/2002qt_mig_Dizizpdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

FRÊMONT, Armand. **A Região: Espaço Vivido.** Tradução Antonio Gonçalves. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GEORGE, Pierre. **s Métodos da geografia.** Tradução Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro- São Paulo: DIFEL, 1978.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: Cotidiano e história no sertão do Piauí-Campinas.** São Paulo: UNICAMP, 2000.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana: Tradução de Maria Célia Santos Raposo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 15ª ed. São Paulo, Loyola. 2006

MARTINS. José de Souza. **Reforma Agrária: Um impossível diálogo.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

KOZEL, Salette. Org.: Silva. Josué da Costa. Org.: Gil Filho. Silvio Fausto. Org. **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista.** Terceira Margem; São Paulo; Curitiba: NEER. 2007

LEAL, José Carlos. **A Maldição da Mulher.** DPL editora SP 2004

LEFEBVRE, Henri. **De lo Rural a la Urbano.** Ediciones pesinsula. 4ª ediciones. Barcelona. 1978.

MAZZETTO, Eduardo Carlos **Políticas Públicas e Desenvolvimento rural: Em busca de novos Caminhos.** In: OLIVEIRA, Umbelino Oliveira. MARQUES, M.I.M (Orgs) São Paulo Editora Casa Amarela Paz e Terra, 2004 Capítulo 18 p.335-350

MEIRA, Lígia Cristina Nascimento. **As Relações psicossociais da migração.** Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa. Julho. 2000

MENEZES, Marilda Aparecida e Alfredo José Gonçalves. **Centro de Estudos Migratórios. Migrações no Brasil: O peregrinar de um povo sem terra.** Edições Paulinas São Paulo. 1986

Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes. In. E Soc. Est.João Pessoa.V6 n.l.p.39-49,jn/dez.1996

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Amazônia. Amazônia Sustentável.** Brasília. IICA. 2006.

MORAIS, Santos Clodomir.**O Reencontrado elo perdido das reformas Agrárias.** Engenharia social na geração de emprego-Brasilia: IATTERMUND1997.

MORAIS, Antônio Robert. **Ideologias Geográficas.** São Paulo, Hucitec. 2002

MORAIS, Diane. **Falas das experiências femininas: Memória. Narrativa e Trajetória da Mulheres Camponesas nos Cerrados Piauienses.** RAIZES vol. 22n.01. jan.-jun./2003

MORAIS, Santos Clodomir **O Reencontrado elo perdido das reformas Agrárias.** Engenharia social na geração de emprego-Brasilia: IATTERMUND1997.

NOGUEIRA. Aracy. **Pesquisa Social. Introdução às suas Técnicas.** Série 2ª Volume 26 Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1968.

OLIVEIRA, Lúcia Vanir Alves. **A dimensão Cultural dos migrantes e a formação de Territórios Nordestinos em Caldas Novas.** II Simpósio Regional de Geografia: "Perspectivas para o cerrado no Século XXI". Disponível em: WWW.ig.ufu.br/2srg/6/676.pdf+lucia+vanir+alves+deoliveira.h/=pt.br&ct=clnk&td=04&. Acesso em: 15 mai 2009.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio. **História e Geografia do Município de Buritis.** Porto Velho/RO. Outubro 2004.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Um História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLANCO-DIAZ, Héctico. Teoría **Marxista de la Economia Camponesa.** México : Juean Pablos Editor. S.A, 1977.

JÚNIOR, Caio Prado. **A questão Agrária no Brasil.** Apresentação por José Eli da Veiga.5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora-Fundação Getúlio Vargas,1996

SABÚ. **Regina Martins de Oliveira. Classe camponesa e a Ciência na Sociedade Capitalista.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção v 1, n. 4. ano 3. nov. Três Lagoas/MG, 2006.

SACHS, Ignacy **O Brasil Rural: Da redescoberta à inovação.** In: OLIVEIRA, Umbelino Oliveira. MARQUES, M.I.M (Orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela Paz e Terra, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero. Patriarcado. Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton .A **Por uma Geografia nova.** Da crítica da Geografia a Geografia critica. São Paulo: Hucitec-EDUSP.2000.

_____**Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos.**2^o edição. Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo.2000.

SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé.** Porto Velho/RO. EDUFRO. 2004.

SANTOS, Carlos. **Territorialidade e Colonização.** Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. 1998

SANTOS, Maria do Socorro. **A produção social do espaço: do campo a cidade da cidade ao campo.** MNEME- Revista de humanidades|ISSN1518-3394. Disponível em: <http://www..SEOL.COM.BR/MNEME>. Acesso em: 20 set. 2007.

SCHIOCHET. Valmor. **Esta Terra é minha terra: Movimento dos desapropriados da Papanduva:** Ed. Da FURB.1993.

SILVA, Tânia Paula. **As Redefinições do Rural:** Breve abordagem. Revista NERA-ano 7.n.4-janeiro/julho de 2004.

SILVA. Lyndolpho: **A construção da UItab e a Fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho** Silva/Paulo Ribeiro da Cunha. Organizador. Serie Memória e Historia. v. 4. São Paulo, 2004.

SUZUKI.Júlio César.**Territorialização Camponesa no Estado de São Paulo: Um Estudo do Bairro Reforma Agrária.**Annablume,2004.395 p. GEOUSP.-Espaço e Tempo, São Paulo,Nº16,pp155-1556,2004.

STEDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil:** O debate na esquerda- 1960-1980. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** Tradução Mirna Pinsky –SP contexto 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Terra Trabalho e Família:** Racionalidade Produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do Processo de Penetração numa área da transamazônica.** 2^a ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1981..

VIEIRA, Medeiros. Rosa Maria. **Camponeses, Cultura e Inovações**. Em publicação: América Latina: Cidade. Campo e Turismo. CLACSO. Consejo. Acesso: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/16medeiros.pdf>. Acesso em: 8 mai 2008.

VOLPO, Luisa Rios Ricci. **A Conquista da terra no universo da pobreza. Formação da Fronteira Oeste do Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.or.ar/larlivros/rural>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

WILIAMS, Raymond. **O campo e a cidade. Na história e na literatura**. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Ellen F. **O Saber Camponês e Inovações**. In: OLIVEIRA, Umbelino Oliveira. MARQUES, M.I.M (Orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela Paz e Terra, 2004.

WORLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Traduzido por Frentice-HI. INC, Estados Unidos da América, na serie Foundations of modern Antbropology. In: Marhall D. Sahlins.Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1976.